

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**AS REFORMAS NAS MATRIZES CURRICULARES DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS**

(1984 – 2011)

Fábio Barbosa da Silva

Santos, outubro de 2015

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**AS REFORMAS NAS MATRIZES CURRICULARES DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS**

(1984 – 2011)

Fábio Barbosa da Silva

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira: Orientador.

Prof. Dr. Daniel Arias Vasquez: Universidade Federal de São Paulo.

Prof. Dr. José Pascoal Vaz: Universidade Católica de Santos.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Santos, outubro de 2015

Agradecimentos

Quero dedicar este trabalho a minha filha Máira pelo seu companheirismo e suporte que me deu durante o fechamento da pesquisa.

A Cleusa pelos alertas. Grande companheira de quase 30 anos.

Isto vale também para o Márcio, para o Pérsio e para a Diva. Irmãos e Mãe.

E para várias Amigas e Amigos que muito me incentivaram a não desistir.

Ao meu Orientador Luiz Carlos Barreira que sempre acreditou.

Outubro - 2015

RESUMO

Este estudo parte do exame da reforma nacional da matriz curricular do curso de Economia de 1984 que significou uma mudança no modo de ensinar economia no país. O ensino tornou-se plural do ponto de vista de apresentar os diversos paradigmas teóricos da Ciência Econômica. Também passou a enfatizar a necessidade de entender a realidade social brasileira e o diálogo com outras Ciências Humanas.

Esse novo currículo foi implantado no curso de economia da Universidade Católica de Santos, também em 1984, com as necessárias adaptações mas com a essência da proposta maior. Este estudo acompanhou as reformas curriculares do curso de economia da Universidade Católica de Santos ocorridas entre 1984 e 2011 e constatou que, durante este período, ele continuou plural do ponto de vista teórico, de caráter humanista e preocupado em entender a realidade brasileira.

A conclusão indica que o curso de economia da Universidade Católica mantém princípios da reforma de 1984, mas com mudanças em curso aparentemente voltadas para a formação dos alunos para o mercado de trabalho mas de forma insegura e sem clareza, estando distanciado da comunidade acadêmica que pensa o futuro do ensino da economia no Brasil e no mundo.

Palavras chaves: ensino de economia plural, currículo, reforma, poder político, mercado de trabalho.

Abstract

This paper starts from the examination of the national reform of the curriculum of economics in 1984 that brought significant changes in the way in which economics was taught in the country. Teaching has become plural from the point of view of presenting the various theoretical paradigms of the Economic Science. It also emphasized understanding the Brazilian social reality and dialogue with the other disciplines of the humanities.

This new curriculum was implemented in the economics course at the Catholic University of Santos, also in 1984, with the necessary adaptations but with the very essence of major proposal. This paper follows the curricular reforms in the economics course at the Catholic University of Santos between 1984 and 2011 and verifies if they've kept the plural, humanist character of the course and the concern in understanding the social issues of the Brazilian reality.

The conclusions indicate that the economics course has kept the features of the reform of 1984, but with change in its trend, apparently to a path of training the students for the professional market but in a insecure way and without clarity, standing apart from the academic community who thinks the future of economics teaching in Brazil and worldwide.

Key words: plural teaching of economics, curriculum, reform, political power, professional market.

SUMÁRIO

Agradecimentos	3
Resumo.....	4
Abstract.....	5
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1	12
O Ensino de Economia no Brasil: Sua Evolução e Transformação nos Marcos da Industrialização e da Modernização do Estado no País.....	12
A Reforma da Matriz Curricular do Curso Economia de 1984. Um Marco Revisional no Ensino das Ciências Econômicas no Brasil.....	12
OS PRIMEIROS CURSOS.....	13
A CHEGADA DA PÓS-GRADUAÇÃO: O PAPEL DA USP E DA FGV	21
A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – ANPEC	24
O ENSINO DE ECONOMIA E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS	24
A REFORMA DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL DO CURSO DE ECONOMIA DE 1984	27
O PARECER 375/84	28
OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO PARECER NÚMERO 375/84	29
A RESOLUÇÃO NÚMERO 11, DE 26 DE JUNHO DE 1984.....	31
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DA ESTRUTURA DO NOVO CURRÍCULO A PARTIR DO RELATOR	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS A RESPEITO DO PARECER NÚMERO 375/84 E RESOLUÇÃO 11/84	35
NOVAS DIRETRIZES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS 2005/2007	37
A LEGISLAÇÃO DAS NOVAS DIRETRIZES E AS INOVAÇÕES.....	38
CONTEÚDOS CURRICULARES E ESTRUTURA DO CURSO.....	39

CAPÍTULO 2.....	40
As Reformas nas Matrizes Curriculares do Curso de Economia da Universidade Católica de Santos (1984 – 2011): Pluralismo Teórico e Formação para o Mercado de Trabalho. A experiência de uma escola privada e regional.....	40
A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ECONOMIA DA FACEC QUE VIGORAVA EM 1984.....	41
A MATRIZ CURRICULAR DA REFORMA DE 1984.....	45
O AMBIENTE POLÍTICO NA FACEC QUANDO DA ELABORAÇÃO DA MATRIZ ACIMA APRESENTADA ...	50
UMA ANÁLISE POR DENTRO DA REFORMA DE 1984 NA FACEC.....	51
ESTUDANDO A MATRIZ CURRICULAR DE 1984 POR SERIAÇÃO.....	52
COMENTÁRIOS FINAIS SOBRE A REFORMA DE 1984.....	75
A REFORMA DA MATRIZ CURRICULAR DE 1987.....	78
A REFORMA DA MATRIZ CURRICULAR DE 1991.....	78
CHEGANDO AOS ANOS 2000: A REFORMA DA MATRIZ CURRICULAR DE 2002.....	86
A ALTERAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ECONOMIA DE 2002.....	91
REFORMA DA MATRIZ CURRICULAR DE 2002 E MUDANÇA DE FOCO DO CURSO.....	98
REFORMA DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ECONOMIA DE.....	101
2005.....	101
O NOVO CURRÍCULO: UMA TENTATIVA PARA APROXIMAR O CURSO DO MERCADO DE TRABALHO	106
A REFORMA CURRICULAR DE 2011.....	112
A GRADE CURRICULAR APROVADA EM 2011.....	114
AS MUDANÇAS NA NOVA MATRIZ.....	117
CONCLUSÃO.....	122
REFERÊNCIAS.....	126
Anexo 1.....	131

INTRODUÇÃO

Ao cogitar estudar as matrizes curriculares dos cursos de economia, um mundo de possibilidade me surgiu. Inicialmente, fazer um estudo comparativo entre escolas públicas e privadas do impacto da reforma nacional da matriz curricular de 1984. Depois, um comparativo entre uma escola privada confessional e uma privada claramente com fins lucrativos, para observar se a reforma atingiria de formar diferenciada cada uma delas.

Porém, o amadurecimento da pesquisa não negou estas possibilidades ou outras mas abriu aquela que estava mais próxima da minha vida real como pesquisador e como minha experiência concreta, contar um pouco da história do curso de Economia da Universidade Católica de Santos. Por que um pouco? Porque está limitado a um período que vai de 1984 a 2011, com pequenas lembranças do passado anterior a 84. Posso até afirmar que chega a 2015, quando parece que novas mudanças ocorrerão.

Trabalhei com duas ferramentas importantes: a memória e a experiência e aí foram fundamentais para mim a leitura de Alessandro Portelli em seu “A Filosofia e os Fatos” (1996, citado nas referências) e o texto “Educação e Experiência” de Eduard Thompson (1968, citado nas referências).

O que me motivou a ir em frente nessa temática foi, por um lado, o desejo de contribuir de forma modesta para o resgate de parte da memória histórica da Universidade Católica de Santos. Por outro lado, foi a aventura de estar assistindo a um filme, com vários atores e atrizes com os quais eu convivi lado a lado. Personagens que fizeram parte da minha vida, da minha história acadêmica. Professores, alunos, funcionários, pais. Foi uma rica convivência.

O que eu procurei rememorar como centro do estudo foi a reforma nacional da matriz curricular do curso de Economia, ocorrida em 1984 e seus reflexos na então Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos, FACEC.

Esta reforma veio trazer mudanças significativas na forma de se ensinar e de se aprender economia: pluralismo teórico, preocupação com a realidade brasileira, Economia falando com as demais ciências humanas como História, Sociologia, Antropologia e uma grande preocupação com a Ética.

Na verdade, este debate já existia na FACEC anteriormente à mudança a nível nacional e só houve a consolidação local do mesmo, a partir desta mudança geral.

O curso efetivamente tornou-se mais humanista, progressista e com um conteúdo programático plural enriquecido, através de um referencial bibliográfico diversificado, aberto a outros paradigmas da teoria econômica, em especial, com um enriquecimento da visão marxista mas sem imposição de um pensamento único. O segundo capítulo contará esta experiência.

É claro que isto tudo só foi possível tendo em vista que a correlação de forças políticas que prevalecia naquele momento no Departamento de Economia o permitiu. O Departamento era composto por uma maioria de professores e alunos que militavam em Partidos e/ou Movimentos Sociais que atuavam no processo de redemocratização do país, de uma forma ou de outra. Participaram das “Diretas Já”; do Movimento de Renovação dos Economistas, da Associação dos Economistas de Santos, do Movimento da Anistia e em outras entidades com um perfil progressista, de esquerda.

A visão que as pessoas que compunham essa maioria tinham sobre como ensinar e aprender economia era muito semelhante aos princípios da reforma nacional de 84 lastreada no clássico Parecer 375/84 do Conselho Nacional de Educação. Desta forma, isto facilitou a implantação da reforma na então FACEC com uma grande ruptura com o passado.

O estudo faz uma análise das reformas curriculares ocorridas a partir de 1984 até 2011. Neste período foram seis reformas e o estudo tenta identificar até que ponto este caráter plural, progressista, humanista do curso se manteve durante essas quase três décadas ou se ele foi abandonado ou se distanciando com o passar do tempo. Como se verá, a análise das reformas evidenciou uma tendência por um lento, progressivo e contraditório distanciamento das práticas do ensino de Economia, na Universidade, dos marcos lançados pela reforma de 1984. Mas mais marcado pela pressão pela queda da demanda pelo curso e por criar uma alternativa que seria um ensino mais profissionalizante, voltado para o mercado.

Na esfera da contradição ficará claro na leitura que os conteúdos e as referências bibliográficas continuaram os mesmos, claro que atualizados, e o curso conseguiu manter seu caráter plural durante todos esses anos, ao menos no papel.

Porém, a correlação das forças políticas foi totalmente alterada. O atual Colegiado do curso de Economia possui uma visão mais próxima da formação para o mercado e menos acadêmica e humanista daquela que prevalecia em 1984. Isto posto, é inevitável que mudanças estejam chegando.

Em relação aos materiais de pesquisa nós trabalhamos com fontes primárias e secundárias. Pela natureza da nossa pesquisa as primeiras tiveram uma importância fundamental e foram objeto de imenso diálogo. Foram formadas pelos processos administrativos das reformas curriculares do curso de Economia da Universidade Católica de Santos, dos pareceres e resoluções sobre diretrizes curriculares nacionais do curso de Economia, históricos escolares autorizados de ex-alunos e outros documentos constantes nas referências bibliográficas.

Durante o desenvolvimento do trabalho serão apresentadas algumas dificuldades que tivemos, principalmente com alguns documentos ausentes do arquivo da Universidade mas que não prejudicaram a evolução da pesquisa.

Para o tratamento das fontes primárias foi muito importante a leitura da obra “A Pesquisa em História” (2002) de Vieira, Maria do Pilar de Araújo; Peixoto, Maria do Rosário da Cunha e Khoury, Yara Maria Aun, citada nas referências, aliada à experiência do nosso Orientador.

Quanto às fontes secundárias elas evidenciam que apesar de tratarmos de um tema que envolve notadamente a Ciências Econômicas, a pesquisa foi feita no ambiente de um programa de Pós - Graduação em Educação. A ênfase do estudo foi o ensino de Economia e não entrar no debate teórico de seus paradigmas.

Os resultados do estudo serão apresentados em dois capítulos. No primeiro intitulado O “Ensino de Economia no Brasil: Sua Evolução e Transformação nos Marcos da Industrialização e da Modernização do Estado no País com o subtítulo “A Reforma da Matriz Curricular do Curso de Economia de 1984. Um marco Revisional no Ensino das Ciências Econômicas no Brasil”.

Como mostram título e subtítulo o capítulo demonstra que o ensino de economia se desenvolveu com o processo de industrialização das décadas de 50 e 60, juntamente com o fortalecimento do Estado e com a necessidade do surgimento de quadros técnicos qualificados para atuação na máquina pública e privada e termina apresentando detalhadamente os fundamentos da reforma da matriz curricular nacional de 1984.

O capítulo 2 foi nomeado “As Reformas nas Matrizes Curriculares do Curso de Economia da Universidade Católica de Santos (1984-2011). Pluralismo Teórico e Formação para o Mercado de Trabalho. A experiência de uma escola privada e regional”.

Este capítulo é o núcleo central do estudo e discorrerá a respeito das seis reformas ocorridas no período delimitado.

Finalmente, o estudo tem seu encerramento com algumas conclusões advindas do contato com tantas fontes, com tantas exposições de motivos, com tantas análises de conjuntura. Esperamos ter dado um pouco de nossa contribuição a esse curso de tanta tradição na região e que formou Economistas altamente qualificados.

CAPÍTULO 1

O Ensino de Economia no Brasil: Sua Evolução e Transformação nos Marcos da Industrialização e da Modernização do Estado no País

A Reforma da Matriz Curricular do Curso Economia de 1984. Um Marco Revisional no Ensino das Ciências Econômicas no Brasil

A construção deste capítulo inicialmente se baseou no texto “Desenvolvimento do Ensino de Economia no Brasil” dos autores Biderman, Ciro; Cozac, Luiz F L & Rego, J.M. que faz parte da coletânea Conversas com Economistas Brasileiros de 1996, citada nas referências bibliográficas. Conta também com o depoimento dado a este pesquisador pelo Economista Antônio Delfim Neto a respeito de sua experiência como aluno e professor da atual Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, FEA/USP.

O texto de Biderman, Cozac e Rego é rico ao ligar o desenvolvimento do ensino de economia no Brasil à trajetória de transformação da própria economia brasileira, rumo à plena industrialização, no período que vai dos anos 40 até os anos 60 e com um novo ciclo até o final da década de 80. Mostra a importância do debate teórico monetaristas x cepalinos, mas todos participantes da transformação do papel do Estado brasileiro na economia do país no período.

Segundo Biderman, Cozac e Rego (1996) é possível identificar três períodos no desenvolvimento do ensino de Economia no Brasil. O primeiro vai de 1945 ao início dos anos 60 e mostra uma crescente evolução dos cursos de graduação em Economia. A segunda fase foi com a criação dos cursos de pós-graduação do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) na USP e da Escola de Pós-

Graduação em Economia (EPGE) na FGV-Rio. A terceira fase viria no final da década de 70 com o surgimento de dois novos centros de Pós, o da UnB e o da PUC/RJ. Na nossa opinião tem relevância também a constituição do Instituto de Economia da Unicamp em 1984 e o Instituto de Economia Industrial da UFRJ em 1979.

É bom atentar para o fato de que do ponto de vista dos paradigmas teóricos, existiam diferenças entre esses centros, mas o comum a eles é que a partir da década de 80 seus economistas participariam de importantes cargos na administração pública.

OS PRIMEIROS CURSOS

Os primeiros cursos no país na área de negócios tinham mais o perfil das carreiras de comércio, contabilidade, administração e mesmo jurídica e menos de economia (Decreto número 20.158, de 30.06.1931). Apenas em 22.12.1945, com o Decreto-Lei número 7.988, de 22.12.1945 incorporou-se a Ciência Econômica ao sistema universitário brasileiro com a criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, hoje UFRJ. No ano seguinte em São Paulo foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FCEA/USP, atual FEA/USP).

Em 1945 o mesmo Decreto-Lei 7.988 elabora um currículo agora mais específico para o curso de Economia, com disciplinas como Estrutura das Organizações Econômicas, Evolução da Conjuntura Econômica, Valor e Preços e matérias na área de História. Mas o perfil do aluno do curso ainda era daquele oriundo do ensino médio de contabilidade e negócios. O começo da mudança desse perfil de aluno é também 1945 com a modernização do setor público brasileiro. Neste ano é criada, a partir de decreto redigido por Octavio Gouveia de Bulhões (Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda e futuro Ministro no governo Castelo Branco), a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) que viria a se transformar anos depois no Banco Central do Brasil.

Como diz Biderman, Cozac e Rego (1996) a também inauguração da Usina de Volta Redonda em 1946 já tinha sido um símbolo da história da indústria brasileira e um marco da intervenção direta do Estado na economia brasileira. No início da década de 50 foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que gestou a criação em 1952 do Banco Nacional do Desenvolvimento, o BNDE; atual BNDES.

Um membro importante na CMBEU era Roberto Campos. Junto com Bulhões e Eugênio Gudin, este último o principal mentor da criação do curso de Economia da Universidade do Brasil, eles mantinham um grupo de estudo.

Um Relatório Geral da CMBEU mostra a visão que Campos e, provavelmente, seu grupo de estudo tinham sobre o desenvolvimento econômico desequilibrado do Brasil. Conforme Biderman, Cozac e Rego (1996):“O Relatório Geral da CMBEU aponta a inflação e o desajuste das contas externas como principais causas do desenvolvimento desequilibrado da economia brasileira. A solução seria um investimento governamental que permitisse um afluxo de investimento (nacional e internacional), dando maior consistência às relações interindustriais.... “.

Por outro lado, a partir de 1953 é firmado um convênio entre a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e o BNDE. Deste convênio surge o grupo misto BNDE/CEPAL, presidido por Celso Furtado: “para estudar a aplicação à economia brasileira dos métodos de planejamento estrutural preconizados pela CEPAL” (Biderman, Cozac e Rego, 1996). Um dos principais estudos desse grupo foi fornecer subsídios para uma política de substituição de importação.

A principal diferença entre os dois modelos é que Roberto Campos propunha um planejamento setorial, enquanto a CEPAL acreditava que era a oportunidade histórica de substituir importações e propunha um planejamento integrado.

Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência em 1956 e o modelo de desenvolvimento da CMBEU, que tinha como referência Campos era destaque no debate nacional. Para Biderman, Cozac e Rego, (1996), apesar do respeito a Campos o Plano de Metas de JK está diretamente relacionado com o relatório do Grupo BNDE/CEPAL, mas é, claro, os estudos realizados pela CMBEU foram utilizados no preparo de projetos financiados pelo BNDE, concentrados em industrialização e infraestrutura.

Como diz Biderman, Cozac e Rego (1996) a dificuldade em separar os modelos na prática deve-se ao fato de que ambos apontavam o investimento do governo como solução para o crescimento desequilibrado que se observava. Para

garantir esse gasto o BNDE teve papel fundamental. Durante os anos 50 cerca de 70% dos recursos do BNDE financiaram projetos de infraestrutura pesada. Esses gastos mais a chegada das multinacionais e o gasto privado fizeram com que o PIB (Produto Interno Bruto) do país crescesse 514,31%, no período que vai de 1950 a 1974.

Conforme Biderman, Cozac e Rego (1996), entre 1950 e 1964, os economistas atuavam principalmente em instituições não universitárias. A principal preocupação dos economistas desse período era a superação do que era chamado subdesenvolvimento. Nesse momento aparecem duas importantes correntes do pensamento econômico brasileiro, a estruturalista e a monetarista.

É muito importante ter clareza de que o aumento da importância dos economistas na elite dirigente está diretamente ligado à criação das instituições governamentais. Como diz Biderman, Cozac e Rego (1996) a inter-relação entre as instituições de controle da economia e os centros de estudo de economia torna-se muito clara ao analisarmos esse período.

Biderman, Cozac e Rego (1996) falam em uma controvérsia no nascimento das escolas de Economia no Brasil. Controvérsia quanto a sua orientação. Por um lado, os estudantes oriundos das escolas de Comércio e Contabilidade, que tinham a expectativa de ao cursar uma escola de economia, de nível universitário, a possibilidade de crescer de status. Por outro lado, um grupo, representado principalmente por Gudin e Bulhões, acreditava que as Faculdades de Economia deveriam ser orientadas para a formação de quadros dirigentes necessários para a modernização do Estado. Na opinião dos autores citados a visão de Gudin e Bulhões foi a vencedora pelo fato de ter sido criada a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. Discordamos dessa interpretação. É verdade que a Faculdade Nacional de Economia da então Universidade do Brasil, a própria FCEA/USP e a FGV-Rio viriam a cumprir o papel que Gudin e Bulhões aspiravam, ou seja, formar uma elite de economistas para ajudar a “modernizar” o Estado. Mas diversas Faculdades de Economia privadas cumpriram as aspirações do primeiro grupo, muitas delas formando profissionais competentes para atuação no mercado de trabalho não governamental, inclusive o curso de Economia da Unisantos, ex Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos, FACEC.

É importante entender a contribuição da Fundação Getúlio Vargas para os primeiros estudos sistematizados de economia no país. A FGV nasceu em 1944 no Rio de Janeiro oriunda do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) criado em 1937 e que trouxe grandes mudanças na gestão administrativa e orçamentária do setor público federal. Idealizada por Luiz Simões Lopes este tinha como intenção criar um centro de pesquisa com independência da Presidência da República e sem fins lucrativos, aí o modelo de ser uma entidade de ter objetivos de interesse público em uma personalidade jurídica de Direito Privado.

O Núcleo de Economia da FGV foi constituído em 1946 com a presença entre outros de Eugenio Gudín e Octavio Bulhões. Para Julian Chacel (ex-presidente da entidade), este Núcleo teria lançado as bases para os estudos quantitativos da economia brasileira que serviram como ferramentas para a construção das análises do comércio exterior e da estrutura e expansão da economia, assim como elemento central à tomada de consciência das disparidades regionais do desenvolvimento do país. Coube também ao Núcleo o lançamento de dois periódicos que até hoje são referências na pesquisa econômica: Em 1947 Conjuntura Econômica e em 1948 a Revista Brasileira de Economia.

Um importante papel que coube à FGV no período que vai de 1947 a 1985 foi de ter criado, levantado e divulgado o Sistema de Contabilidade Social ou Nacional do país (cálculo do PIB, Renda Nacional, Matriz de Insumo-Produto e outros agregados macroeconômicos). A partir de 1986 esta tarefa passou à Fundação IBGE.

Continuando na FGV é importante lembrar a criação da Escola Brasileira de Administração Pública no Rio de Janeiro, em 1952. Neste ano começaram os estudos para o nascimento da Escola de Administração de Empresa de São Paulo (EASP), em conjunto com uma missão norte-americana da Universidade de Michigan e da ida de professores brasileiros aos Estados Unidos para a obtenção do mestrado em administração. Todo esse processo foi possível pelo convênio de 1953 entre a FGV e a International Corporation Administration, que deu origem à United States Agency for International Development (USAID), acabando na criação da EAESP, em 1954.

Como vimos anteriormente as primeiras escolas de Economia criadas no país para formar uma elite de profissionais nessa área surgiram apenas em meados

dos anos quarenta (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas/USP e Faculdade de Ciências Econômicas da atual UFRJ). Assim, os primeiros ilustres economistas brasileiros eram formados em sua maioria em Direito ou em Engenharia. Eugenio Gudín é um exemplo. A formação desses profissionais em economistas deu-se em instituições privadas (Confederação Nacional da Indústria) e governamentais (SUMOC e BNDE). Já uma geração posterior foi completar seus estudos no exterior. Temos como exemplo Octavio Bulhões, Ignácio Rangel, Roberto Campos e Celso Furtado. A respeito disso Biderman, Cozac e Rego comentam (1996, p.20):

“O dualismo nacional/internacional e público privado não se limitava à FGV, mas fazia parte do desenvolvimento de todo o pensamento econômico no país.”

O DEPOIMENTO DE DELFIM NETO

No dia 13 de julho último (2015) o Professor Delfim Neto nos recebeu em seu escritório, em São Paulo, para nos falar de sua experiência como aluno e depois como docente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, FEA.

A entrevista foi muito agradável e o Professor acenou dando uma visão de ensino de Economia muito semelhante àquela que defendemos neste trabalho: plural, conversando com outras disciplinas como a História e a Antropologia, mas respeitando as Identidades Fundamentais da Contabilidade Nacional.

Fala sobre o ambiente Desenvolvimentista da FEA/USP e de convivência entre marxistas e marginalistas nos primórdios desta instituição, no final dos anos quarenta, início dos cinquenta do século passado.

Abaixo apresentamos alguns dos principais trechos do nosso encontro. A entrevista completa está no Anexo I deste trabalho.

Fábio Barbosa — Gostaríamos de começar esta entrevista sobre a experiência do senhor como presidente do Centro Acadêmico Visconde de Cairu (da Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo). O senhor era aluno...

Delfim Netto – Fizemos uma greve danada... (risos). Na verdade, o ensino de Economia na Universidade de São Paulo começou com um decreto de 1946 que criou a Faculdade de Ciências Econômicas. Foi no tempo do embaixador Lacerda de Soares, que era interventor, e ela (Faculdade) foi constituída por amadores. Não havia nenhum profissional. Aliás, tinha um, depois chegou um outro. O professor Paul Hugon era um francês que dava aula de Economia Institucional. Um bom professor, inclusive. E, depois, mais tarde, nós recebemos o Wilfred Stevens, que era professor de Estatística e que deu uma contribuição fundamental para essa disciplina no Brasil. Eram todos amadores, de forma que era uma escola muito aberta. Os professores foram escolhidos por títulos e a escola começou a funcionar. O currículo creio eu acho tinha sido sugerido já no Rio de Janeiro pelo Doutor Gudin (Eugênio). Mas era um currículo razoável, era razoável.

Eu creio que o ensino era um pouco mais universal do que é hoje em Economia, que é muito mais técnico, matematizado, e que esquece História, Sociologia, Antropologia, que é a coisa (Antropologia) mais séria do mundo (grifo nosso). Então, o que ocorria é que, como eram todos amadores (professores), eles se esforçavam realmente para dar uma visão mais ampla aos alunos. Eu sempre dou como exemplo o caso do Hugon, que era um professor francês que dava as suas aulas muito bem arrumadas de Economia Institucional, grande conhecedor da História do Pensamento Econômico, de forma que entusiasmava os alunos. Por exemplo, ele dizia moeda é qualquer coisa que sirva como meio de troca, reserva de valor etc. Na sequência vinha o professor de Sociologia, um grande mestre, o Heraldo Barbuy, que era assistente dele e dizia: não é nada disso. Ele nos falava que a moeda, segundo o Zimmermann, é uma instituição social, porque ela muda o comportamento do homem, a tal ponto que o homem só é egoísta porque existe moeda. Ou seja, você tinha uma visão muito mais ampla do mundo, da realidade. Mesmo os professores de Direito não eram, com exceção talvez do Montoro (Montoro, Franco), que era professor de Direito Privado, os outros não eram professores. Eram bacharéis com treino na vida. De forma que tínhamos um currículo razoável e em alguns aspectos mais amplos do que são hoje.

Tínhamos uma formação aberta. **Tanto é verdade que a escola (FEA, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade) da USP sempre foi aberta. Sempre teve, digamos, um pessoal do *mainstream* e também um pessoal meio marxista** (grifo nosso). Mas era tudo de pé-quebrado. O marxista, o *mainstream*, era tudo de pé-quebrado, e um *approach* histórico muito sério que era a Alice Canabrava. Realmente era um curso maravilhoso, porque tínhamos uma ênfase nas outras Ciências Sociais. Havia claro uma boa ênfase em Matemática, tinha depois em Estatística e Econometria com o Bueno (Luiz de Freitas). Eram todos (professores) amadores. Cada um deles estava também meio que aprendendo o que ele tentava transmitir para os alunos. Mas esse aspecto tornou o curso muito interessante e a Economia estava basicamente nas mãos do Hugon (Paul), que dava como disciplinas Introdução à Economia e História do Pensamento Econômico. Também do Roberto Pinto de Souza, que dava uma espécie de Macroeconomia, que naquele tempo era chamado de Estudo de Conjuntura, as teorias de conjuntura econômica. Agora, a Economia, digamos o núcleo dela, era o Dorival Teixeira Vieira, que era um curso que tinha duração de um ano e precedia o de Teoria de Preço, também de um ano. Nós tínhamos também mais um ano de Moeda e Crédito e finalmente um ano inteiro e outro de Comércio Internacional. Era o mesmo professor, sempre. Muito bom, esforçadíssimo, mas autodidata. E, digamos, com uma forte tendência, e como tinha vindo do Hugon, que era a do professor original, mais institucional. Você, na Economia, tinha pouca ênfase nos métodos quantitativos, mas nos métodos qualitativos, eles eram bastante razoáveis. Havia um curso de Matemática muito bom, que dado pelo **Bertê (?)**, e esse professor tinha um assistente realmente de altíssima categoria, que era o **Pizanelli (?)** e tinha o Luiz de Freitas Bueno, que sempre foi um grande entusiasta pela Estatística Econômica e pela Econometria, no tempo em que achávamos Econometria era coisa séria (risos).

Fábio Barbosa - O senhor logo que se formou se transformou em professor...

Delfim Netto - Sim, eu me formei e fui convidado pelo Bueno (Luiz de Freitas) para continuar como professor, como assistente...

Fábio Barbosa - Perfeito. O senhor foi professor no início dos anos 1950 (1952) e era um momento rico no debate da industrialização do Brasil, o BNDE, Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico surgindo, como era ser professor naquele momento da Economia brasileira?

Delfim Netto - Na verdade, a ideia do desenvolvimento econômico sempre foi parte da escola (FEA-USP). Quando eu cheguei para ser professor assistente, já tinha trabalhado com café (setor), tinha feito algumas coisas, aí prossegui já havia essa linha. Mesmo na Teoria do Desenvolvimento, a escola sempre foi muito aberta.

Fábio Barbosa - Esse clima, essa disposição (para o debate do desenvolvimento econômico) sempre esteve presente na escola então?

Delfim Netto - Sempre esteve presente. Essa abertura que ainda até hoje prevalece. Havia seminários que eram frequentados por todos, por marxistas, keynesianos. **O grande problema é que, quando se olha para a distância, os dois grandes pensadores, um do século XIX e o outro do Século XX, Marx (Karl) e Keynes (John Maynard), são vítimas dos seus assecclas. Mas a escola (FEA-USP) sempre foi de uma orientação aberta (debate)** (grifo nosso).

Fábio Barbosa – O senhor fez um artigo recentemente (abril de 2015) no jornal Folha de S. Paulo chamado *Economistas*. O senhor termina este texto com a frase: **“isto exige, como temos insistido, a integração das contribuições dos neoclássicos, dos keynesianos e dos marxistas na prática da política econômica”**(grifo nosso). Transportando essa sua fala para o ensino da Economia, o senhor diria que seria razoável o aluno ter uma visão plural desses diversos paradigmas durante o seu curso, mudando o ensino de pensamento único.

Delfim Netto – Acho que é absolutamente necessário. A Economia não é uma ciência. É uma ilusão imaginar que existe uma ciência social com o padrão das ciências duras. O homem é um animal muito mais complicado do que o átomo, do que a molécula. Na Economia, o átomo é um canalha, ele pensa, reage, mente, se esquivava, se defende. E o pior, ele vota. Então, não existe nada que seja seguro. Essa visão múltipla do mundo são os vários enfoques possíveis, que são importantes. E o que é mais ainda importante é ensinar o seguinte: existe sim um núcleo forte, que não pode ser violado, que são as equações da contabilidade nacional. Isso pode ser marxista, keynesiano, neoclássico, não tem como violá-las (equações). Todas as tentativas de violá-las acabaram em inflação e em déficits de

contas correntes. Existem coisas que, embora não haja ciência social, também nos dessas ciências, as mesmas causas causam os mesmos efeitos. Ou seja, quando você tem uma atividade que produz maus resultados, não adianta ficar tentando, porque ela é assim mesmo. Você precisa ter uma clara noção de que, não é porque ela (Economia) não é um conhecimento científico duro que será uma disciplina completamente arbitrária. Que você pode decidir discricionariamente, que a vontade política possa se sobrepor a algumas restrições que a Economia tem. Foi o que aconteceu conosco (Brasil) agora, recentemente.

Fábio Barbosa – Uma interação entre a questão da Economia com a Política, com a História...

Delfim Netto – O grande drama nosso (economistas) é que seriam precisas duas cadeiras fundamentais, uma de Teoria Política e outra de Antropologia, para saber quem você é. Então, nisso (formação) levamos uma vantagem enorme quando todos éramos amadores (primórdios do estudo da Economia no Brasil, particularmente na FEA-USP)). Os cursos eram mais modestos no seu ensino, mas talvez com um horizonte mais amplo nos seus objetivos. É o que eu sempre digo às pessoas: nós discutimos o Polanyi (Karl Paul, filósofo e historiador), a Grande Revolução, num seminário de Sociologia em 1947, 1948. Era um outro mundo (o estudo da Economia) porque os próprios professores não tinham muita certeza do que estavam fazendo. A dúvida era sadia.

ENTREVISTA COMPLETA NO ANEXO A ESTE TRABALHO.

A CHEGADA DA PÓS-GRADUAÇÃO: O PAPEL DA USP E DA FGV

Conforme Biderman, Cozac e Rego (1996) o primeiro curso de Pós-Graduação institucionalizado no Brasil foi o Curso de Análise Econômica (CAE) do Conselho Nacional de Economia do Rio de Janeiro. Era um curso de revisão e aperfeiçoamento dos graduados, assim como cursos ministrados pelo centro CEPAL/BNDE no mesmo momento. Em seguida, criou-se o Centro de

Aperfeiçoamento do Ensino no IBRE (Instituto Brasileiro de Economia da FGV/RJ) que seria o nascedouro da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV/RJ (EPGE). Uma das funções chaves do CAE era selecionar e treinar economistas candidatos a bolsas de estudos no exterior, em especial nos EUA. Essas bolsas eram, em sua maioria, financiadas pela USAID, pela Rockefeller Foundation ou pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior do Governo Federal).

Já na ditadura militar surge a primeira norma para disciplinar a criação dos primeiros centros de Pós-Graduação do país. É o parecer no 977/65 do MEC (Ministério da Educação e Cultura). A partir dele são criados o Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP) em São Paulo (1964) e a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE/FGV) no Rio de Janeiro (1966). É notório que os principais expoentes desses centros que surgem são Delfim Neto e Mario Henrique Simonsen, respectivamente.

Como dizem Biderman, Cozac e Rego (1996) essa solução acadêmica respondia não mais às demandas relativas à industrialização e urbanização incipientes, mas sim aos problemas derivados de tais desenvolvimentos. As mudanças profundas na economia brasileira geravam novas necessidades por parte do governo e do setor privado. A complexidade que as questões econômico-financeiras alcançavam exigia uma quantidade maior de profissionais diferenciados, que os novos centros buscavam oferecer.

Os novos Centros de Pós-Graduação da USP e da FGV causaram um aumento na produção acadêmica e a criação de novas revistas de pesquisas.

Em 1966 ocorreu o encontro de Itaipava com a presença de importantes professores de Economia como Reis Velloso, Delfim Neto, Conceição Tavares e Mario Henrique Simonsen. No encontro chegou-se à conclusão da existência de uma crise no ensino de Economia.

Uma das saídas tiradas do encontro para a elevação do padrão da formação do economista no país foi a aproximação com a comunidade internacional. Em 1966 a EPGE da FGV cria o seu Mestrado em Economia favorecida pelo convênio celebrado com o Conselho Técnico da Aliança para o Progresso (CONTAP) e a USAID. Em 1964 a Faculdade de Economia da USP já havia estabelecido convênio com a USAID e em 1965 com a Fundação Ford.

A EPGE e o IPE têm tradição acadêmica diversa, mas naquele momento a mesma fonte de financiamento. Para Biderman, Cozac e Rego (1996, p. 22) :

Ambos os cursos estão ligados, desde os primórdios, simultaneamente a instituições nacionais-governamentais e instituições internacionais. Vários bolsistas foram contratados por entidades internacionais como Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização dos Estados Americanos. Os estudantes que voltavam ao Brasi dirigiam-se para instituições como BNDE, Ministério do Planejamento e atividades no magistério superior.

Biderman, Cozac e Rego continuam:

O acesso aos altos postos governamentais privilegiou os pós-graduados em Economia aqui e no exterior. Como quem determinava em última instância quem ia para o exterior eram os centros de Pós-Graduação, estas instituições passaram a obter o monopólio na formação dos dirigentes econômicos do país.

A CHEGADA DE OUTROS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

A partir da década de 70 começam a surgir outros cursos de Pós-Graduação em economia pelo país. Em 1972 é criado o da UnB liderado por Edmar Bacha. Uma característica dos novos cursos de Pós-Graduação em economia é que, semelhante ao da UnB, eles surgem dentro dos Departamentos de Ciências Sociais.

O mestrado em Economia da UNICAMP teve como origem o Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), em 1974, dez anos antes da criação do Instituto de Economia da UNICAMP. Tiveram participação relevante na criação do programa Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzo, João Manoel Cardoso de Mello, entre outros. Em 1974 foi criado o mestrado em Economia de Empresas da FGV/SP com a liderança de Luiz Carlos Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano.

Em 1977 a PUC do Rio de Janeiro abre seu mestrado em Economia do Setor Público e com professores doutores formados nos EUA como Pedro Malan, Francisco Lopes e Rogério Werneck entre outros. Outra criação importante foi a do Instituto de Economia Industrial (IEI) da UFRJ, em 1979. O curso tinha como objetivo o campo da Economia Industrial e estudos relacionados à estrutura industrial e dinâmica econômica. Maria da Conceição Tavares e Antonio Barros de Castro são

os representantes maiores desta escola. O mestrado da PUC/SP foi um importante centro de referência nos anos 80, tendo intelectuais como Paul Singer e Francisco (Chico) de Oliveira.

A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – ANPEC

Em 1973 é criada a Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Economia – ANPEC com a participação de instituições brasileiras que atuam na pesquisa e formação na área de Pós-Graduação em economia. Atualmente, a ANPEC reúne 25 centros de pesquisa e anualmente seleciona para o mestrado em economia, através de um exame unificado, avaliando os candidatos nas áreas de macroeconomia, microeconomia, economia brasileira, matemática, estatística e inglês.

A ANPEC mantém convênios de cooperação técnica com o BNDES e com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A ANPEC é um exemplo de como a Pós-Graduação em economia no Brasil foi importante para solidificar o ensino de economia. É um elo importante com a graduação. O aluno que almejar fazer um mestrado de qualidade tem que passar pela ANPEC, não necessariamente mais pelo exterior.

Ao mesmo tempo exigiu das graduações competências adicionais para dar conta das expectativas de seus egressos de frequentarem centros nacionais de Pós-Graduação de excelência.

O ENSINO DE ECONOMIA E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS

O golpe que instalou a ditadura militar no Brasil teve seu ápice em 1968 com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Este deu poderes ao Executivo de decretar o recesso do Congresso Nacional, ou seja, dissolver o parlamento. Os direitos políticos foram suspensos, implantou-se a censura à imprensa e à produção artística e cultural.

A Universidade teve cerceamento em sua liberdade de pensar e pesquisar, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi posta na ilegalidade.

Vários políticos foram cassados nos diversos níveis de representação (municípios, estados e união), muitos servidores públicos foram exonerados e houve muita perseguição no meio militar.

Alguns dos resultados desse regime de exceção foi a opção de uns pela luta armada (com suas consequências que não cabe aqui analisar) e de outros foi o exílio voluntário ou forçado.

O início do processo de liberalização do regime militar (a chamada abertura política) se deu em 1974 e se encerrou para alguns com a posse, em 1985, na Presidência da República do primeiro Presidente civil após João Goulart, José Sarney. Por outro lado, alguns historiadores veem a promulgação da Constituição em 05 de agosto de 1988 como a data do encerramento do processo de abertura.

Em 1974 o general Ernesto Geisel assumiu o poder e a economia dava sinais de esgotamento do modelo do “milagre econômico”. Crise do petróleo, crescimento da dívida externa, alta da taxa de juros internacionais e pressão inflacionária interna. Estes fatores começaram a trazer uma descrença em setores da sociedade quanto à eficiência do modelo econômico de crescer primeiro o bolo para depois distribuí-lo. Era inevitável vir a crise política.

Geisel e seus aliados mais próximos no meio militar perceberam que era o momento de iniciar a abertura política, mas “lenta, gradual e segura”.

É claro que esse movimento teve contradições e a linha dura dos militares contra a abertura reagiu e houve uma radicalização, através da tortura por exemplo e de episódios como o do Rio Centro.

Mas Geisel faz seu sucessor que assume em 15 de março de 1979. É o general João Baptista Figueiredo que assume com o compromisso de levar o Brasil a uma democracia.

Em 28 de agosto de 1979 Figueiredo promulga a Lei da Anistia (Lei número 6.683) que foi produto de uma grande mobilização popular ainda nos meados dos anos 70, através do Movimento Feminino pela Anistia, pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e por vários Comitês espalhados pelo Brasil e pelo Mundo.

Do ponto de vista político, cultural, social, a Lei da Anistia faz um corte na história da abertura política, como diz a música, “diz que eu estou voltando”. Mesmo

com críticas às limitações da Lei, como tratar torturados igual a torturadores, voltaram muitos ilustres brasileiros exilados. Muitos intelectuais, professores, cantores, poetas, letristas e, é claro, economistas. Vários professores foram reintegrados a suas carreiras universitárias assim como no serviço público civil e militar. Se bem que foi necessária uma Comissão da Verdade anos depois para investigar com profundidade as mazelas e injustiças cometidas durante a ditadura.

Um aspecto importante da anistia foi a oxigenação do meio acadêmico.

Com o retorno de vários professores à academia o debate no ensino de economia ficou mais sofisticado em algumas Universidades. Era necessário pensar de formar mais plural em termos do pensamento econômico. Não poderia haver a predominância de um pensamento único, o neoclássico (marginalismo).

Nos programas de pós-graduação da UNICAMP, FEA/USP, PUC/São Paulo, UFRJ, por exemplo, no início dos anos 80 já estava claro a tendência de um pluralismo teórico, através do oferecimento de disciplinas que fugiam da tradição marginalista, como a leitura de Karl Marx, Michael Kalecki e John Maynard Keynes, entre outros.

O mestrado em Economia da USP no início dos anos 80 oferecia a disciplina Teoria do Valor que era basicamente uma leitura de capítulos da obra de Marx “O Capital – Crítica da Economia Política”. Já a UNICAMP, em 1983, em seu mestrado continha a disciplina Economia Monetária e Financeira, ministrada pelo professor Luiz Gonzaga Belluzzo, na qual, de forma heterodoxa, discutia-se a moeda nos Monetaristas, em Marx e em Keynes. Ou seja, os ares da redemocratização chegavam no mundo acadêmico da Economia. A começar pela Pós-Graduação. Era preciso ler os clássicos, os originais, não apenas os manuais típicos do pensamento único da escola norte-americana.

A abertura política avançou. O PMDB vence as eleições em 1982. Vieram as “diretas já”, no final de 1983 e primeiro semestre de 1984. Derrotada a emenda Dante de Oliveira veio a eleição indireta de Tancredo Neves, mas com a posse de José Sarney no início de 1985. Era o PMDB no poder e seus Economistas assumindo o comando da política macroeconômica do país.

Neste ambiente de redemocratização do país, de repensar o debate econômico e político na universidade, que surge um movimento para a renovação da matriz curricular do curso de economia nacionalmente.

Os eixos centrais dessa reforma foram um ensino teórico plural, ênfase na realidade brasileira e dar instrumental para um profissional de qualidade para as necessidades do mercado profissional.

A REFORMA DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL DO CURSO DE ECONOMIA DE 1984

O currículo mínimo que prevalecia nos cursos de Ciências Econômicas em 1984 era aquele previsto pelo Parecer do Conselho Federal de Educação nº 397/62 e pela Resolução s/n do mesmo Conselho de 8 de fevereiro 1963.

Esta Resolução dava ao curso de economia a seguinte matriz curricular:

Ciclo básico:

1. Introdução à Economia
2. Matemática
3. Contabilidade
4. Estatística
5. História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil
6. Geografia Econômica
7. Instituições de Direito
8. Introdução à Administração
9. Sociologia

Ciclo de Formação Profissional

1. Análise Macroeconômica
2. Contabilidade Nacional
3. Economia Internacional
4. Moeda e Bancos
5. História do Pensamento Econômico
6. Análise Microeconômica
7. Finanças Públicas

8. Política e Programação Econômica

Este currículo permanece por duas décadas e é substituído por uma matriz que tem origem no Parecer nº 375/84 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 06 de junho de 1984, autoria do Conselheiro Relator Armando Dias Mendes e que resultou na Resolução nº 11 do mesmo Conselho, datada de 26 de junho de 1984.

O PARECER 375/84

O Parecer nº 375/84 tornou-se um texto clássico como referência para o ensino de economia em um novo momento da sociedade brasileira. O mesmo foi fruto de amplo debate que envolveu uma Comissão Especial que funcionou no Ministério da Educação e Cultura. Dela fizeram parte Professores e Economistas de várias regiões do país. Como diz o Relator foram ouvidos órgãos de representação da classe, assim como membros da comunidade acadêmica, em especial, ligados à ANPEC. Começa mostrando como durante as duas décadas que prevaleceu a antiga grade curricular o Brasil industrializou-se plenamente com o surgimento de vários setores econômicos dinâmicos, veio a rápida urbanização e o crescimento do acesso à educação. O texto indica ainda que o país passou pela crise do petróleo, desequilíbrio no balanço de pagamentos e pela ida ao FMI. Reconhece um saldo positivo de crescimento econômico, mas com grandes desequilíbrios sociais no meio urbano e o flagelo da seca no Nordeste.

É neste Brasil e neste mundo ainda do Muro de Berlim que o autor do Parecer aponta haver uma perplexidade na Ciência Econômica seja pelo lado teórico mais ortodoxo seja pelos marxistas. Isto resulta em formulações de políticas econômicas internas e externas insatisfatórias. Para o autor constatado esse fracasso há um desejo de reconstruir a Economia como Ciência e como Prática enquanto Economia Política e enquanto Política Econômica.

Vai mais longe o Relator ao mostrar a necessidade de inserir a Economia nos marcos das Ciências Humanas e Sociais, como segue :

Suas interligações com outras disciplinas desse abrangente campo voltam a ser exploradas, por vezes tateadas, numa busca instintiva da (re)constituição de uma interdisciplina menos exclusiva, capaz de repor no terreno da investigação científica o complexo tecido social que nunca é estanque. A vida econômica, enfim, não se processa in abstracto, mas no intrincado da vida do homem em sociedade – e o seu ser, o seu modo de ser e estar, o seu comportamento, a sua ciência e consciência não são propriedade exclusiva da Economia, como não o são da Sociologia, da Antropologia, Psicologia, da Ciência Política e assim por diante.

Dessa maneira para o Relator o novo ensino de Economia que ele ali estava analisando não poderia formar apenas técnicos em Economia que fizessem uso de categorias do pensamento econômico e de instrumentos da política econômica, a nível micro e macro nas empresas, mas sem estar atentos e sabedores dos benefícios e malefícios de suas ações para a sociedade. Diz :

O Economista para os dias de hoje não poderá ser apenas um refinado Matemático formulador ou operador de modelos econométricos, mas ser, sobretudo, um competente cientista social – que, por vezes, é certo, precisa lançar mão de instrumentos matemáticos sofisticados, conquanto que deles não se torne servo inconsciente. Deve, pois crescentemente, ao menos para certos fins, saber aproximar-se do ferramental que a computação põe ao seu alcance, sem transferir-lhe a responsabilidade pela avaliação qualitativa de fatores e situações não quantificáveis.

Nesta direção o Relator continua :

A nova estrutura curricular deve refletir as angústias e incertezas do momento, abrindo, no entanto, algumas trilhas a serem perlustradas para as novas construções do conhecimento e de sua aplicação concreta em função de seus objetivos que extrapolam, muitas vezes, ao campo doméstico da própria Economia. Esta, a grande moldura que deve proporcionar a configuração geral do novo currículo mínimo: por um lado a compreensão, a informação e a desejável formação plural, no sentido de que não há uma Ciência Econômica única, mas hipóteses diversificadas, diferentes e conflitantes; por outro lado, o entendimento fundamental de que essa diversidade e suas consequências radicam nos postulados básicos, nas concepções ou premissas que, por serem de natureza extra-econômica, situam-se no campo mais vasto da Ética.

OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO PARECER NÚMERO 375/84

Quatro princípios nortearam o Parecer do Relator. O primeiro é de que o ensino de economia deve estar comprometido com a realidade brasileira, como fica claro a seguir:

O princípio de que o curso deve estar voltado para estar comprometido com o estudo da realidade brasileira. Não se deseja formar um Economista para economias altamente industrializadas (ou até, pós-industriais) – se bem já tenha sido esse nível alcançado por algumas regiões nacionais. Mas atingiram-no dentro de um contexto profundamente desigual, diversificado, complexo, com suas inevitáveis relações múltiplas que não podem ser ignoradas. De qualquer modo, esse comprometimento com a realidade social, política e econômica que compõe a identidade brasileira, supõe sólida formação teórica, histórica (brasileira e mundial) e metodológica.

O segundo princípio refere-se ao comprometimento de um ensino plural quanto aos diversos paradigmas teóricos do pensamento Econômico. Conforme o Parecer :

O princípio de que a estrutura curricular não deve instrumentalizar uma única corrente do pensamento (ou ideologia) em Economia. É necessário, ao nível da graduação preservar o caráter plural, de forma a proporcionar ao aluno, durante o período de sua formação, a informação e a crítica das várias propostas de interpretação da realidade brasileira enquanto objeto de pesquisa científica e enquanto objeto da ação ou práxis técnica e política. Os paradigmas científicos das várias correntes principais do pensamento econômico devem ser postos ao alcance do estudante, para que, ao menos, se familiarize com os fundamentos das diferentes visões de mundo e das diferentes utopias (implícitas ou explícitas) que se antepõem. O curso, em suma, não deve ser colocado a serviço de uma escola de pensamento exclusiva como se ela fosse a palavra final na ciência – que não existe. Cada escola de pensamento deve, honestamente, ser apresentada ao estudante como um caminho que se pode percorrer junto com os resultados parciais colhidos, suas limitações ou incoerências e a identificação do muito que há ainda a percorrer, ou refazer, na busca incessante do saber no campo da economia – como parte, ou província, do campo mais geral das Ciências do Homem e da Sociedade.

Outro princípio importante no ensino de Economia é levar em conta a reinserção da chamada Economia Política nas transformações históricas e na conjuntura da vida humana. Como consta:

O princípio, portanto, da reinserção da Economia Política no intrincado do estudo da vida humana como ela é e suas transformações históricas e atuais. Não é demais insistir neste ponto, principalmente na fase histórica da evolução nacional brasileira que

atravessamos. Ao Economista se tem pedido a solução para todos os problemas brasileiros, dele se espera a salvação nacional coletiva e individualmente considerada. É mister reconhecer que alguns assumiram, imprudente e arrogantemente, a postura que lhe era pedida – e falharam, porque não são deuses nem Super-Homens e porque a Ciência Econômica encontra-se num momento crucial de revisão, mas do que isso, de confusão confessada pelas melhores cabeças. Ela não proporciona fórmulas mágicas que, aplicadas agiriam automaticamente, tantos e variados, e conflitantes, e contraditórios, e imprevisíveis são os fatores internos e externos (do ponto de vista espacial e do ponto de vista da natureza das coisas), que sobre ela incidem O currículo de Economia, bem concebido e melhor aplicado, não pode fugir à contingência de expor esse variado caleidoscópio, sem pretender impor a palavra final que nem foi e nem será pronunciada, seja por milagres da matemática, seja por artes da História.

Finalmente termina com o Princípio sobre a Ética :

E, ainda, e finalmente, o princípio maior que a tudo informa, que tudo explica, e sem o qual nada ganha sentido, que é o do senso ético norteador da responsabilidade social de que o profissional deve investir-se e investir-se. Nada impede que estabelecimentos de ensino introduzam, no currículo pleno, disciplinas tais como Deontologia ou Ética Profissional. Aos autores da proposta pareceu aconselhável, porém, que, essa preocupação permeasse toda a estrutura curricular em causa, até porque Éticas distintas orientam posturas distintas, como ressaltará do contato com as grandes escolas do pensamento econômico e social e com os grandes eventos da história econômica. Há de ser feito um esforço para que estes aspectos sejam trazidos a luz, sem disfarce, em numerosas disciplinas, em debates especiais, em depoimentos, em conferências e outras iniciativas voltadas para o mesmo fim. Admite-se válido, não obstante, destacar em disciplina própria (Economia e Ética) reflexão concentrada.

A RESOLUÇÃO NÚMERO 11, DE 26 DE JUNHO DE 1984

No anexo do Parecer 375/84 o Relator propõe o que veria a ser o novo currículo mínimo do curso de Ciências Econômicas: Nasce a Resolução 11, de 26 de junho de 1984. Esta, que seria assinada por Lafayette de Azevedo Pondé,

inspirada no Parecer 375/84 dá um formato extremamente moderno ao ensino de economia quando comparado ao que prevalecia na matriz anterior.

Sua estrutura é formada por Matérias de Formação Geral e, Matérias de Formação Profissional, com suas subdivisões. Este seria o novo currículo mínimo do curso de Economia. Vejamos a seguir sua estrutura.

I – MATÉRIAS DE FORMAÇÃO GERAL

I – A Núcleo Comum (seis matérias)

1. Introdução às Ciências Sociais (Evolução das Ideias Sociais)
2. Introdução à Economia
3. Matemática
4. Introdução à Estatística Econômica
5. Instituições de Direito
6. Contabilidade e Análise de Balanços

I-B. Matérias de Escolha

7. Sociologia
8. Ciência Política
9. Antropologia
10. Economia e Ética

II – MATÉRIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

II – A. NÚCLEO COMUM – FORMAÇÃO TEÓRICO – QUANTITATIVA (oito matérias)

11. Estatística Econômica e Introdução à Econometria
12. Contabilidade Social
13. Teoria Macroeconômica
14. Teoria Microeconômica
15. Economia Internacional
16. Economia do setor Público
17. Economia Monetária
18. Desenvolvimento Sócio-Econômico

II – B. NÚCLEO COMUM – FORMAÇÃO HISTÓRICA (quatro matérias)

- 19. História do Pensamento Econômico
- 20. História Econômica Geral
- 21. Formação Econômica do Brasil
- 22. Economia Brasileira Contemporânea

II – C. NÚCLEO COMUM – TRABALHO DE CURSO (duas matérias)

- 23. Técnicas de Pesquisa em Economia
- 24. Monografia (atividade curricular)

II – D. MATÉRIAS DE ESCOLHA

- 25. POLÍTICA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO
- 26. ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS
- 27. PROCESSAMENTO DE DADOS
- 28. ECONOMETRIA
- 29. ECONOMIA AGRÍCOLA
- 30. ECONOMIA INDUSTRIAL
- 31. ECONOMIA REGIONAL E URBANA
- 32. ECONOMIA DO TRABALHO
- 33. DEMOGRAFIA ECONÔMICA
- 34. ECONOMIA DE RECURSOS NATURAIS
- 35. ECONOMIA DOS TRANSPORTES
- 36. ECONOMIA DA ENERGIA
- 37. ECONOMIA DA TECNOLOGIA
- 38. ADMINISTRAÇÃO
- 39. METODOLOGIA DA ANÁLISE ECONÔMICA

As instituições de ensino deveriam escolher pelo menos uma disciplina do item I-B. MATERIAS DE ESCOLHA para compor o item I – MATÉRIAS DE FORMAÇÃO GERAL e escolher pelo menos três disciplinas do item II-D para completar as matérias de FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CURSO.

Este é o chamado currículo mínimo do curso de Ciências Econômicas, com um mínimo 2.700 (duas mil setecentos) horas aula, com integralização do curso

entre quatro e sete anos. Uma das novidades que trazia a nova proposta é que os cursos que fossem ministrados predominantemente no período noturno, o prazo mínimo de integralização seria de cinco anos e o máximo de sete.

Outra novidade importante foi o surgimento da disciplina Monografia, atual Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em algumas escolas, acompanhada de uma disciplina de apoio metodológico chamada Técnicas de Pesquisa em Economia.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DA ESTRUTURA DO NOVO CURRÍCULO A PARTIR DO RELATOR

Apresentada a Resolução 11/84 que como já comentamos fez parte como anexo do Parecer 375/84 nos parece importante elencar os comentários do Relator neste Parecer a respeito de algumas disciplinas que ele indicava como fundamentais para cumprir com os novos objetivos do curso. Nas Matérias de Formação Geral começa seus comentários com a disciplina Introdução às Ciências Sociais (Evolução das Ideias Sociais):

Nessa perspectiva deve ser entendida uma matéria inovadora que abre o elenco do rol indicado: Introdução às Ciências Sociais. O que dela se espera é a transmissão de uma imagem da evolução das ideias sociais (não as de Economia, *stricto sensu*), especialmente nos dois quatro últimos séculos. Nesse período se formou a moderna Ciência Econômica – como se formaram ou afirmaram outras disciplinas afins. A ideia é que a matéria seja proporcionada, essencialmente, mediante a seleção de textos dos “clássicos”, naturalmente comentados e discutidos, de modo a despertar no aluno o gosto pela leitura dos autores indispensáveis, a par da percepção, desde o início, de que o mundo das Ciências do Homem não brota nem se esgota com a Economia. Para ser bem ministrada essa matéria, pressupõe-se a capacidade de transmitir um fundo histórico de amplo espectro, com as linhas de cristalização teórica respectivas.

No campo das Introduções uma que vai merecer um comentário interessante e rico do Relator é Introdução à Economia:

A Introdução à Economia, por suposto, deve ancorar-se no seio mais amplo da Introdução às Ciências Sociais, a fim de colocar desde logo as definições do raciocínio econômico, preparando o aluno para dominar o jargão próprio e as categorias básicas da Análise Econômica (embora muitos termos, conceitos e instrumentos somente lhe possam ser adequadamente transmitidos em outras matérias). Mais do que isso, pretende-se

oferecer nesta disciplina, com possível e desejável complementação em Macroeconomia, aquelas postulações cardeais caracterizadoras da Teoria Econômica enquanto Economia Política. Almeja-se, portanto, que esta matéria não se apresente como ente assexuada, neutro asséptico – mas como algo que na sua dimensão política – isto é, enquanto produto de modos e relações de produção que variam geográfica e historicamente, sob muitas influências, estabelecendo interativamente uma teia de causa e efeito que não é totalmente explicada pela Economia.

A resultante dos comentários do Relator a respeito dessas duas matérias de formação geral reforça o caráter do curso de Economia ser interdisciplinar e de mercado. Estar presente neste mercado, na Bolsa de Valores, no Sistema Bancário não nega a ele seu caráter notadamente humanista, ou seja, um curso da área de Ciências Humanas, apesar de ter seu momento quantitativo. Muito pelo contrário, nesses ambientes da modernidade capitalista há a necessidade da compreensão das mudanças históricas, culturais, sociológicas, psicológicas, antropológicas, tecnológicas e outras. Neste sentido não basta a teoria econômica em si mesma, aliada da matemática/econométrica.

Em relação às matérias de formação profissional é o momento da preparação do profissional economista técnico propriamente dito, tendo como novidades as disciplinas Economia do Setor Público, Economia Monetária e Desenvolvimento Sócio-Econômico. O Relator dispensa indicar ementas de conteúdos tendo em vista que haveria um consenso mínimo a respeito.

Na Formação Histórica temos a história como doutrinas e a história como fatos. A história como doutrina é contemplada com a disciplina História do Pensamento Econômico e a contar a história e as políticas econômicas na história e na contemporaneidade vêm História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira Contemporânea, com a mesma cautela de não opinar sobre conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS A RESPEITO DO PARECER NÚMERO 375/84 E RESOLUÇÃO 11/84

Com clareza a reforma na matriz curricular do curso de Ciências Econômicas foi um marco no ensino dessa área do conhecimento no Brasil. Além de

ter sido produto de um debate das entidades de classe dos economistas, da ANPEC e de representantes do meio acadêmico, a reforma procurou trazer o ensino da economia para a o entendimento da realidade brasileira. Aliou isso a uma sólida formação teórica, histórica e instrumental.

Foi relevante nos seus princípios reconhecer o caráter plural da Ciência Econômica com correntes de pensamentos e paradigmas diversos.

Mas tão sofisticada foi a mudança que algumas instituições de ensino, em especial, as particulares isoladas, tiveram dificuldades em implantá-las. Com disciplinas mais sofisticadas são exigidos professores mais qualificados. Como implantar o rol de disciplinas optativas? O curso noturno em cinco anos? É competitivo com outros cursos de quatro anos?

Enfim, este trabalho não pretende estudar estes aspectos surgidos mas comentará que 20 anos depois surgiu um amplo debate que iria desembocar nas Novas Diretrizes Curriculares de 2005/2007.

Mas antes é importante observar que no momento das mudanças que estavam ocorrendo na matriz curricular e na sua implantação, ainda por volta de 1985, houve o surgimento de uma importante entidade para o debate nacional, de uma entidade para elevar a qualidade do ensino de economia em todo o país. Foi a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia – ANGE. A ANGE começou a ser organizada por ocasião do I Congresso Brasileiro dos Cursos de Graduação em Economia, realizado em Vitória- ES, em 1985. A então Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos – FACEC que hoje está integrada à Universidade Católica de Santos estava lá representada pelo seu Departamento de Economia.

A ANGE em sua carta de intenções tem como princípio manter o caráter plural do ensino de Economia, do ponto de vista de encarar como de várias maneiras ler e interpretar teorias e análises econômicas.

Tem como norma fazer reuniões anuais que são abertas a associados e alunos da graduação. Publica regularmente os Cadernos ANGE, além de promover seminários e encontros locais, estaduais, regionais e nacionais.

A ANGE teve um papel fundamental nas Diretrizes Curriculares de 2005/2007 junto com outras entidades de representantes dos economistas. Veremos na sequência.

NOVAS DIRETRIZES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS 2005/2007

Em 2002 o CNE/CES lançou o Parecer número 146, aprovado em 03/04/02 que tratava de novas diretrizes para os cursos de Turismo, Hotelaria, Secretariado, Teatro, Design, Música, Dança, Administração, Ciências Contábeis e Economia. Tão multifacetado, ficou extremamente pobre em relação à legislação de 1984 que, na prática, nunca foi reconhecido pelas entidades representativas dos economistas.

As novas diretrizes dos cursos de Ciências Econômicas construídas no período 2005/2007, aí sim, foram fruto de um amplo debate realizado por entidades como ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia, SEP – Sociedade Brasileira de Economia Política, ANPEC – Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Economia, e através de entidades profissionais representadas pelo COFECON – Conselho Federal de Economia, CORECONS – Conselhos Regionais de Economias, FENECON – Federação Nacional dos Economistas e a OEB – Ordem dos Economistas do Brasil.

Os Cadernos ANGE de Orientação Acadêmica 2006 trazem considerações relevantes sobre essas mudanças. A começar mostrando o prestígio que os economistas tinham antes dos anos 90 como definidores de estratégias tanto de governos como de empresas. Mas houve uma crise da profissão nos anos 90 e muitos economistas pensaram em partirem para a área de Administração ou Engenharia. Como diz os Cadernos da ANGE “muitas vezes afastando-a de sua condição de Ciência Social”. Houve uma queda generalizada pela procura dos cursos de Economia, mas o advento das novas Diretrizes da Ciência Econômica trouxe uma oxigenação ao ensino e à perspectiva profissional do economista. As novas diretrizes reforçaram o Parecer 375/84, o adequando à conjuntura existente naquele momento.

Duas citações valem à pena recuperar dos Cadernos. A primeira diz (Cadernos ANGE 2006, pg. 6):

Assim, é chegada a hora de recuperar o que a Economia enquanto ciência e enquanto profissão tem de específico, rico e útil para a sociedade. Talvez essa seja a única

forma de recuperar seu papel e, dessa forma, mostrar à sociedade e aos alunos sua importância. O advento das novas Diretrizes Curriculares é a porta que se abre para esse reposicionamento da Ciência Econômica na recuperação do seu status. As novas diretrizes permitem uma formação plural, conectada à realidade concreta brasileira e mundial, base fundamental para um profissional capaz de lidar de forma criativa com um mundo complexo, em constante transformação, para o qual um pensamento único, que empobrece o economista não pode ser capaz de dar conta.

Continuando:

Exatamente por isso as novas Diretrizes permitem ao economista encontrar seu lugar no mundo do trabalho, afirmando seu diferencial profissional diante das outras profissões concorrentes. Dentro de uma empresa, o economista é aquele que, nas mais diversas atividades que pode exercer, a olha de dentro para fora e que é capaz de verificar e analisar o terreno em que ela se locomove; é aquele que desenha estratégias de ação; um profissional cada vez mais fundamental em um mundo no qual quem pensa pequeno, quem pensa localmente, não tem futuro.

A LEGISLAÇÃO DAS NOVAS DIRETRIZES E AS INOVAÇÕES

A base das novas diretrizes é o Parecer 380/05 aliados ao Parecer 184/96 que define a carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

O que tem de novo nas diretrizes. Ampliou de 40% a carga horária de escolha dos cursos para 50%, com uma redução das disciplinas do currículo mínimo. Na verdade, isso se deveu à nova política do MEC que deixou a definição das disciplinas de carga horária de escolha à responsabilidade dos economistas, de suas entidades representativas e às instituições de ensino.

Criou as atividades complementares extraclasse nos currículos, cabendo às instituições definirem as áreas de especializações. Estas atividades complementares passaram a fazer parte da carga horária dos cursos, que por isso teve seu mínimo ampliado em relação à legislação então vigente.

Uma inovação significativa foi a obrigatoriedade de as escolas de economia terem um Projeto Pedagógico. Como salienta os Cadernos da ANGE, o Projeto Pedagógico é um documento para a divulgação para os membros da própria instituição de ensino como para o público externo. Tem o objetivo de dar

transparência aos fundamentos que estruturam a formação do economista naquela escola. Suas características e objetivos e como serão alcançados.

Em relação ao Estágio Curricular Supervisionado o mesmo não é obrigatório, mas quando ocorre deve ser supervisionado pela instituição.

Outra novidade é não mais a obrigatoriedade do curso noturno ser integralizado em cinco anos. Passa a ser apenas recomendação, mas uma opção da entidade. Aliás, é forte na ANGE a defesa dos cinco anos para o curso noturno, mas ele só vem resistindo em escolas públicas.

CONTEÚDOS CURRICULARES E ESTRUTURA DO CURSO

Em relação ao núcleo da matriz curricular do curso não houve nenhuma alteração significativa em relação ao Parecer 375/84 e à Resolução 11/84.

É composto por um núcleo de Formação Geral, um de Formação Teórico-Quantitativo, de Conteúdo de Formação Histórica, de Teórico-Práticos e Trabalho de Curso – Monografia.

A grande novidade como previsto pela nova LDB de 1996 é que cabe a cada instituição de como utilizar a carga horária de escolha de 50% para a formação.

O Parecer 380/2005, de 06/11/2005, teve como sequência a Resolução número 7, de 29 de março de 2006 que formalizou a instituição das novas diretrizes, mas, ao fazê-la, o MEC cometeu um erro no inciso IV do artigo 5 ao tornar o Estágio Curricular obrigatório. A pedido das entidades dos economistas como Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE); Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC); Conselho Federal de Economia (CFE); e Federação Nacional dos Economistas (FENECON) foi elaborado o Parecer número CNE 95/2007, de 29/03/2007, que em nada altera o Parecer número CNE 380/2005 e que com a Resolução número 4, de 13 de julho de 2007 deixam claro ser o Estágio Curricular optativo da instituição de ensino.

CAPÍTULO 2

As Reformas nas Matrizes Curriculares do Curso de Economia da Universidade Católica de Santos (1984 – 2011): Pluralismo Teórico e Formação para o Mercado de Trabalho. A experiência de uma escola privada e regional

A reforma na matriz curricular a nível nacional de 1984 trouxe reflexos imediatos no curso de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos – FACEC. As mudanças tiveram que ser implantadas na escola para entrar em vigor a partir de 1985.

Mas é relevante observar que independente da reforma nacional, desde o final dos anos 70 e início dos anos 80 despontava um grupo de professores e alunos da comunidade do curso de Economia da FACEC que ansiava por mudanças. Estes professores e alunos em sua maioria tinha uma militância político-partidária de resistência à ditadura militar, da procura por um curso de Economia plural, com a leitura dos clássicos, dos marginalistas, dos cepalinos e dos marxistas e de um ambiente de escola democrático.

Em 1980 foi fundado por professores e alunos o Centro de Estudos Econômicos de Santos que trouxe para a escola palestras e cursos com professores de centros acadêmicos de vanguarda, à época, como USP, UNICAMP e PUC/SP. Vieram também representantes do Movimento de Renovação dos Economistas. Tudo isso propiciou um clima favorável a uma crítica construtiva à melhoria do curso. Aspecto positivo também é que em anos seguidos a FACEC teve alunos aprovados em programas de mestrado de excelência como os da ANPEC e os da PUC/SP. A importância da aprovação destes alunos nos programas de mestrado está no sentido de que parte deles retornou como professores e ainda contataram colegas dos seus centros de estudos que também acabaram lecionando na escola, já com a

nova matriz curricular. Isto veio garantir uma transição entre a matriz antiga e a nova com significativo ganho de qualidade.

E era isso mesmo que o grupo de alunos e professores desejava, elevar a qualidade ensino, mais ainda, a eliminação dos dois anos do ciclo básico com os cursos de Administração e Ciências Contábeis, a melhor qualificação do corpo docente, em especial, das disciplinas profissionalizantes do curso. Naquele momento a FACEC tinha mais bacharéis em Direito ministrando matérias chaves do curso do que professores com formação em Economia.

A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ECONOMIA DA FACEC QUE VIGORAVA EM 1984

A matriz curricular que estruturava o curso até 1984 era baseada no Parecer nº 397/62 e na Resolução s/n de 08/02/63 do Conselho Federal de Educação, acrescidas de disciplinas de escolha da escola e de sua entidade mantenedora. O regime do curso era semestral. Havia apenas um vestibular no início do ano e no final da década de 70 o curso era oferecido no período matutino, vespertino e noturno.

Havia um ciclo básico comum de dois anos ministrado em conjunto com os cursos de Administração de Empresas e de Ciências Contábeis e um ciclo profissional de dois anos quando a formação do economista era completada. O curso tinha a seguinte composição:

BÁSICO

PRIMEIRO SEMESTRE (PRIMEIRO ANO)	C/H
Introdução à Economia I	60
Matemática I	60
Instituições de Direito I	60
Contabilidade I	60
Sociologia I	30

Geografia Econômica I	30
Estudos de Problemas Brasileiros I	30
Problemas do Homem Contemporâneo I	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	360

SEGUNDO SEMESTRE (PRIMEIRO ANO) C/H

Introdução à Economia II	60
Matemática II	60
Instituições de Direito II	60
Contabilidade II	30
Sociologia II	30
Geografia Econômica II	30
Estudos de Problemas Brasileiros II	30
Problemas do Homem Contemporâneo II	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	360

TERCEIRO SEMESTRE (SEGUNDO ANO) C/H

Matemática III (Financeira)	60
Estatística I	60
História Econômica Geral	60
Análise Microeconômica I	60
Introdução à Administração I	60
Contabilidade III	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	360

QUARTO SEMESTRE (SEGUNDO ANO) C/H

Matemática IV (Financeira)	60
Estatística II	60
Formação Econômica do Brasil	60
Análise Microeconômica II	60
Introdução à Administração II	60
Contabilidade IV	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	360

CICLO PROFISSIONAL

QUINTO SEMESTRE (TERCEIRO ANO) C/H

História do Pensamento Econômico I	45
Contabilidade Nacional I	45
Moeda e Bancos I	45
Finanças Públicas I	45
Estatística III	45
Análise Microeconômica III	60
Problemas do Homem Contemporâneo III	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	315

SEXTO SEMESTRE (TERCEIRO ANO) C/H

História do Pensamento Econômico II	45
Contabilidade Nacional II	45
Moeda e Bancos II	45
Finanças Públicas II	45
Estatística IV	60
Análise Microeconômica IV	45
Problemas do Homem Contemporâneo IV	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	315

SÉTIMO SEMESTRE (QUARTO ANO)	C/H
Política e Programação Econômica I	45
Análise Macroeconômica I	60
Economia Internacional I	45
Mercadologia I	60
Economia Brasileira I	45
Econometria I	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	315

OITAVO SEMESTRE (QUARTO ANO)	C/H
Política e Programação Econômica II	45
Análise Macroeconômica II	45
Economia Internacional II	45
Mercadologia (Pesquisas Mercadológicas) II	60
Economia Brasileira II	45
Econometria II	45
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	285

TOTAL DA CARGA DO CURSO **2.670**

Salta aos olhos nesta grade a participação significativa das disciplinas da área de exatas. A carga horária de matemática e estática são significativas, juntas perfazem 450 horas e quando somadas à microeconomia e à econometria temos uma carga quantitativa do curso de 780 horas representando cerca de 29% da carga total do curso. A disciplina macroeconomia era ministrada apenas no sétimo e oitavo semestres, mas era introduzida no quinto e sexto semestres através da disciplina contabilidade nacional, totalizando as duas 195 horas contra 225 de micro.

Não é compromisso deste trabalho estudar a fundo a matriz curricular anterior a 1984, mas duas observações merecem ser feitas. A primeira é de que não conseguimos ter acesso aos processos administrativos que formalizaram a implantação dos currículos para os cursos que a FACEC mantinha na década de setenta e no início da década de oitenta. Isto vale também para a reforma curricular do curso de Economia de 1984. Tais processos não foram localizados nos arquivos da Universidade. Foram utilizados históricos escolares autorizados de ex-alunos do período em estudo para a reconstrução das matrizes pesquisadas.

Uma outra observação importante é que a estrutura curricular prevalecente até 1984 no curso de Economia da FACEC, além de apontar para uma forte formação quantitativa tinha em Microeconomia uma carga horária forte. Em tese, isto apontaria para um curso com tendência de ter um caráter de formação marginalista, mas pela experiência deste autor, no final da década de setenta e início da de oitenta o curso de Microeconomia foi ministrado por um bacharel em Direito, com um conteúdo programático totalmente superficial que o tornava apenas um curso de introdução à Microeconomia para principiantes. Já na formação na área de exatas tinha um ensino de excelência, seja nas disciplinas de Matemática quanto nas de Estatística e mantinha um padrão razoável também em Econometria. Quanto a esta última era persistente o dilema: quem ministra a disciplina, um economista com boa formação em Matemática e Estatística ou um Matemático bem preparado em Estatística avançada? No início dos anos oitenta a questão parece ter sido respondida quando preponderantemente economistas passaram a ministrar a disciplina.

A MATRIZ CURRICULAR DA REFORMA DE 1984

A matriz curricular aprovada em 1984 pela comunidade da FACEC tinha algumas inovações que iam ao encontro do Parecer 375/84 do Conselho Federal de Educação. O compromisso com o caráter plural ficou expresso em sua grade ao contemplar disciplinas e conteúdos que apresentavam aos alunos os diversos paradigmas em disciplinas chaves do curso e ao aumentar a carga horária das disciplinas do tronco história/ciências sociais. As outras principais inovações foram:

O curso passou do regime semestral para o anual;
 De dois anos de ciclo básico para apenas um ano com Administração de Empresas e Ciências Contábeis sendo ministrados conjuntamente;
 Curso diurno oferecido em quatro anos e curso noturno oferecido em cinco anos;
 Monografia de final de curso obrigatória;
 Introdução da disciplina Economia Política para a discussão dos economistas clássicos Smith e Ricardo mais Marx;
 Introdução da disciplina Origens e Evolução do Capitalismo com o objetivo de fortalecer o eixo de História do curso;
 Incorporação das disciplinas obrigatórias previstas no Parecer 375/84 e na Resolução 11/84.

COMPOSIÇÃO POR DISCIPLINAS E SERIAÇÃO DO CURSO DIURNO, OFERECIDO EM QUATRO ANOS

1º ANO - ANO LETIVO:	C/H
Matemática	120
Introdução à Estatística Econômica	120
Sociologia	60
Instituições de Direito (Público e Privado)	120
Introdução à Economia	60
Introdução à Administração	60
Introdução à Contabilidade	60
Estudos de Problemas Brasileiros	60
Problemas do Homem Contemporâneo	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	720
2º ANO - ANO LETIVO:	C/H
Introdução às Ciências Sociais -	60
Estatística Econômica e Introdução à Econometria	120

Contabilidade Social	60
Teoria Microeconômica	120
História Econômica Geral	60
Demografia Econômica	60
Economia Política	120
Origens e Evolução do Capitalismo	60
Matemática para Economistas	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	720

3° ANO - ANO LETIVO:

Teoria Macroeconômica	120
Formação Econômica do Brasil	60
História do Pensamento Econômico	120
Técnicas de Pesquisa em Economia	60
Economia da Tecnologia	60
Econometria	60
Mercadologia	60
Matemática Financeira	60
Processamento de Dados	60
Economia Regional e Urbana	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	720

4° ANO – ANO LETIVO: **C/H**

Economia Internacional	60
Economia do Setor Público	60
Economia Monetária	60
Economia Brasileira Contemporânea	120
Desenvolvimento Sócio - Econômico	60
Economia do Trabalho	60
Política e Planejamento Econômico	60

Elaboração e Análise de Projetos	60
Contabilidade e Análise de Balanço	60
Monografia	240
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	840

TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO 3.000

**E SERIAÇÃO DO CURSO NOTURNO, OFERECIDO EM CINCO ANOS
COMPOSIÇÃO POR DISCIPLINAS**

1º ANO - ANO LETIVO: C/H

Matemática	120
Introdução à Estatística Econômica	120
Sociologia	60
Instituições de Direito (Público e Privado)	120
Introdução à Economia	60
Introdução à Administração	60
Introdução à Contabilidade	60
Estudos de Problemas Brasileiros	60
Problemas do Homem Contemporâneo	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	720

2º ANO - ANO LETIVO: C/H

Introdução às Ciências Sociais	60
Estatística Econômica e Introdução à Econometria	120
Contabilidade Social	60
Teoria Microeconômica	120
História Econômica Geral	60
Demografia Econômica	60
Economia Política	120

Origens e Evolução do Capitalismo	60
Matemática para Economistas	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	720

3° ANO – ANO LETIVO: C/H

Teoria Macroeconômica	120
Formação Econômica do Brasil	60
História do Pensamento Econômico	120
Técnicas de Pesquisa em Economia	60
Economia da Tecnologia	60
Econometria	60
Mercadologia	60
Matemática Financeira	60
Processamento de Dados	60

TOTAL DA CARGA HORÁRIA 660

4° ANO – ANO LETIVO: C/H

Economia Internacional	60
Economia do Setor Público	60
Economia Monetária	60
Economia Brasileira Contemporânea	120
Desenvolvimento Sócio-Econômico	60
Elaboração e Análise de Projetos	60
Monografia	120
Contabilidade e Análise de Balanço	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	600

5° ANO – ANO LETIVO: C/H

Economia do Trabalho	60
----------------------	----

Política e Planejamento Econômico	60
Economia Regional e Urbana	60
Monografia	120
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	3.000

O AMBIENTE POLÍTICO NA FACEC QUANDO DA ELABORAÇÃO DA MATRIZ ACIMA APRESENTADA

Antes de iniciarmos um estudo mais detalhado da matriz acima apresentada é razoável alguns comentários de como era o equilíbrio das forças políticas na FACEC no início dos anos 80, do século passado. Em 1984 as Faculdades que compunham a Instituição de Ensino Sociedade Visconde de São Leopoldo tinham como gestores os então chamados Diretores e, no caso da FACECS, tinha uma estrutura acadêmica formada por Departamentos em cada curso que mantinha (Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração de Empresas). Os Departamentos formavam o nível mais elementar de representação do curso, pois neles participavam todos os professores que lecionavam no mesmo e os representantes dos alunos, sendo chefiados por um professor eleito pelos seus componentes. Havia uma outra instância denominada Conselho Departamental, formada pelo Diretor da escola mais os Chefes dos Departamentos e a instância de maior hierarquia que era a Congregação formada por todos os professores Titulares mais os representantes dos professores Assistentes e os dos alunos.

O Departamento de Economia tinha em 1984 uma composição, tanto a nível de corpo docente quanto de representantes do corpo discentes, de campo notadamente progressista. Queremos apontar com este termo sujeitos que naquele momento vivido pela sociedade brasileira, ou seja, a redemocratização do país, simpatizavam pelas causas da centro-esquerda e alguns que até mesmo militavam nos partidos recém-criados, PT e todos os diversos grupos de esquerda que compunham o mesmo naquele momento, e aqueles que viriam a fundar o PSDB, e

eram adeptos da reforma nacional do curso de Economia, nos termos do Parecer 375/84. Outro fato interessante era o rejuvenescimento do Departamento. Professores que faziam mestrados em grandes centros de ensino assumiram a Chefia do Departamento em um período que tem início em 1983 com o Professor Emanuel Canton que fazia seu mestrado na PUC/RJ. Em 1984, ano da reforma, este pesquisador estava com esta atribuição, mestrando em economia na época na FEA/USP. Em 1987 a Chefia foi assumida pelo Professor Antônio Tavares Russo, mestrando em economia na PUC/SP.

O Diretor da escola naquele momento, o Professor Ynel Alves de Camargo, da área de Ciências Contábeis, que tinha uma aparência de rigoroso disciplinador, para alguns quase autoritária, concedeu uma autonomia sem precedentes ao Departamento para a elaboração da reforma. Assim, estavam dadas as condições políticas para que uma mudança de cunho inovador, progressista, plural e humanista fosse aprovada pelas instâncias decisórias da FACEC, mas sem que não houvesse a necessidade de alguns acordos tácitos ou não em relação à manutenção de algumas disciplinas. Como veremos ao começarmos a analisar a grade, a seguir.

UMA ANÁLISE POR DENTRO DA REFORMA DE 1984 NA FACEC

O que queremos dizer por acordos tácitos ou não tácitos ditos acima. Em nosso modo de entender são realidades, especificidades de instituições de ensino superior privadas, com preponderância do regime de trabalho horista de aula, sem plano de carreira. Nelas encontramos uma multiplicidade de interesses, acomodações, compadrios, que fazem que a grade curricular não expresse apenas o bom interesse da qualidade de ensino, mas o interesse dos grupos de poder que são hegemônicos na instituição hora sim, hora não. Também a preocupação concreta dos sujeitos (professores) pela manutenção da renda familiar através de um número de horas aulas que garanta isto e também garanta o vínculo empregatício com a instituição contratante. São fatores relevantes da realidade deste tipo de instituição.

Mesmo que setores percam momentaneamente hegemonia, como foi no Departamento de Economia da FACEC em 1984, eles têm articulação política para

continuarem vivos, estão presentes na sociedade civil da cidade, na mantenedora da instituição. Mas não é só uma briga de poder, é uma briga de sobrevivência no dia a dia do professor hora-aula, que não tem carreira. Quando há uma mudança na grade curricular nós podemos criar transtornos para a vida das pessoas, como dito anteriormente com seu salário, com sua qualidade de vida. É algo complexo e que exige, como exigiu em 84, uma “negociação elegante”. Esta aparecerá na apresentação detalhada da matriz ao citarmos algumas disciplinas que continuaram na grade e outras que foram adaptadas, mas foram fruto de acordos. Em alguns momentos estes acordos foram feitos entre o Departamento e o(s) interessado(s) (tácito). Em outros momentos não de forma tácita, mas as adaptações foram sinalizadoras de que o(s) interessado(s) não seriam prejudicados. É bom ressaltar que no caso da FACEC conseguimos reunir um fator interessante que foi blindar a continuidade dessas disciplinas com qualidade de ensino, pois as mesmas eram ministradas por professores de reconhecida competência.

ESTUDANDO A MATRIZ CURRICULAR DE 1984 POR SERIAÇÃO

Como já apresentado anteriormente o novo curso de economia, por força da nova legislação a nível nacional, foi oferecido para ser integralizado em quatro anos para o período matutino e em cinco anos para o período noturno. Como as duas grades são idênticas faremos a análise tomando como base o curso de cinco anos.

Inicialmente daremos atenção às disciplinas que dão ênfase ao caráter plural do curso, para depois fazer uma comparação do avanço das disciplinas de formação histórica em relação à matriz anterior.

1º ANO

O primeiro ano como já mencionado anteriormente reunia disciplinas comuns aos três cursos. Nosso interesse é estudar como foram construídos os objetivos, a ementa e a bibliografia da disciplina Introdução à Economia. Do ponto de vista documental a ementa mais antiga que tivemos acesso estava anexa ao

processo nº 4.660.03.91, de 21/11/91 que tratava do que veria a ser uma nova reforma curricular no curso de economia, em 1991. Como nós ministramos esta disciplina em 1985 para a primeira turma do então novo currículo, nos parece ser um bom balizador, tendo em vista que mantinha praticamente os mesmos objetivos da ementa do ano que lecionamos. É importante ressaltar que os documentos referentes à reforma curricular de 1984 não foram localizados nos arquivos da Universidade. Assim, o mesmo tratamento será dado para as demais disciplinas analisadas adiante, levando em consideração também que como Chefe do Departamento de Economia naquele momento, participamos da construção das ementas de várias disciplinas, em conjunto com os professores responsáveis pelas cadeiras.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Apresentar os principais conceitos da Ciência Econômica, fazendo com que o aluno compreenda a dimensão social e política da mesma.

Oferecer ao aluno um enfoque pluralista da Teoria Econômica.

Oferecer uma visão integrada do curso do Curso de Economia, tal como é ministrado na FACEC, permitindo que o aluno curse com interesse e aproveitamento as demais disciplinas.

EMENTA:

A Economia Capitalista.

Problemas Econômicos e Objetivos Econômicos.

A escassez.

A especialização, as trocas e o dinheiro.

Demanda, oferta e equilíbrio.

A ação econômica do Governo.

A organização e o financiamento nas empresas privadas.

A medida do Produto Nacional e a Renda Nacional.
Política Fiscal.
A Moeda e o Sistema Bancário.
Banco Central e os instrumentos de Política Monetária.
Inflação – Considerações Gerais.
Noções de Comércio Internacional.
Taxas de Câmbio.
Balanço de Pagamentos.
Noções de Desenvolvimento Econômico.
Mercado de Trabalho.
Distribuição de Renda.

BIBLIOGRAFIA:

Básica:

Robison, J; J. Eatwell. -Introdução à Economia. Ed. Técnica e Científica, 1979.
Wonnacott/Crusius. Introdução à Economia. – Ed. Mcgraw – Hill, 1985. .
Pinho, D. Vasconcelos. M (Org.). -Manual de Economia – Equipe de Prof. da USP.
Saraiva Editora.

Complementar:

Barros de Castro, A.; Lessa, C. – Introdução à Economia – Uma Abordagem Estruturalista. Ed. Forense Universitária, 1973.
Claudio Napoleoni – Curso de Economia Política. Ed. Graal, 1979.
Paul Singer – Curso de Introdução à Economia Política. Ed. Forense Universitária.
Marcos Cintra de Albuquerque – Introdução à Teoria Econômica. Ed. Mcgraw – Hill, 1976.

Percebe-se que os objetivos da disciplina estão colados no espírito da reforma quando deixa claro o intuito de oferecer ao aluno um enfoque pluralista da teoria econômica.

Isto é confirmado na ementa que foge da lógica tradicional dos cursos de Introdução à Economia que é uma clara divisão introdutória à Micro e à Macroeconomia. Podemos citar o item 1 que diz respeito à Economia Capitalista, ou seja, o aluno inicia o curso com um conceito de estudar um sistema econômico historicamente determinado. Uma tradição de interpretação claramente marxista.

Claro que são apresentados os conceitos básicos de micro e macro, com ênfase a esta última, mas é interessante destacar o item “A especialização, as trocas e o dinheiro” (item 4), aonde se encaminha para a discussão da gênese do dinheiro, mais uma vez na tradição marxista.

Destaque também para trazer para o início do curso temas relevantes e motivadores para os alunos como “Noções de Desenvolvimento Econômico” (item 16), “Mercado de Trabalho” (item 17) e “Distribuição de Renda” (18).

Em relação à bibliografia a mesma é claramente plural. Na básica temos a obra dos Keynesianos puros Robison/Eatwell contraponto aos tradicionais manuais de Introdução à Economia de inspiração norte-americana como Wonnacott/Crusius e o da Equipe de Professores da USP. Já na bibliografia complementar temos duas obras consagradas de dois marxistas que são o italiano Claudio Napoleoni e o economista Paul Singer. Temos a presença também de dois tradicionais representantes da escola da CEPAL, os economistas Carlos Lessa e Antônio Barros de Castro. Já a obra de Marcos Cintra de Albuquerque é um clássico manual de origem neoclássica.

Podemos verificar que a disciplina Introdução à Economia estava plenamente inserida na proposta de um curso plural, mas com uma tendência, um viés, mais marxista do que os tradicionais cursos ministrados na maioria das escolas de economia do país.

2º ANO – O INÍCIO DE FATO DO CURSO DE ECONOMIA. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

A partir do segundo ano o curso entra na formação específica do economista e passa a seguir com rigor o que disciplina o Parecer 375/84 e a Resolução 11 do mesmo ano. As mesmas foram analisadas no capítulo 1 e vimos que a matriz

nacional aprovada naqueles institutos continha um grupo de matérias de formação geral e outro de formação profissional. Dentro destes grupos havia um subgrupo de matérias de escolhas pela instituição que teria que escolher pelo menos uma disciplina de escolha do subgrupo de formação geral e pelo menos três disciplinas de escolha do subgrupo de formação profissional. A carga horária mínima para contemplar a legislação deveria ser de 2.700 horas.

Já temos pistas aí que esta estrutura, apesar de ser inovadora e positiva, teria muito mais chances de ser exitosa na Universidade Pública do que nas Instituições de Ensino Superior Privadas. Estas por não manterem carreiras docentes, podem até mantê-las no papel, teriam dificuldades, como tiveram, de se adaptarem a uma reformulação de grande excelência, onde estaria presente a qualidade do corpo docente/discente e da infraestrutura, como bibliotecas e demais equipamentos.

Qual foi a solução encontrada na FACEC naquele momento: foi absorver o máximo possível de disciplinas, já existentes na grade, tornando-as disciplinas de escolhas da nova legislação, para complementar o mínimo das 2.700 horas e inovar oferecendo algumas novas disciplinas optativas/obrigatórias, como Economia Política, Origens e Evolução do Capitalismo, Matemática para Economistas e Matemática Financeira para completar a carga, totalizando 3.000 horas.

Assim, a matéria Sociologia foi absorvida como disciplina de escolha no núcleo de formação geral e as disciplinas Mercadologia, Processamento de Dados, Econometria, Elaboração e Análise de Projetos, Economia do Trabalho, Política e Programação Econômica, Economia Regional Urbana, Demografia Econômica, Economia da Tecnologia foram enquadradas como escolhas do núcleo de formação profissional.

ENTENDENDO O SEGUNDO ANO LETIVO

O segundo ano letivo apresenta de vez a proposta plural do curso. Vem com um núcleo teórico forte com a temática clássicos, neoclássicos e marxismo, representados pelas disciplinas Economia Política e Teoria Microeconômica, amparado por uma forte base em história com as disciplinas obrigatórias pela

legislação nacional Introdução às Ciências Sociais (Evolução das Ideias Sociais) e História Econômica Geral, além da optativa da escola Origens e Evolução do Capitalismo. Completa a série as disciplinas quantitativas e uma forma mais moderna e abrangente de ver as contas nacionais que é a matéria Contabilidade Social, além de Demografia Econômica que nada mais é que uma sucedânea de Geografia Econômica da matriz anterior e fez parte de um acordo tácito com o professor da disciplina substituída. O mesmo por competência continuou a ministrar a nova matéria que surgia em um momento de profundas transformações urbanas na Baixada Santista. Este mesmo acordo ocorreu com as disciplinas Sociologia e Mercadologia.

Vamos discutir com mais atenção as ementas das disciplinas que dão ênfase ao caráter plural do curso:

TEORIA MICROECONÔMICA

OBJETIVOS:

Esta disciplina pretende expor os principais conceitos com que opera a teoria econômica neoclássica, com ênfase nos aspectos que configuram o paradigma desta linha de pensamento econômico.

EMENTA:

O escopo e o método da teoria econômica.

O mecanismo da tomada de decisões.

As reações de mercado.

Teoria do Consumidor.

A oferta: Produção e Custo.

Competição perfeita.

Monopólio e competição monopolista.

Oligopólio – Estruturas de mercado e padrões de concorrência.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICAS:

Albuquerque, Marcos Cintra Cavalcanti – Microeconomia – McGraw-Hill – São Paulo.

Salvatore, Dominique Exercícios e Teoria Microeconômica. Coleção Schaum – São Paulo.

Labini, Paulo. S. – Oligopólio e Progresso Técnico. Abril Cultural – Col. “Os Economistas” – São Paulo.

Hunt e Sherman – Introdução à Moderna Teoria Microeconômica. Editora Vozes.

COMPLEMENTARES:

Marshall, Alfred – Princípios de Economia – Tratado Introdutório. Vol. I – Abril Cultural, 1982 – São Paulo.

Ferguson, C.C. – Microeconomia. Editora Forense Universidade. Rio de Janeiro.

Os objetivos da disciplina deixam claro seu compromisso com o eixo teórico da teoria neoclássica e a ementa dos itens 1 ao 8 reforça esta linha do curso.

Na bibliografia básica e complementar percebe-se que além dos tradicionais manuais de microeconomia são indicadas as obras clássicas do economista italiano Paulo Sylos Labini e do pai do marginalismo Alfred Marshall. Esta última indicação, em especial, revela a nova tendência do curso de incentivar o aluno a ter um contato inicial com as obras originais dos grandes teóricos dos diversos paradigmas econômicos. Isto se repetirá em outras disciplinas que serão analisadas no decorrer deste estudo.

ECONOMIA POLÍTICA

Economia Política foi uma das grandes novidades da nova matriz curricular ao apresentar três importantes concepções da Teoria do Valor-Trabalho. A dos

clássicos Adam Smith e David Ricardo e a crítica de Marx em sua mais famosa obra que é “O Capital – Uma Crítica à Economia Política”.

A disciplina surgiu como um desafio pois teria que forçosamente levar professor e aluno a acompanhar o curso, ao menos em parte, em cima das obras originais desses autores. Claro que com literatura de apoio que facilitasse o aprendizado.

Fomos o primeiro docente a lecionar esta disciplina no ano de 1986. A experiência foi extremamente positiva com uma dinâmica mesclando aulas expositivas com seminários dos alunos de capítulos chaves das obras originais dos pensadores estudados.

Aliás, convém ressaltar, que a sala de aula tinha um conjunto de alunos muito bem preparados, vindos do ensino médio. Muito diferente da realidade que temos nos defrontado nos últimos vinte anos.

Com as atuais turmas é praticamente impossível a elaboração de seminários em cima de textos originais de pensadores clássicos como Ricardo, Marx ou mesmo Keynes como veremos em Macroeconomia I adiante. Resta a indicação da forte deterioração da qualidade do ensino médio no país nas últimas décadas.

EMENTA

Os clássicos: Smith e Ricardo.

A Teoria do valor- trabalho em Marx.

BIBLIOGRAFIA:

Básica:

Smith, Adam – A Riqueza das Nações. Ed. Abri. SP, 1983.

Ricardo, David – Princípios de Economia Política e Tributação. Ed. Abril. SP, 1982.

Marx, Karl – O Capital – Crítica da Economia Política. Ed. Abril. SP, 1984.

Complementar:

Rubin, Issak Illich – A teoria marxista do valor. Ed. Brasiliense, 1980.

Napoleoni, Cláudio – Smith, Ricardo e Marx. Ed. Graal. RJ, 1978.

A bibliografia segue a tradição da volta aos originais complementadas com duas publicações consagradas de interpretação de Marx e dos clássicos que é Rubin e

Napoleoni. Para uma graduação sem dúvida um curso altamente pretensioso em busca da elevação da qualidade do ensino.

ORIGENS E EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO

A introdução desta disciplina foi fruto de um debate no Departamento de Economia no sentido de dar ao aluno maior entendimento das transições do modo de produção escravocrata da antiguidade para o feudalismo e deste para o capitalismo. Isto no debate mundial, geral. Houve muita influência nesta discussão na nossa formação como mestrando em economia, na época, na Faculdade de Economia e Administração da USP, tendo passado por professores como Fernando Vidal Luna, Iracy Del Nel Nero, Eleuterio Prado, Paul Singer e outros que travavam o debate sobre Marx. Em especial, os dois primeiros professores discutiam sobre modos de produção na antiguidade, a passagem para o feudalismo e deste para o capitalismo. O debate também era forte sobre a propriedade de escravos no Brasil colonial. Ali se discutia até da existência ou não de um modo de produção colonial escravocrata, nos termos da obra do historiador Jacob Gorender. O debate continuava até ao tradicional estudo da inserção do Brasil nos marcos do mercantilismo e a propriedade ou improriedade de se falar na existência de um modo de produção denominado capitalismo comercial.

A segunda parte do curso (segundo semestre) foi ministrada em cima da tese de doutoramento, junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que se tornou o livro de Guido Mantega “A Economia Política Brasileira”, um verdadeiro esforço de alinhar, nos parece que pela primeira vez de forma organizada, a trilha de um Pensamento Econômico Brasileiro. Mantega faz um esforço de sistematizar os paradigmas das correntes acadêmicas do debate econômico no país, em especial nas décadas de 50 e 60.

Na verdade, prevaleceu a ideia de ser um curso aberto, flexível, que pudesse mudar seu conteúdo periodicamente, sem comprometer as linhas gerais do curso de Economia como um todo. Essa possibilidade foi uma inovação há quase trinta anos atrás que agora é reconhecida como salutar para as flexibilizações das matrizes curriculares.

EMENTA

Os Modos de Produção Escravocratas da Antiguidade e a Transição para o Feudalismo.

A passagem do Feudalismo para o Capitalismo.

O Brasil colonial escravocrata nos marcos do mercantilismo.

O esboço de um Pensamento Econômico Brasileiro

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

Anderson, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. Editora Brasiliense, 1974.

Pinsk, Jaime (Organizador). Modos de Produção da Antiguidade. Editora Global, 1982.

Novaes, Fernando A. – Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808). Ed. HUCITEC. SP, 1979.

Mantega, Guido. - A Economia Política Brasileira. Editora Polis/Vozes, 1984.

COMPLEMENTAR:

Gorender, Jacob – O Escravismo Colonial. Ed. Ática, 1978.

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS (EVOLUÇÃO DAS IDEIAS SOCIAIS)

Uma disciplina que merece atenção por também dar ao curso o caráter plural e humanista é Introdução às Ciências Sociais (Evolução das Ideias Sociais). Ela fazia parte da grade obrigatória do curso prevista na Resolução 11/84, mas a matéria sociologia foi mantida na estrutura, em parte pelos mesmos motivos dos acordos tácitos ou não tácitos citados anteriormente, mas também por uma vocação do curso, naquele momento, de abraçar seu lado de Ciências Sociais dessa maneira elevando a carga horária deste eixo. Os objetivos, a ementa e a bibliografia seguem abaixo:

OBJETIVOS:

A partir do reconhecimento que a atividade econômica constitui apenas um aspecto da vida do homem em sociedade o curso visa integrar o conhecimento da Economia às demais abordagens dos fenômenos sociais. O ponto de partida é a análise da série de transformações teóricas das Ciências Sociais. Significa em suma, correlacionar a evolução histórica com o desenvolvimento do conhecimento como uma forma de Autoconsciência da sociedade. O programa divide-se na primeira parte em uma discussão de problemas estruturais das Ciências Sociais, os quais se relacionam com tópicos sobre a interferência científica, classificação aplicação, predição medida, probabilidade e determinismo. Na segunda parte são analisadas as relações entre desenvolvimento histórico e as diferentes concepções de realidade social.

EMENTA

Introdução ao estudo do pensamento social, as ideias sociais e suas evoluções.

Concepções básicas que influenciaram o surgimento da Idade Moderna.

A gênese das concepções que permitiram a formação da Burguesia Industrial.

O papel da das Revoluções no Estado Moderno.

A crise do poder no século XX.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

Bobbio, Norberto. O conceito de sociedade Civil. Editora Graal, 1982. RJ.

Manheim, Karl. Ideologia e Utopia. Zahar Editores.1972. RJ.

Manfred, A. Z. – A Concepção Materialista da Revolução Francesa. Global Editora.1982. SP.

Bobbio, Norberto. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. Brasiliense. SP.

COMPLEMENTAR:

Borgadus, Emory. A evolução do pensamento social. Editora Fundo de Cultura. Portugal.

HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL

OBJETIVO:

Para esta disciplina localizamos a ementa e a bibliografia que são suficientes para demarcar seu caráter de tendência da historiografia marxista e que se confunde em alguns tópicos com a matéria Origens e Evolução do Capitalismo, analisada anteriormente, em especial quanto ao debate sobre a transição dos modos de produção da antiguidade para o feudalismo. Mas a preocupação maior desta disciplina é entender o processo das duas grandes Revoluções: a Industrial e a Burguesa, passando pelo turbulento século XIX na Europa, as duas Guerras Mundiais e o Mundo e o Capitalismo Contemporâneo.

EMENTA

A transição do escravismo antigo para o feudalismo.

O modo de produção feudal e a transição para o capitalismo.

As revoluções burguesas nos marcos da revolução industrial.

As lutas sociais na Europa.

A crise dos anos 30 e a ascensão do fascismo.

O capitalismo contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA (não há distinção entre básica e complementar e a reproduzimos literalmente).

Hobsbawm, Eric. - A Era das Revoluções – Paz e Terra.

Hobsbawm, Eric. - A Era do Capital – Paz e Terra.

Dobb, Maurice. A Evolução do Capitalismo
Marx, Karl. - O Capital – Tomo I, vol. I cap. Sobre maquinaria e a grande indústria.
Lênin, V. I. – Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo
Okabe, Haquira.- Algumas Reflexões sobre a Formação do Capitalismo Japonês.
Niveau, M. - História dos Fatos Econômicos Contemporâneos. Cap. II. França.
Barnes, Harry E.- História de 1º Economia de 1º Mundo Ocidental – cap. XII, item I)
Alemanha).
Brundel, Fernand. - Las Civilizaciones Actuales, cap. XXI (EUA).
Abendroth, Wolfgang. História Social do Movimento Trabalhista Europeu, caps.2, 3.
4, 5, 6.
Lênin, V. I. - O Estado e A Revolução, Várias Edições. Caps. 2 e 3.
Aglieta, Michel. - Regulation et Crises du capitalismo. Belgique e Calmann Levy,
1976, vários capítulos, (foi apontado que este texto foi lido em espanhol, através de
xerox deixada na biblioteca da escola).

Ao retratar a ementa e a bibliografia fica claro que a proposta do conteúdo é claramente de orientação marxista, dando ênfase a autores como o próprio Marx, Hobsbawam, Dobb, Lênin e Aglieta. Opção que demonstra a mudança de orientação do curso que se inaugurava com a reforma de 1984.

É visível também uma sobreposição de conteúdos com a disciplina Origens e Evolução do Capitalismo, no que tange ao debate sobre modos de produção. Falaremos mais a respeito quando da análise da reforma de 1991.

3º ANO – CONTINUAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Iremos analisar três disciplinas do terceiro ano que nos parece traduzirem bem o caráter teórico plural do curso, e o forte eixo histórico do mesmo. São Teoria Macroeconômica, Formação Econômica do Brasil e História do Pensamento Econômico.

TEORIA MACROECONÔMICA

OBJETIVOS:

A partir da reforma de 84 a disciplina Macroeconomia muda o seu caráter. Deixa de ser uma mera reprodutora dos manuais de macroeconomia neokeynesiana e passa a abrigar, também, um encontro com dois pensadores de seus fundamentos: John Keynes e Michael Kalecki. Com o primeiro o encontro se dá com a leitura dos principais capítulos da consagrada “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”. Já com Kalecki, que tem obra mais dispersa, a opção foi o livro de Jorge Miglioli “Acumulação de Capital e Demanda Efetiva”. É importante ressaltar que debater esses dois autores em um curso de graduação em Economia é uma audácia e um privilégio. Por praticamente trinta anos isto é feito na Unisantos. É confrontar um autor que rompeu com parte da tradição neoclássica, Keynes, com outro que parte de um paradigma marxista, e que vão chegar a muitas conclusões em comuns.

Dessa maneira, o curso de macro começava com esse debate heterodoxo e depois apresentava o tradicional programa neokeynesiano, em especial, o modelo IS-LM, a chamada síntese neoclássica e os demais modelos como os novos clássicos e os novos keynesianos.

O curso encerrava com um debate das políticas macroeconômicas da conjuntura nacional.

EMENTA

A leitura e o debate de “ A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” de Keynes.

A dinâmica das economias capitalistas em M. Kalecki.

O modelo de determinação de renda keynesiano. A síntese neoclássica e o modelo IS-LM.

O modelo IS-LM em uma economia aberta. A curva BP.

A Curva de Oferta Agregada a preços passados.

A Curva de Lucas.

A Curva de Philips.

Novos clássicos e Novos keynesianos.

As recentes experiências das políticas de estabilização macroeconômicas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

Keynes, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Ed. Atlas, SP, 1982.

Miglioli, J. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. T. A. Queiroz, 1981.

Dillard, D. A Teoria Econômica de John Maynard Keynes. Ed. Pioneira, SP, 1963.

Dornbusch, R. Macroeconomia. Ed. McGraw-Hill. SP, 1982.

COMPLEMENTAR:

Leitura de Revistas e periódicos de conjuntura econômica.

Como comentário é importante ressaltar que a leitura do original de Keynes sempre foi difícil para um aluno mediano da graduação, mesmo há 30 anos atrás quando, na média, o alunado era mais preparado que o corpo discente de hoje. Assim, a obra de Dudley Dillard, citada acima, torna-se fundamental como material de apoio à leitura de Keynes. O livro de Dillard é um resumo comentado de “A Teoria Geral” de John Keynes, feito com muita didática e competência.

No início dos anos 80 o manual de macroeconomia mais badalado era o de Rudger Dornbusch, que inclusive nos foi indicado na disciplina macro do nosso mestrado em economia da USP, em 1982. Até hoje, apesar do falecimento do autor, continua em nossa opinião do ponto de vista didático, muito competente. Já está em sua 10ª edição. Surgiram manuais mais utilizados na academia como N. Gregory Mankiw e Olivier Blanchard, mas, em especial, este último, vem de uma raiz claramente de Dornbusch.

Dornbusch teve uma estreita relação com o Brasil, chegando a vir anualmente ao país na década de oitenta.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

A disciplina Formação Econômica do Brasil foi uma das que teve uma das maiores oxigenações, em especial na sua bibliografia básica e complementar. Para se ter uma ideia, durante muitos anos esta matéria foi ministrada sem a indicação do clássico “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado. Foi acrescida de títulos de autores de várias formações teóricas, passando por representantes da Unicamp, da PUC/RJ, da Faculdade de História da USP, entre outros centos de formação acadêmica.

EMENTA:

Fundamentos Históricos: Formação Econômica até a primeira metade do século XIX.
Transição para a Economia Assalariada.

Expansão Capitalista e Origens da Formação Industrial (1880 – 1929).

A Crise de 1929: Mudanças do Padrão de Acumulação (1929 – 1945).

Plano de Metas e Industrialização Pesada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Furtado, Celso. - Formação Econômica do Brasil. 4ª Ed. – Fundo de Cultura. RJ, 1961.

Mello, João M.C. – O Capitalismo Tardio. Ed. Brasiliense. SP. 1982.

Novais, Fernando A. – Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808), Ed. Hucitec. SP, 1979.

Cano, Wilson. – Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. T.A, Queiroz, 1983.

Silva, Sérgio. – Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. Ed. Alfa – Ômega.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- Aureliano da Silva, Liana, - No limiar da Industrialização. Ed. Brasiliense, 1981.
- Baer, Wener; Kerstenetzky e Villela. As modificações no papel do Estado na economia brasileira. IPEA, vol. 3, RJ, 1973.
- Fislow, A. - Origens e Consequências da Substituição de Importação no Brasil. Estudos Econômicos – IPE – USP, SP, 1972.
- Fislow, A. – Algumas Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira após 1964. Estudos CEBRAP, nº 07, jan/março, 1974.
- Lessa, Carlos. – Quinze anos de Política Econômica. Brasiliense, 1975
- Malan, Pedro. – Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil, 1939-52. Brasiliense. SP 1982.
- Serra, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após-Guerra. In Beluzzo, L. G. e Coutinho, L. (org.) Desenvolvimento Capitalista no Brasil, nº 1. Brasiliense, 1982.
- Skidmore, Thomas. – Brasil de Getúlio a Castelo. Ed. Paz e Terra. RJ, 1976.
- Tavares, Maria da Conceição. – Da substituição de importações ao Capitalismo Financeiro. Ed. Zahar. RJ, 1972.n

Como comentário é bom observar a abertura bibliográfica do curso que vai do básico Celso Furtado ao representante da PUC/Rio Pedro Malan, em meio a diversos paradigmas da economia como Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares, José Serra e brasilianistas como Tomas Skidmore e Albert Fislow. A pergunta relevante é se é possível o corpo discente da graduação ter acesso a esse nível sofisticado de referência. Sim, claro que sim em nossa opinião. Só o olhar da bibliografia já é um encanto. A partir daí vem a competência do corpo docente de transformar aquele sonho de leitura em realidade, mesmo que seja parcial.

A disciplina contribui claramente para nossa tese de que a reforma de 1984 ter sido claramente plural, abrangendo uma gama de contribuição de diversos paradigmas teóricos econômicos.

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Matéria para não se confundir com Origens e Evolução do Capitalismo e História Econômica Geral, História do Pensamento Econômico (HPE) vem para dar uma paisagem geral deste pensamento. Não trata um autor em especial, mas de fazer um retrato das diferentes escolas do pensamento econômico em mais de dois séculos.

EMENTA:

O Papel de HPE na Ciência Econômica.
A Evolução do Pensamento Econômico.
Questões Contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Hunt, E. K. – História do Pensamento Econômico. Ed. Campus, 1982.
Napoleoni, Claudio, - Smith, Ricardo, Marx. Ed Graal. RJ, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Schumpeter, J, Análise das Ideias Econômicas. Ed. Zahar, RJ, 1970.
Walras, L. Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura. Ed. Abril. SP, 1983.

Em nossa experiência de coordenador do curso de economia no início dos anos 80 ficou claro que HPE foi ministrada naquele momento tendo como referência o manual de Hunt, indicado na bibliografia básica. A bibliografia complementar era apenas indicativa como aliás era em quase todas as demais disciplinas.

Completando o terceiro ano letivo temos três disciplinas voltadas para o mercado de trabalho: Matemática Financeira, Mercadologia e Processamento de Dados. Surge também uma novidade obrigatória na grade curricular nacional:

Técnicas de Pesquisa em Economia que seria dar preparo metodológico para o aluno desenvolver a monografia de final de curso.

4 ° ANO – A CHEGADA DA MONOGRAFIA. O PAPEL DO ESTADO E DA MOEDA.

Para o curso oferecido em cinco anos a carga de monografia tinha início no quarto ano para ser completada no quinto.

Disciplinas que merecem comentários em seus conteúdos são Economia do Setor Público e Economia Monetária que mudaram totalmente seu caráter quando comparadas às antigas Finanças Públicas e Moeda e Bancos. Merece um comentário também a diversidade da bibliografia de Economia Brasileira.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

OBJETIVO:

Na ementa mais remota que trata da disciplina o objetivo:

“... é entender o papel desempenhado pelo Setor Público na economia brasileira contemporânea. Para isto discutir-se-á o conceito de Estado e a formação do setor público no Capitalismo em geral e na economia brasileira, em especial. ”

EMENTA:

Concepções do Estado Capitalista.

Gênese do Estado Capitalista no Brasil.

A intervenção do Estado na Economia Brasileira.

A crise do Estado no Brasil.

Orçamento Público.

Conteúdo da Lei Orçamentária.

Princípios Orçamentários.

A Licitação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Carnoy, Martin. – Estado e Teoria Política – 2ª ed. Campinas. Ed. Papyrus.

Angélico, João. – Contabilidade Pública. Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

Draibe, Sonia. – Rumos Metamorfose. Estado e Industrialização no Brasil: 1930 – 1960.

Complementar:

Poulantzas, Nicos. – Poder Político e Classes Sociais. Ed. Martins Fontes, 1977.

Gruppi, Luciano. – Tudo começou com Maquiavel. – L, P, M. 4ª edição.

Bobbio, Norberto. – A Teoria das Formas de Governo. Editora da Universidade de Brasília, 1980.

Martins, Carlos Estevan (Org.). – Estado e Capitalismo no Brasil. Editora Hucitec/Cebrap. SP, 1977.

Oliveira, Francisco de, - A Economia da Dependência Imperfeita. Ed. Graal, 1977.

Villela, Anibal e Suzigan, Wilson, - Política de Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889 – 1945. IPEA. RJ;

Como pode ser visto o curso tem dois momentos em que discute o papel do Estado na economia. Começa por fazer um debate teórico sobre a concepção do que se entende por Estado no Capitalismo e como se deu a intervenção deste na economia brasileira. Já no segundo momento o curso se aproxima de como se dá a gestão pública, principalmente em torno da administração do Orçamento Público.

A bibliografia básica e complementar seguindo a nova linha do curso é composta por obras das áreas de Ciências Política, Sociais e Economia, mostrando rica opção interdisciplinar.

ECONOMIA MONETÁRIA

OBJETIVO:

Esta disciplina vem como uma forma transformadora de se discutir a antiga Moeda e Bancos (debate clássico e reducionista do que é moeda, bancos e sistema financeiro), para discutir a moeda nos Clássicos, em Marx e em Keynes. Nas ementas da época ficava claro discutir as abordagens quantitativas, keynesiana e a marxista.

EMENTA

Origens e Conceitos da Moeda.

Teoria Quantitativa, Interpretação Keynesiana e visão de Hilferding (uma visão marxista).

O crédito e o sistema bancário.

Banco Central, Política Monetária e Intermediação Financeira.

O Sistema Financeiro Brasileiro.

BIBLOGRAFIA BÁSICA:

Hilferding, R. – O Capital Financeiro – Coleção “Os Economistas”. Ed. Abril Cultural.

Keynes, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Abril Cultural – Coleção “Os Economistas”.

Marx, K. – O Capital - Ed. Coleção Os Economistas. Ed. Abri Cultural.

Rosseti, P e Lopes, J. C.– Economia Monetária, Ed. Atlas. SP, 1986.

Simonsen, M.H. – Macroeconomia. APEC. RJ, 1974.

COMPLEMENTAR:

Tavares, M. C. – Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Ed. Zahar. RJ, 1975.

Salama, P. – Dolarização: Ensaio sobre a Moeda, a Industrialização e o Endividamento dos Países Subdesenvolvidos. Ed. Nobel. SP.

Noffiti, M. – O dinheiro do Mundo. Editora Paz e Terra.

Este é um curso de exemplo de demonstração de paradigmas diversos sobre o papel da moeda na economia. É um profundo rompimento com a matriz anterior, que nem bibliografia básica possuía e tratava a anterior disciplina Moeda e Bancos ainda como uma Introdução à Economia. O curso traz o debate da moeda nos monetaristas, em Keynes e em Marx. Antecipa conteúdos que talvez o estudante fosse ver apenas em alguns programas de mestrado.

ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

OBJETIVOS:

Com a abertura política e todo o clima do início dos anos 80 a disciplina Economia Brasileira Contemporânea passou a ter um tratamento extremamente plural. Foram incorporados na bibliografia obras que apontassem nessa direção, como o núcleo pensante da UNICAMP e representantes da UFRJ e da PUC/SP. O curso ministrado até 1984, em seu conteúdo, ainda tinha raízes do pensamento oficial da ditadura militar.

EMENTA:

Características Gerais do Desenvolvimento da Economia Brasileira.
Controvérsia acerca do caráter do desenvolvimento capitalista no Brasil.
Periodização do processo de industrialização brasileira.
Crises e Impasses no Desenvolvimento da Economia Brasileira.

BIBLIOGRAFIA:

Reicstul, H. P. e Goldeistein, L. – Evolução da Economia Brasileira. Artigo no jornal Gazeta Mercantil de 29/01/1980.

Tavares, M. Conceição. – “À Guisa de Introdução” in da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Ed. Zahar, 1983.

Versiane, F. R e Mendonça de Barros, J. R. – “Apresentação dos Organizadores” em Formação Econômica do Brasil, série ANPEC. Ed Saraiva, 1978.

Oliveira, F. A Economia Brasileira: Crise à razão dualista. Edição Ceprap/Vozes, 1981.

Cardoso de Mello, J. M. – O Capitalismo Tardio. Editora Brasiliense, 1982.

Fishlow, A. – Origens e Consequências da Substituição de Importação no Brasil. In Formação Econômica do Brasil, op. cit.

Serra, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. Em Desenvolvimento Capitalista no Brasil, Volume I. Ed. Brasiliense, 1984.

Furtado, Celso. – Formação Econômica do Brasil – Cia Ed. Nacional, 1976. Caps 30,31,32 e 33.

Skidmore, T. – De Getúlio a Castelo. Ed. Paz e Terra, 1979.

Singer, P. – Análise do Plano Trienal. Em Desenvolvimento e Crise. Difusão Europeia do Livro, 1968. – PAEG – 1966 – Documentos IPEA, nº 1.

Simonsen, M. H. Inflação: Gradualismo versus tratamento de choque. APEC, 1970.

Martone, Celso. – Análise do PAEG in Planejamento no Brasil, organizado por Betty Lafer – Editora Perspectiva, 1975.

Dreyfus, R. A. – A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de classe. Ed. Vozes, 1981

Furtado, Celso. – O Modelo Brasileiro. Ed. Civil. Brasileira, 1982.

Simonsen, M. H. – Avaliação Conjuntural da Economia Brasileira – Conferência. ESPG/1976.

Oliveira, Francisco. – A Economia da Dependência Imperfeita. Ed. Graal, 1984.

Com esta diversificada bibliografia as várias correntes do pensamento econômico brasileiro daquele momento estão representadas, tornando um curso de economia brasileira forte o suficiente para o nível da graduação.

5º ANO LETIVO – O FECHAMENTO COM A MONOGRAFIA

O quinto ano letivo para o curso noturno era obrigatório mas tinha uma carga de apenas de 300 horas. Destas 120 eram dedicadas à finalização da monografia.

Com certeza o papel da monografia na qualidade do ensino de economia na Unisantos merece uma avaliação mais rigorosa em um trabalho mais específico, mas com certeza ela trouxe um senso de responsabilidade aos alunos pela qualidade mínima dos trabalhos e pelo esforço do amadurecimento com instrumentos de pesquisa. O mesmo podemos dizer em relação ao corpo docente. Era uma experiência nova, quase que isolada na Universidade e mereceu um tratamento diferenciado em sua implantação. Ajudou, também, que todos os cursos de economia do país foram obrigados a adotar o procedimento, tendo havido muita troca de experiências entre as escolas, na época.

Nos primeiros anos de experiência da monografia as temáticas escolhidas pelos alunos foram variadas. Os trabalhos eram individuais e nós orientamos desde monografias com resenhas da obra de Kalecki até sobre política fiscal municipal. Pela experiência e constatação daquele momento as monografias individuais ganhavam em qualidade, em muito, de alguns “esqueletos” em grupo chamados TCCs.

COMENTÁRIOS FINAIS SOBRE A REFORMA DE 1984

A análise feita acima deixa evidente a alteração do perfil do curso na nova matriz aprovada em 1984. A mesma deu uma guinada no mesmo ao torná-lo plural apresentando aos alunos os diversos paradigmas da Ciência Econômica, fazendo isto em disciplinas chaves do curso. Ao mesmo tempo, o tornou mais humanista com o reforço considerável do seu eixo de história/ciências sociais e houve um reequilíbrio na participação do núcleo micro/macroeconomia com a diminuição da carga horária da primeira.

As tabelas abaixo demonstram essas mudanças. Quando juntamos o núcleo quantitativo com Matemática, Estatística, Econometria e Microeconomia a carga anterior a 1984 era de 780 horas. Com a reforma cai para 660. Já o eixo de História mais Economia Brasileira salta de 300 horas anteriormente à reforma para 540 horas com a mesma. Quanto a Ciências Sociais se excluirmos PHC que é uma disciplina optativa da instituição mantenedora confessional, a carga horária dobra.

É relevante comentar que a nova matriz apresentava disciplinas profissionalizantes nos 3º, 4º e 5º anos, quais sejam Mercadologia, Matemática Financeira, Processamento de Dados, Elaboração e Análise de Projetos, Contabilidade e Análise de Balanço e Política e Planejamento Econômico, totalizando 360 horas. Se a carga era suficiente, em vista das necessidades do mercado, vai ser o debate que se apresentará em reformas seguintes.

Outro comentário importante é quanto à bibliografia. Para garantir um conteúdo plural é necessária uma bibliografia também rica em diversidade de enfoques e isto nos parece que estava contemplado na reforma.

Antes de 1984:

Quantitativa, Microeconomia e Econometria	
Matemática I e II	120h
Matemática III e IV	120h
Estatística I e II	120h
Estatística III e IV	90h
Econometria I e II	105h
Subtotal	555h
Microeconomia I e II	120h
Microeconomia III e IV	105h
Total Quantitativa, Microeconomia e Econometria	780h

TABELA 1 – ANTES DE 1984 – DISCIPLINAS QUANTITATIVAS, MICROECONOMIA E ECONOMETRIA

Ciências Sociais	
Sociologia I e II	60h
PHC I, II, III e IV	120h
Total Ciências Sociais	180h

TABELA 2 – ANTES DE 1984 – CIÊNCIAS SOCIAIS

Núcleo de História Econômica e Economia Brasileira	
História Econômica Geral (3º semestre)	60h
Formação Econômica do Brasil (4º semestre)	60h
História do Pensamento Econômico I e II	90h
Economia Brasileira I e II	90h
Total Núcleo de História e Economia Brasileira	300h

TABELA 3 – ANTES DE 1984 – NÚCLEO DE HISTÓRIA E ECONOMIA BRASILEIRA

Pós 1984:

Quantitativa, Micro e Econometria	
Matemática (1º ano)	120h
Matemática para Economistas (2º ano)	60h
Matemática Financeira (3º ano)	60h
Introdução à Estatística Econômica (2º ano)	120h
Estatística Econômica e Intro à Econometria (2º ano)	120h
Econometria (3º ano)	60h
Microeconomia	120h
Total Quantitativa, Microeconomia e Econometria	660h

TABELA 4 – PÓS 1984 – DISCIPLINAS QUANTITATIVAS, MICROECONOMIA E ECONOMETRIA

Ciências Sociais	
Sociologia	60h
Introdução às Ciências Sociais	60h
PHC	60h
Total Ciências Sociais	180h

TABELA 5 – PÓS 1984 – CIÊNCIAS SOCIAIS

Núcleo de História Econômica e Economia Brasileira	
História Econômica Geral	60h
Economia Política	120h
Origens e Evolução do Capitalismo	60h
Formação Econômica do Brasil	60h
História do Pensamento Econômico	120h
Economia Brasileira Contemporânea	120h
Total Núcleo de História Econômica e Economia Brasileira	540h

TABELA 6 – PÓS 1984 – NÚCLEO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA BRASILEIRA

Mas não nos escapa o comentário de que o curso acabou tomando um perfil progressista de esquerda, com uma forte presença da literatura marxista em várias disciplinas. Como já comentado anteriormente, a composição política do Departamento de Economia à época e os ares da redemocratização do país muito contribuíram para esse perfil bibliográfico.

Mas veremos que as reformas de 1991, 2002, 2005 e 2011 não alteraram de forma significativa esses conteúdos mas atualizaram as fontes bibliográficas, com as

mesmas raízes paradigmáticas, em especial no eixo História/Economia Brasileira/Ciências Sociais.

A REFORMA DA MATRIZ CURRICULAR DE 1987

A reforma de 1987 não foi bem uma reforma foi um ajuste na reforma de 1984. Foi uma alteração no currículo Pleno do de Ciências Econômicas, conforme consta do Processo nº 5150.03.87, de 12/08/87. Foi a fonte primária mais antiga que conseguimos localizar sobre as mudanças das matrizes curriculares do curso de economia.

O ajuste se deu porque faltou indicar como fazendo parte do currículo como disciplina obrigatória a disciplina Contabilidade e Análise de Balanço. O Departamento de Economia em reunião de 02 de junho de 1987 formalizou a matéria como integrante da grade.

A REFORMA DA MATRIZ CURRICULAR DE 1991

Pelo Processo nº 326/91, de 06/11/91, o Professor José de Oliveira Silva, à época Diretor da FACEC, encaminha a então Vice-Reitora Acadêmica Professora Maria Helena Lambert a proposta de alteração da grade curricular dos três cursos mantidos pela Faculdade de Ciências Econômicas.

Em sua exposição de motivos o Professor Oliveira dá destaque de que a reforma tem como ponto de partida a eliminação do primeiro ano básico e ele justifica que isto daria mais dinamismo aos três cursos mantidos pela instituição, os tornando mais atrativos para os alunos desde o primeiro ano.

Realmente era uma antiga reivindicação da comunidade da FACEC a eliminação do ciclo básico totalmente, o que em 1984 foi conseguido apenas com a diminuição a partir do segundo ano.

Em relação ao perfil do profissional que deveria ser formado pelo curso de Ciências Econômicas, a exposição do diretor relata:

O curso de bacharelado em Ciências Econômicas tem como objetivo a formação de profissionais voltados ao estudo da realidade brasileira, e do cenário econômico internacional.

Possuidor de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental, que lhe permite, ao mesmo tempo atuar na empresa pública e privada, na qualidade de especialista em assuntos pertinentes a Ciências Econômicas.

O curso forma profissional com visão multidisciplinar, sentido ético e de responsabilidade social, indo, portanto de encontro à demanda do mercado.

Depois de sete anos da reforma de 1984 é importante notar que ao justificar uma nova mudança e o que seria o perfil do profissional formado pelo agora curso de Economia da Universidade Católica de Santos não mais FACEC, não se recorre mais aos parâmetros indicativos do Parecer 375/84 e da Resolução 11/84. Mais talvez por desconhecimento da existência dos mesmos (é possível que a memória escrita da reforma de 1984 já não estivesse preservada nos arquivos da universidade, o que seria lamentável), do que pela negação daqueles parâmetros. Pois como veremos, a seguir, não houve nenhuma mudança significativa nos marcos referenciais em relação àquela primeira grande alteração. Permaneceu o caráter plural, significativa participação do eixo História/Ciências Sociais, preocupação com a realidade brasileira. Mas houve algumas alterações de disciplinas. Antes de analisá-las, vamos à nova grade. Lembrando que a reforma do curso de Ciências Econômicas correu pelo Processo ° 4.660.03.91, de 21/11/91 e foi homologada pelo então Reitor Professor Francisco Prado de Oliveira Ribeiro, em 06/12/91, para entrar em vigor no ano seguinte.

NOVA MATRIZ CURRICULAR APROVADA EM 1991

1º ANO LETIVO	C/H
Introdução à Economia	120
Instituições de Direito Público e Privado	60
Problemas do Homem Contemporâneo	60
Introdução à Estatística	120
Matemática	120
Introdução às Ciências Sociais	120
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	600

2º ANO LETIVO	C/H
Estatística Econômica e Introdução à Econometria	120
Contabilidade Social	60
Economia Política	120
História Econômica Geral	60
Teoria Microeconômica	120
Técnicas de Pesquisa em Economia	60
Matemática para Economistas	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	600

3º ANO LETIVO	C/H
Teoria Macroeconômica	120
História do Pensamento Econômico	120
Ciência Política	60
Matemática Financeira	60
Economia da Tecnologia	60
Formação Econômica do Brasil	60
Econometria	60
Desenvolvimento Sócio – Econômico	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	600

4º ANO LETIVO	C/H
Economia Internacional	60
Economia do Setor Público	60
Economia Monetária	120
Economia Brasileira Contemporânea	120
Economia do Trabalho	120
Contabilidade e Análise de Balanço	120
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	600

5º ANO LETIVO	C/H
Mercadologia	60

Monografia	240
Política e Planejamento Econômico	60
Economia Regional e Urbana	60
Economia e Meio Ambiente	60
Elaboração e Análise de Projetos	120
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	600

TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO 3.000

Apesar da exposição de motivos de alteração da matriz em 1991 não mencionar os pressupostos do Parecer 375/84, como adiantado acima, abordagem plural dos diversos paradigmas da teoria econômica, ênfase na realidade brasileira e a Ciências Econômicas inserida no campo das Ciências Humanas, podemos ver pela grade acima, como veremos pela bibliografia básica adiante, que o curso manteve a mesma linha anterior mas fez alguns ajustes aumentando a carga horária de algumas disciplinas, diminuindo a de outras, retirando disciplinas e acrescentando novas matérias. Naquele momento o curso de Economia da Unisantos já era só oferecido no período noturno com integralização mínima em cinco anos.

DISCIPLINAS COM REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

DISCIPLINA	CARGA ANTERIOR	NOVA CARGA	SALDO
1.Direito	120	60	60

O saldo são as horas que poderiam ser disponibilizadas em outra disciplina do curso que o Departamento de então quisesse fortalecer ou em uma nova disciplina.

DISCIPLINAS RETIRADAS DA GRADE CURRICULAR

DISCIPLINA	CARGA	SALDO
2.Sociologia	60	60
3.Origens e Evol. do Capitalismo	60	60
4.Demografia Econômica	60	60
5.Processamento de Dados	60	60
6.Introdução à Administração	60	60
7.Introdução à Contabilidade	60	60
8.Estudos de Problemas Brasileiros	60	60
TOTAL DA CARGA EM HORAS		
SALDO DA CARGA HORÁRIA DE 1+ 8		480

NOVAS DISCIPLINAS E DISCIPLINAS COM CARGA HORÁRIA AUMENTADA

DISCIPLINA	CARGA ANTERIOR	NOVA CARGA	SALDO
1.Econ. Monetária	60	120	60
2.Econ. do Trabalho	60	120	60
3.Elab.e Anal.de Projetos	60	120	60
4.Introd. à Economia	60	120	60
5.Introd. à Ciências Sociais	60	120	60
6.Contabilidade e Análise de Balanço	60	120	60
7.Ciência Política	0	60	60
8.Economia e Meio Ambiente	0	60	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA			480

Assim, com a extinção do primeiro ano básico foi possível fortalecer a carga horária de Introdução à Economia e de Introdução à Ciências Sociais. Tiveram também um reforço na carga horária duas disciplinas teóricas importantes,

Economia Monetária e Economia do Trabalho e duas profissionalizantes, Contabilidade e Análise de Balanço e Elaboração e Análise de Projetos. Surgiram duas novas disciplinas Ciência Política e Economia do Meio Ambiente.

Mesmo não tendo acesso aos documentos que embasaram a reforma e estando este pesquisador licenciado da escola naquele momento, é possível fazer um esforço para justificar os motivos da retirada da grade das disciplinas Sociologia e Origens e Evolução do Capitalismo, analisando o conjunto final da grade. Em relação a primeira o aumento da carga horária de Introdução a Ciências Sociais e tendo conteúdos programáticos semelhantes tornou razoável a permanência de apenas uma delas.

No caso de Origens e Evolução do Capitalismo já observamos anteriormente que esta veio com o intuito de ser uma disciplina aberta, a ser pensada em seu conteúdo periodicamente. A ementa que prevalecia até 1991 era extremamente sofisticada e rica e nos parece que a principal causa de sua retirada foi a dificuldade de colocação de docentes aptos a ministrá-la. Outro aspecto é que disciplina como História Econômica Geral I poderia, em tese, contemplar alguns de seus tópicos. Isto ocorreu na nova ementa desta disciplina para a nova grade, nos tópicos da transição do modo de produção da antiguidade escravocrata para o feudalismo e deste para o capitalismo.

As disciplinas que surgiram como novidades foram Ciência Política e Economia e Meio Ambiente. A primeira reforçou o compromisso do Parecer 375/84 de incentivar o ensino de economia de dialogar cada vez mais com as Ciências Humanas, seja através da História, das Ciências Sociais ou da Política.

A disciplina Economia e Meio Ambiente vem completar a importância do curso olhar o aspecto regional, não só com a disciplina Economia Regional e Urbana, mas com uma matéria que discuta a questão ambiental, algo tão delicado para a Baixada Santista e para o Planeta. Tivemos acesso à ementa de Ciência Política, mas não de Economia e Meio Ambiente. Comentaremos a primeira e na discussão da Reforma de 2005 teremos a oportunidade de comentar a segunda.

EMENTA DE CIÊNCIA POLÍTICA

Introdução ao Estudo da Política.

O Contexto Social da Política.
A natureza social do Homem.
As Origens do Estado.
A Política, o Estado e o Governo.
A Função primária do Estado.
O Emprego e o Monopólio da Força.
O Poder e a Autoridade.
O Estado e a Sociedade.
O Estado e a Economia.
A Política e a Economia.
O Estado e a História.
O Setor Público na Economia Brasileira: Gênese do Estado Capitalista Moderno no Brasil.
Para onde vão as Teorias do Estado.

BIBLIOGRAFIA:

Carnoy, Martin. Estado e Teoria Política. Ed. Papyrus. 2ª Edição. Campinas, 1988.
Bobbio, Norberto. A Teoria das Formas de Governo. Ed. UNB. 1ª Ed. 1981.
Faoro, Raimundo. Os Donos do Poder. Ed. Globo, 1976.
Lipson, Leslie. Os Grandes Problemas da Ciência Política. Zahar Editores. 2ª edição, 1976.
Martins, Carlos Estevam. Estado e Capitalismo no Brasil. Ed. Hucitec – Cebrap. 1977.

Importante observar que pela ementa e pela bibliografia o curso vai além de ser um debate teórico sobre o Estado e o Poder, mas traz o enfoque para o Capitalismo no Brasil. Destaque para a obra de Raimundo Faoro e de Carlos Estevam Martins.

COMENTÁRIOS FINAIS SOBRE A REFORMA DE 1991

A Reforma da Matriz Curricular do curso de Economia de 1991 tem como grande novidade a extinção totalmente do ciclo básico, que era ministrado conjuntamente com os cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Se em 1984 o ciclo básico foi reduzido de dois anos para um ano, em 1991 ele foi eliminado. Era uma antiga aspiração da comunidade do curso de Economia da FACEC.

Naquele momento o curso já era só oferecido no período noturno, reflexo das novas condições do mercado, e assim, como dito anteriormente, sua integralização se dava no mínimo em cinco anos.

As mudanças ocorridas na grade em nada descaracterizaram a opção feita em 1984 de se montar um curso de caráter plural ao transmitir ao aluno os principais paradigmas teóricos da Ciência Econômica, ênfase no estudo da realidade brasileira e forte instrumental matemático-estatístico e profissional.

O que é claro na Reforma de 91 é o fortalecimento de algumas disciplinas teóricas importantes (Economia Monetária e Economia do Trabalho) e o claro reforço das disciplinas profissionalizantes o que denota a preocupação de preparar o aluno para ser competitivo no mercado de trabalho. Para isto são reforçadas as cargas de Contabilidade e Análise de Balanço e Elaboração e Análise de Projetos.

Mas para manter o equilíbrio e a similaridade em relação à reforma de 84 foi elevada a carga de Introdução à Economia e de Introdução à Ciências Sociais, mesmo tendo sido retirada a disciplina Origens e Evolução do Capitalismo.

A introdução da disciplina Economia e Meio Ambiente veio reforçar o eixo do estudo dos aspectos urbanos, locais e regionais.

Não há novidades em relação a bibliografia básica das principais disciplinas. As mesmas mantêm os mesmos princípios da matriz de 84 em oferecer títulos que busquem contato com os pensadores originais como Smith, Ricardo, Marx e Keynes, por exemplo, mesclando com os divulgadores destes pensadores e com os tradicionais manuais originários da tradição do ensino de economia norte-americana. Claro que houve uma atualização de títulos nas respectivas áreas.

Entendemos que após sete anos das mudanças trazidas pela reforma de 1984, as novidades de 91 foram benéficas para tornar o curso mais equilibrado. Não negou seu caráter plural, humanista e com pontes com as Ciências Humanas mas

percebeu que tinha que formar não apenas cidadãos reflexivos, mas também profissionais para o mercado de trabalho.

CHEGANDO AOS ANOS 2000: A REFORMA DA MATRIZ CURRICULAR DE 2002

Anterior à Reforma de 2002 ocorreu uma mudança estrutural em todos os cursos da Universidade Católica de Santos. Todos passaram do regime anual para o semestral, no ano de 2000, sem necessariamente haver alteração curricular. Não cabe neste estudo entrar nas causas desta alteração.

A alteração curricular ocorrida em 2002 correu através do Processo nº 3967/3/2002 o qual estudamos em detalhes e ao chegarmos em suas fls. 39/41, encontramos uma grade curricular que prevalecia em 2002 e que não era mais a mesma aprovada em 1991 e que entrou em vigor em 1992. Conclusão: em algum momento entre 1993 e 2001 houve uma alteração curricular que não está documentada nos arquivos da Universidade e que, por consequência, nós não tivemos acesso ao seu histórico. A chamaremos de “A Reforma Oculta”. Mesmo assim, listaremos sua estrutura abaixo e valerá à pena alguns comentários.

GRADE CURRICULAR PARA OS ALUNOS INGRESSANTES EM 2002

1º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Introdução à Economia I	60
História Econômica Geral I	60
Matemática I	60
Problemas do Homem Contemporâneo I	30
Introdução à Estatística I	60
Evolução das Ideias Sociais I	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

2º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
--------------------	----------------------

Introdução à Economia II	60
História Econômica Geral II	60
Matemática II	60
Problemas do Homem Contemporâneo II	30
Introdução à Estatística II	60
Evolução das Ideias Sociais II	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

3º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Economia Política I	60
Teoria Microeconômica I	60
Matemática Econômica I	60
Ciência Política I	30
Estat. Econ. e Int. à Econometria I	30
Formação Econômica do Brasil I	30
Contabilidade Social I	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

4º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Economia Política II	60
Teoria Microeconômica II	60
Matemática Econômica II	30
Ciência Política II	30
Est. Econ. e Int. à Econometria II	30
Formação Econômica do Brasil II	30
Contabilidade Social II	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

5º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Econometria I	30
Teoria Microeconômica III	60
Teoria Macroeconômica I	60
Contabilidade e Análise de Balanço I	30

Economia Brasileira Contemporânea I	60
Matemática Financeira I	30
Economia da Tecnologia I	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

6º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Econometria II	30
Economia do Trabalho	60
Teoria Macroeconômica II	60
Contabilidade e Análise de Balanço II	30
Economia Brasileira Contemporânea II	60
Matemática Financeira II	30
Economia da Tecnologia II	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

7º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Técnica de Pesquisa Econômica I	30
Economia Monetária I	30
Economia do Setor Público I	30
Economia Regional I	60
Teoria Macroeconômica III	60
Economia Internacional I	30
História do Pensamento Econômico I	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

8º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Técnica de Pesquisa Econômica II	30
Economia Monetária II	30
Economia do Setor Público II	30
Economia Regional II	60
Metodologia da Análise Econômica	60
Economia Internacional II	60

História do Pensamento Econômico II	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

9º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Elaboração e Análise de Projetos I	60
Introdução ao Direito I	30
Finanças e Mercado de Capitais I	30
Monografia I	60
Economia e Estratégia Empresarial I	30
Desenvolvimento Socioeconômico I	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	270

10º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Elaboração e Análise de Projetos II	60
Introdução ao Direito II	30
Finanças e Mercado de Capitais II	60
Monografia II	60
Economia e Estratégia Empresarial II	30
Desenvolvimento Socioeconômico II	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

Como não temos a documentação referente a esta Reforma na qual deveria constar os objetivos, as ementas e as bibliografias propostas nas alterações, nossa análise será limitada.

Mas é perceptível que em relação à matriz aprovada em 1991 a base continua a mesma.

O curso era apresentado em 10 semestres, ou seja, teria que ser integralizado no mínimo em cinco anos. Continuou prevalecendo a mudança de 1991 de extinção do ciclo básico.

Em termos de participação de carga horária o eixo quantitativo com Matemática/Estatística/Econometria caiu a participação em 60 horas, mas quando adicionado à Teoria Microeconômica esta última recupera esta carga, pois Micro e Macroeconomia ganharam 60 horas na nova reforma.

Já o eixo de História, Economia Política e Economia Brasileira teve sua participação também mantida, mas com uma diminuição na carga de História do Pensamento Econômico de 60 horas compensada com um aumento de História Econômica Geral em também de 60 horas.

Já no tronco Ciências Sociais/Política houve uma diminuição de 60 horas. A carga Introdução a Ciências Sociais (Evolução das Ideias Sociais) foi reduzida.

Nota-se um esforço de dar um maior perfil profissionalizante ao curso, mas, aparentemente, de forma um pouco confusa. Vejamos, Contabilidade e Análise de Balanço, profissionalizante, que na reforma de 1991 dobrou sua carga teve a mesma reduzida. Foi mantida a carga de Elaboração e Análise de Projeto que tinha sido elevada em 91 e foram criadas duas novas disciplinas de mercado: Finanças e Mercado de Capitais e Economia e Estratégia de Empresa, cada uma com 60 horas/ano, nos 9º e 10º semestres. As ementas destas disciplinas não foram disponibilizadas para análise, mas a primeira, Finanças e Mercado de Capitais o nome é auto sugestivo, já a segunda mereceria saber o que o Departamento à época esperava da mesma como conteúdo.

A dúvida é entender o motivo da diminuição da carga, nessa lógica de valorizar o mercado, de Contabilidade e Análise de Balanço e ter criado uma matéria chamada Metodologia da Análise Econômica quando já se tinha a disciplina Técnica de Pesquisa em Economia como apoio à elaboração da Monografia de conclusão de curso, mas a ementa da reforma de 2002 da disciplina Metodologia vai indicar que era outro o objetivo desta matéria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A GRADE CURRICULAR DO CURSO DE ECONOMIA OFERECIDO EM 2002

Por tudo já comentado anteriormente, faltam elementos para aprofundar uma maior análise desta matriz, mas com o que há presente na grade curricular, depreende-se que não houve, com certeza, nenhuma ruptura de fundo com as duas reformas anteriores, 1984 e 1991.

A ALTERAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ECONOMIA DE 2002

Como adiantado acima a Reforma Curricular ocorrida em 2002 tramitou pelo Processo nº 3967/3/2002, encaminhado pelo Prof. José de Oliveira Silva à Pró-Reitora Acadêmica de então, Prof.^a Rosa Maria Ferreira Pintor. Naquele momento o Coordenador do curso de economia era o Professor João Carlos Gomes que foi o líder da reforma no âmbito da ainda então FACEC, mas já ligada à Universidade Católica de Santos.

O pano de fundo da reforma foi a necessidade da elaboração de um Projeto Pedagógico para o curso, quando foi constatado a necessidade de modificações na matriz curricular. Alguns trechos da JUSTIFICATIVA para sua elaboração estão nas folhas 03 do processo citado acima. São, conforme reproduzimos abaixo:

O Economista na atual conjuntura da economia globalizada e com um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo, deve ser preparado com uma formação sólida teórica a partir de uma instrumentação pluralista da ciência econômica. Deve ter, também, uma consciência criticamente aberta sobre a realidade socioeconômica do país sem, entretanto, deixar de considerar na análise e no processo de decisão os aspectos regionais e locais, destacando permanentemente o fator social nas possíveis alternativas para a solução mais adequada das questões apresentadas.

Por essa razão algumas alterações se fazem necessárias para adequar a estrutura e o conteúdo do curso às novas demandas.

Primeiro referimo-nos a adequação do curso à realidade do turno noturno, no qual o aluno dispõe de pouco tempo disponível. Neste caso optou-se por concentrar um volume menor de disciplinas em cada semestre. O resultado foi a criação de uma grade semestral com apenas seis disciplinas por semestre, eliminando as aulas aos sábados.

O Segundo aspecto diz respeito à estrutura de apresentação do curso de economia. O que se pretendeu foi, em primeiro lugar, aglutinar o conjunto de disciplinas teóricas e instrumentais do núcleo básico ao longo de quatro semestres.

Nesta fase são apresentados os conteúdos que contrapõem o debate clássico ao debate neoclássico da teoria econômica.

Por fim, o último aspecto da transformação da grade curricular foi deslocar o foco que na grade anterior estava dirigido para o planejamento empresarial e a economia regional para uma visão mais focada na economia brasileira vista como inserida

no mundo globalizado reunindo algumas disciplinas que proporcionam habilidades específicas ao aluno para atuar no mercado de trabalho. Estas disciplinas não visam apenas o oferecimento de conteúdos para o uso diário dos processos de trabalho, mas ao criar uma base sólida a partir da qual nosso estudante possa aprender a utilizar novas ferramentas, posto que estas mudam a cada instante no mercado de trabalho.

São estes os trechos da justificativa que achamos mais relevantes e nos chama atenção três aspectos que mostram que mais esta Reforma não nega os fundamentos da Reforma de 1984. Quando a justificativa fala i“...de uma sólida formação teórica a partir de uma instrumentação metodologicamente PLURALISTA da ciência econômica...” vai de encontro a um dos pilares do Parecer 375/84 do Conselheiro Armando Mendes. O mesmo ocorre em relação a ter “..., também, uma consciência criticamente aberta sobre a realidade socioeconômica do país sem, entretanto, deixar de considerar na análise e no processo de tomada de decisão os aspectos regionais e locais...”.

Finalmente, assume claramente o confronto paradigmático quando diz “Nesta fase são apresentados os conteúdos que contrapõem o debate clássico ao debate neoclássico...”. Entendemos que o autor do texto assume como debate clássico não só Smith e Ricardo, mas também a crítica de Marx a estes últimos, até porque nesses quatro primeiros semestres estará presente a disciplina Economia Política que debaterá os três autores, conforme já vimos anteriormente.

Nas folhas 06 o relator da reforma diz que a mesma está fundamentada no Parecer nº 146, aprovado em 03/04/2002 do Conselho Nacional de Educação e que tratava de diretrizes curriculares para cursos que iam de Economia, Administração, Ciências Contábeis, passando por Turismo, Hotelaria, Secretariado, Música, Dança, Teatro a Design. Tão frágeis tornaram-se estas diretrizes que o novo Parecer sobre as diretrizes do ensino de economia, o de nº 54/ 2004 e, em especial, o de nº 380/2005 aponta que o Parecer 375/84 ainda vigorava até 2005. O Parecer 95/2007 reforça esta posição.

MATRIZ CURRICULAR APROVADA EM 2002 E QUE VIGOROU A PARTIR DE 2003

1º SEMESTRE

C/H SEMESTRAL

Introdução à Economia I	60
História Econômica Geral I	60
Matemática I (álgebra linear)	60
Problemas do Homem Contemporâneo	30
Introdução à Estatística I	60
Evolução das Ideias Sociais I	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

2º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Introdução à Economia II	60
História Econômica Geral II	60
Matemática II	60
Problemas do Homem Contemporâneo II	30
Introdução à Estatística II	60
Evolução das Ideias Sociais II	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

3º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Economia Política I	60
Teoria Microeconômica I	60
Matemática Econômica I	60
Ciência Política I	30
Estat. Econ. e Introd. à Econometria I	30
Contabilidade Social I	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

4º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Economia Política II	60
Teoria Microeconômica II	60
Matemática Econômica II	60
Ciência Política II	30
Estat. Econ. e Introd. à Econometria II	30
Macroeconomia I	60

TOTAL DA CARGA HORÁRIA **300**

5º SEMESTRE **C/H SEMESTRAL**

Econometria I 30

Teoria Microeconômica III 60

Formação Econômica do Brasil 60

Contabilidade e Análise de Balanço I 30

Macroeconomia II 60

Matemática Financeira I 30

TOTAL DA CARGA HORÁRIA **300**

6º SEMESTRE **C/H SEMESTRAL**

Economia do Setor Público 60

Macroeconomia III 60

Economia do Trabalho 60

Contabilidade e Análise de Balanço II 30

Economia Brasileira Contemporânea I 60

Matemática Financeira II 30

TOTAL DA CARGA HORÁRIA **300**

7º SEMESTRE **C/H SEMESTRAL**

Técnica de Pesquisa Econômica I 30

Economia Monetária I 60

Economia Regional I 60

Economia Brasileira Contemporânea II 60

Economia Internacional I 60

História do Pensamento Econômico I 30

TOTAL DA CARGA HORÁRIA **300**

8º SEMESTRE **C/H SEMESTRAL**

Técnica de Pesquisa em Economia II 30

Economia Monetária II 60

Economia Regional II 60

Metodologia da Análise Econômica	60
Economia Internacional II	60
História do Pensamento Econômico II	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	300

9º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Elaboração e Análise de Projetos I	60
Introdução ao Direito I	30
Finanças e Mercado de Capitais I	30
Estágio Supervisionado	15
Trabalho de Conclusão de Curso	15
Economia da Tecnologia	60
Desenvolvimento Socioeconômico I	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	270

10º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Elaboração e Análise de Projeto II	60
Introdução ao Direito II	30
Estágio Supervisionado	15
Trabalho de Conclusão de Curso	15
Desenvolvimento Socioeconômico	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	180

Alguns comentários sobre a grade são importantes. Como já exposto acima nos quatro primeiros semestres são apresentados os conteúdos que diferenciariam e confrontariam os diversos paradigmas da ciência econômica.

As disciplinas que ilustram esta pluralidade são Teoria Microeconômica I e II, Economia Política I e II e Macroeconomia I. Passados dezoito anos entre a reforma de 1984 e a que estamos estudando, de 2002, é oportuno observar que as ementas desta última ainda guardavam relação com aquelas de quase vinte anos atrás. Mas antes de fazer este cotejo é bom ressaltar que nesses quatro semestres iniciais do curso outras matérias são fundamentais para dar ao mesmo seu caráter de Ciências Humanas. Falamos de História Econômica Geral e II, Evolução das Ideias Sociais I e

II e Ciência Política I e II. Estas três disciplinas deveriam travar um diálogo com a História, com as Ciências Sociais e com a Política. Nas ementas presentes no Processo em que tramitou a Reforma de 2002 as intenções de conteúdos são muito resumidas e não há referências às bibliografias básicas e nem complementares. Um empobrecimento em relação a 1984 e 1991. Mas aparentemente não houve nenhuma tendência de mudança de enfoque nestas três disciplinas humanistas.

Passemos às ementas das disciplinas da área de teoria econômica dos quatro primeiros semestres.

TEORIA MICROECONÔMICA I

EMENTA:

- 1.Introdução à Teoria da Demanda.
- 2.Fatores que afetam a função demanda.
- 3.Introdução à Teoria da Oferta.
- 4.Fatores que afetam a função oferta.
- 5.O ponto de equilíbrio.
- 6.O desequilíbrio de mercado.
- 7.A teoria de elasticidade.
- 8.O dispêndio total do consumidor e a relação com a elasticidade.
- 9.A elasticidade da oferta.
- 10.Teoria da produção.
- 11.Equilíbrio geral, Bem-estar, Externalidades e Bens Públicos.

TEORIA MICROECONÔMICA II

EMENTA:

- 1.Análise de mercados imperfeitos. Equilíbrio destes mercados de uma forma geral, levando em consideração os aspectos empresariais e governamentais.
- 2.Conceito, evolução, fundamentos e gerência de marketing. Produtos e serviços. Desenvolvimento do produto.
- 3.Comportamento do consumidor. Estrutura de distribuição.

Não há objetivos nem referência bibliográfica para as duas disciplinas.

A ementa de Teoria Microeconômica está claramente no campo tradicional do pensamento neoclássico. O mesmo vale para Micro II. Nesta última é introduzido alguns conceitos ligados ao marketing. Em Teoria Microeconômica III , já no 5º trimestre, o curso finda com a transmissão do conhecimento sobre Monopólio, Oligopólio e Teoria dos Jogo.

Pela falta de indicação de referência bibliográfica não foi possível avaliar, no tempo, as possíveis atualizações de referências mais atualizadas para aquele momento.

ECONOMIA POLÍTICA I

EMENTA:

A teoria do valor – trabalho:

- 1.Os fisiocratas
- 2.Adam Smith

ECONOMIA POLÍTICA II

EMENTA:

A teoria do valor – trabalho:

Ricardo e Marx

Não há objetivos nem referências bibliográficas para as duas disciplinas.

A ementa é clara ao mostrar que os objetivos das disciplinas Economia Política I e II em 2002 eram os mesmos dos de 1984, com o acréscimo dos fisiocratas que viam o trabalho agrícola como única fonte de criação de riqueza.

O mesmo senão de Teoria Microeconômica valerá para esta disciplina: a falta dos objetivos e a indicação de uma bibliografia atualizada depois de passados quase vinte anos entre uma reforma e outra trariam mais riqueza para a análise.

MACROECONOMIA I

EMENTA:

- 1.O Princípio da Demanda Efetiva em Keynes.
- 2.A macroeconomia Kaleckiana.
- 3.O modelo de determinação de renda keynesiano.
- 4.A síntese neoclássica e o modelo IS-LM.

Não há objetivos nem referência bibliográfica para a disciplina.

Macro I manteve o mesmo conteúdo de 1984.O estudo da contribuição de Keynes que com certeza a referência bibliográfica é o já citado “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” e, em seguida, ser introduzido ao seu contemporâneo M. Kalecki. Segue com os famosos modelos de equilíbrio keynesiano e com a síntese neoclássica.

Aliás, podemos adiantar que até a última reforma do curso de economia que precedeu este estudo, em 2011, esta disciplina manteve este conteúdo.

REFORMA DA MATRIZ CURRICULAR DE 2002 E MUDANÇA DE FOCO DO CURSO

No último parágrafo da justificativa o relator afirma “...o último aspecto da transformação da grade curricular foi descolar o foco que na grade anterior estava dirigido para o planejamento empresarial e a economia regional para uma visão mais focada na economia brasileira vista como inserida no mundo globalizado reunindo algumas disciplinas que proporcionem habilidades específicas ao aluno para atuar no mercado de trabalho...”

Como visualizar a mudança de um foco da grade anterior para um outro na nova grade nos pareceu dificultoso. Realmente a matriz que prevalecia até 2002 tinha uma disciplina nomeada Economia e Estratégia Empresarial I e II, oferecidas no 9º e 10º semestres e que foram retiradas da grade reformulada em 2002 para

2003. O Processo de tramitação da reforma indica, em sua folha 07, que essa disciplina foi substituída por Introdução ao Direito na nova grade (a vigorar a partir de 2003). Economia Regional Urbana permaneceu nas duas grades, com a mesma carga horária. Em resumo, a única novidade profissionalizante, de mercado, que estava na grade anterior à reforma de 2002 desapareceu, tendo sido substituída por uma disciplina fora do campo profissionalizante do economista.

Por outro lado, se o foco era dar ênfase ao urbano na matriz anterior à aprovada em 2002, esta última manteve a carga horária da disciplina Economia Regional e Urbana. Em outras palavras, não houve, em nossa opinião diminuição da ênfase em se discutir a questão urbana.

Por outro lado, a afirmação de que a nova grade viria focada para uma discussão da economia brasileira inserida no mundo globalizado e na na própria economia brasileira não veio acompanhada de nenhum elemento para comprovar esta afirmativa, em nossa opinião. Seja do ponto de vista de novas disciplinas que dessem conta deste novo enfoque ou de mudanças de conteúdos de disciplinas já existentes que fossem nesta direção.

A ECONÔMICA DISCIPLINA METODOLOGIA DA ANÁLISE

Quando da análise da grade curricular anterior à reforma de 2002 comentamos a eventual sobreposição das disciplinas Técnica de Pesquisa em Economia e Metodologia da Análise Econômica. No currículo anterior não tivemos acesso à ementa desta última disciplina, mas a ementa aprovada em 2002 para vigorar a partir de 2003 era a que segue.

EMENTA:

Indicadores de Situação Social.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Índice de Condições de Vida (ICV).

Indicadores de Atividade Econômica: conceitos, medição e usos.

Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, Formação Bruta de Capital Fixo.

Produtos Setoriais.

Deflator Implícito do Produto.

Para efeito de comparação vejamos a ementa de Técnicas de Pesquisa Econômica I e II (ambas têm o mesmo conteúdo) a vigorar a partir de 2003.

EMENTA:

Avaliação e técnica de leitura e avaliação de texto.

Estruturação de capítulos.

Formalidades.

Como podemos observar a sobreposição que a disciplina Metodologia da Análise Econômica faz é com a matéria Contabilidade Social, em especial, com aquilo que se chama hoje de A Nova Contabilidade Social, comprometida em apresentar os indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento econômico, como o IDH e o Índice de GINI, além da sua vocação natural de introduzir a Macroeconomia apresentando o Sistema de Contas Nacionais. Nesta última disciplina se apresentam praticamente todos os itens listados na ementa de Metodologia da Análise Econômica, nos parecendo que não tinha muito sentido a convivência das duas matérias.

Já Técnica de Pesquisa em Economia trabalha como uma disciplina de apoio de metodologia científica para preparar o aluno na construção da Monografia de final de curso.

Quanto à participação em termos de carga horária do núcleo Quantitativo mais Microeconomia e dos núcleos História/Ciências Sociais a mesma continuou tendo o peso igual ao da última reforma e se levamos em conta apenas retirada da disciplina de Origens e Evolução do Capitalismo do núcleo de História na reforma de 1991 e a entrada de Ciência Política no mesmo ano as mudanças foram pequenas em dezoito anos e este perfil se estenderá até 2005 quando haverá uma nova reforma e, nesta, um movimento de mudança começará a ocorrer, exatamente 21 anos depois da reforma de 1984.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A REFORMA DE 2002

Como já comentado a estrutura do curso pensada lá atrás no tempo, estava preservada. Isto não significa que as condições de qualidade docente/discente estivessem presentes com a mesma intensidade de 1984 e anos seguintes.

O momento político já era outro, a escola já era outra e, principalmente, muitos questionamentos começavam a ser feitos pela queda do número de jovens estudantes interessados a ingressar no curso de economia. Por exemplo, o curso noturno de cinco anos. Seria competitivo com outros cursos, em outras áreas com integralização em quatro anos?

Não só na Unisantos surgiram estes questionamentos, mas nas escolas de economia espalhadas pelo país, em especial nas privadas.

Como vimos, se de um lado a reforma do curso de economia da Unisantos manteve o caráter plural, o caráter humanista do curso, ela não foi clara na vertente profissionalizante, ao contrário, foi em nossa opinião titubeante pelos motivos já comentados acima. Isto fez que apenas três anos depois uma nova reforma ocorresse no curso e esta com posições mais claras de mudanças, tendo em vista os novos tempos. Foi a reforma de 2005 que passaremos a estudar a seguir.

REFORMA DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ECONOMIA DE 2005

Após apenas dois anos e meio da implantação da nova grade curricular aprovada em 2002, o curso de Economia passa por outra reformulação no ano de 2005. Tendo como base o Parecer CNE/CES 54/2004 que apesar ter tido pouca duração sucedeu o clássico parecer 375/84. Uma das novidades deste parecer foi ter dado flexibilidade às Instituições de Ensino Superior para fixar o tempo mínimo de integralização dos seus cursos, além da exigência da elaboração de um Projeto Pedagógico. Assim, uma das principais mudanças foi a redução da duração do curso de cinco para quatro anos.

O Processo pelo qual a reforma tramitou foi o de nº 3492/3/2005 e em suas folhas 59, encontramos a JUSTIFICATIVA para as mudanças:

A necessidade de melhor atender aos diferenciais da clientela da Região Metropolitana de Santos caracterizada por jovens que demandam por cursos que associem teoria à prática formal do mercado de trabalho cuja peculiaridade é a forte concentração de empresas de pequeno e médio porte dos setores do comércio e serviços orientou a reflexão para a mudança de que faz parte esta proposta.

Referimo-nos inicialmente a adequação do curso semestral à realidade do turno noturno, no qual os alunos dispõem de pouco tempo disponível. Neste caso optou-se por concentrar as disciplinas ao longo da semana buscando levar o menor número possível de aulas possíveis para os sábados em cada semestre. O resultado obtido foi a criação de uma grade semestral com duas aulas apenas aos sábados sendo que no sétimo e oitavo semestres não haverá aulas aos sábados. A distribuição de disciplinas na semana manteve-se o máximo de seis por semestre.

O segundo aspecto diz respeito à estrutura de apresentação do curso de economia. O que se pretendeu foi, em primeiro lugar, aglutinar o conjunto de disciplinas teóricas e instrumentais do núcleo básico ao longo de quatro semestres. Aqui se apresentam disciplinas cujos conteúdos permitem uma maior percepção não só do pensamento econômico em construção, mas também os fundamentos básicos que norteiam os processos empresariais.

Nesta fase, do ponto de vista econômico, são apresentados os conteúdos que contrapõem o debate clássico ao debate neoclássico da teoria econômica.

Importante ressaltar que neste período prima-se por apresentar conteúdos que coloquem o aluno dentro de uma cultura formativa que equilibre equanimemente o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual e o desenvolvimento da capacidade de trabalhar tecnicamente.

Os quatro semestres seguintes foram preenchidos com as disciplinas de teoria avançada e de economia aplicada.

Por fim, o último aspecto da transformação da grade curricular foi acrescentar ao foco na grade anterior era, e continua sendo dirigido para a economia brasileira vista como inserida no mundo globalizado, o planejamento empresarial, proporcionando habilidades específicas ao aluno para atuar no mercado de trabalho. Estas disciplinas não visam apenas o oferecimento de conteúdos para o uso diário dos processos de trabalho, mas criar uma base sólida a partir da qual nosso estudante possa aprender a utilizar novas ferramentas, posto que estas mudam a cada instante no mercado de trabalho.

Esta justificativa é muito parecida com aquela presente no processo em que tramitou a reforma de 2002. No primeiro aspecto que é a preocupação com o alunado do período noturno (o curso só é oferecido neste período) houve até um retrocesso em relação a 2002. Na grade anterior o sábado foi totalmente eliminado, na nova grade de 2005 só a partir dos 7º e 8º semestres.

Em relação aos quatros primeiros semestres propiciarem o confronto entre os paradigmas clássicos e neoclássicos já comentamos na reforma anterior.

A mudança de direção mais profunda que ocorrerá na reforma de 2005 é o curso caminhando para uma formação mais profissionalizante, ou como alguns diriam, olhando mais para o mercado de trabalho. Isto custou na diminuição da carga horária de algumas disciplinas do eixo que aqui estamos nomeando histórico/teóricos e mesmo na alteração de alguns conteúdos.

Façamos a apresentamos da nova matriz e, em seguida, comentaremos estas alterações.

1º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Introdução à Economia I	60
História Econômica Geral	60
Matemática I	60
Problemas do Homem Contemporâneo I	30
Evolução das Ideias Sociais	60
Fundamentos de Administração	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	330

2º SEMESTRE	C/H SMESTRAL
Introdução à Economia II	30
Matemática II	60
Problemas do Homem Contemporâneo II	30
Economia Política	60
Teoria Microeconômica I	60
Contabilidade Empresarial	60
Ciência Política	30
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	330

3º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Matemática Econômica I	60
Introdução à Estatística I	60
Contabilidade Social	60
História do Pensamento Econômico	60
Orçamento e Análise dos Demonstrativos Financeiros I	30
Teoria Microeconômica II	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	330

4º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Matemática Econômica II	60
Formação Econômica do Brasil	60
Teoria Macroeconômica I	60
Teoria Microeconômica III	60
Orçamento e Análise dos Demonstrativos Financeiros II	30
Introdução à Estatística II	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	330

5º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Teoria Macroeconômica	60
Matemática Financeira	60
Estat. Econ. e Introd. à Econometria	60

Economia do Trabalho	30
Economia Brasileira Contemporânea I	60
Instituições de Direito	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	330

6º SEMESTRE	C/HSEMESTRAL
Economia do Setor Público	60
Teoria Macroeconômica III	60
Econometria	60
Técnicas de Pesquisa em Economia	30
Análise de Investimentos	60
Economia Brasileira Contemporânea II	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	330

7º SEMESTRE	C/HSEMESTRAL
Economia Monetária I	60
Economia Internacional I	60
Desenvolvimento Sócio Econômico	60
Finanças e Mercado de Capitais	60
T.C.C.I	15
Economia Regional e Urbana	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	315

8º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Economia Monetária II	30
Economia Internacional II	60
Desenvolvimento Sócio Econômico	60
Economia do Meio Ambiente	30
T.C.C.II	15
Elaboração e Análise de Projetos	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	255

O NOVO CURRÍCULO: UMA TENTATIVA PARA APROXIMAR O CURSO DO MERCADO DE TRABALHO

Nas folhas 06 do processo de tramitação da reforma há a seguinte observação:

O Economista, na atual conjuntura da economia globalizada e com um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo, deve ser preparado com uma sólida formação teórica a partir de uma instrumentação metodológica PLURALISTA (grifo nosso) da Ciência Econômica. Deve ter, também, uma consciência criticamente aberta sobre a realidade socioeconômica do país sem, entretanto, deixar de considerar na análise e no processo de tomada de decisão as QUESTÕES EMPRESARIAIS (grifo nosso), destacando permanentemente o fator social nas possíveis alternativas para a solução mais adequada das questões apresentadas.

Fica demonstrado no trecho acima a tentativa da conciliação da tradição do ensino plural do curso em relação aos paradigmas teóricos da Ciência Econômica a uma melhor formação para o mercado de trabalho. Para isto se concretizar foi necessário a introdução de disciplinas que materializassem este desejo. As mesmas foram “Fundamentos de Administração”, “Contabilidade Empresarial”, “Orçamento e Análise dos Demonstrativos Financeiros” e “Análise de Investimento”. Estas quatro disciplinas estão ligas à formação profissional/empresarial no sentido de qualificar o aluno para o mercado de trabalho, tornando-o mais preparado ao nível da concorrência presente neste mercado. Das mudanças feitas, desde 1984, esta com certeza foi a mais ousada no sentido de seguir na direção de mudar o perfil do curso de forma mais significativa. Esta ousadia não significa necessariamente, em nossa opinião, méritos ou acertos ou desacertos. Foi uma opção amadurecida pelo Colegiado do curso naquele momento, até pela redução permanente do número de alunos interessados a cursar Economia. Mas trouxe um custo, um sacrifício para a linha histórico/humanista do curso.

Reforça a observação acima a constatação de quais disciplinas foram “sacrificadas” para dar espaço para a entrada das novas, ditas de mercado.

Vejamos. Nas folhas 8 a 10 do referido processo estão presentes as justificativas para a redução da carga horária de algumas disciplinas. No caso da redução pela metade da carga de História Econômica Geral o Coordenador da reforma justifica:

A disciplina História Econômica Geral que em seu conteúdo tratava da análise do desenvolvimento do capitalismo a partir de elementos históricos que constituem a base dessa transformação preservará tal abordagem, porém, apresentar-se-á esses conteúdos associados a fatos do capitalismo recente tornando o curso mais prático e mais ágil possibilitando assim a redução da sua carga em 68 h/a.

Esta justificativa para a redução da carga horária da disciplina nos parece, hoje, inconsistente. Conciliar que a disciplina continue preservando seu objetivo anterior e ao mesmo tempo associada a fatos do capitalismo recente tornando o curso mais prático para nós foge totalmente do escopo de um curso de História Econômica, no sentido mais amplo do que se entende por História. Além do mais, cotejando com a ementa para esta disciplina, às folhas 26, do referido processo administrativo de reforma, percebemos que o conteúdo e a bibliografia não se alteraram em relação aos currículos anteriores. Como exemplo, a bibliografia básica era composta por Maurice Dobb com seu clássico “A Evolução do Capitalismo” e Eric Hobsbawm com “Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo”. Textos básicos para um curso de História Econômica Geral de orientação marxista. Isto não significa que seja possível dar conta do conteúdo já consagrado do curso, desde 1984 em 4 horas/aulas semanais, em 1 semestre. Achamos perfeitamente possível. Mas o curso, pelo menos na ementa ficou o mesmo. Não havia necessidade de justificativas “mirabolantes” para diminuir a carga horária, em nossa opinião.

Já na Reforma de 2011, a ementa desta disciplina é atualizada para o Capitalismo do final do século passado e início deste.

Uma outra disciplina que teve sua carga horária reduzida foi a importante Introdução à Economia II (reduzida à metade). Como justificativa foi usado o argumento que os conteúdos ministrados anteriormente seriam acrescidos aos conteúdos de Macroeconomia I e Contabilidade Social.

Mas consultando a ementa de Contabilidade Social percebemos que o conteúdo permaneceu o mesmo: A Nova Contabilidade Social. O sistema de Contas Nacionais, Indicadores de Qualidade de Vida. O Balanço de Pagamentos. A bibliografia é específica para esta disciplina.

O mesmo ocorre para Teoria Macroeconômica I. Conteúdo composto por temas como O Princípio da Demanda Efetiva em Keynes. A macroeconomia kaleckiana. O modelo de determinação de renda keynesiano. A síntese neoclássica e o modelo IS-LM. É o tradicional conteúdo de Macro I desde 1984.

Assim, estas disciplinas, do ponto de vista da análise das ementas, não absorveram o conteúdo de Introdução à Economia II. Assim, nos pareceu um equívoco pedagógico ter escolhido esta disciplina para uma das que tiveram redução de carga horária. Introdução à Economia é uma disciplina que deve atrair, conquistar o aluno para o curso e não ser desqualificada.

Na página 9 da reforma há uma exposição de motivos para a alteração do conteúdo de História do Pensamento Econômico que segue:

A disciplina História do Pensamento Econômico com 68 h/a cuidava da análise do pensamento econômico clássico e neoclássico, conteúdo denso e de difícil assimilação pelo aluno, e agora tratará apenas da análise do pensamento neoclássico, sendo que o pensamento clássico será objeto da disciplina Economia Política que com 136 h/a discutia a teoria do valor de Smith, Ricardo e Marx, carga horária excessiva para esse conteúdo.

Pensamos que mais uma vez para justificar a diminuição da carga horária de Economia Política criou-se um falso viés de justificativas. Inicialmente é preciso entender que se o curso quer dar mais ênfase à formação de um profissional de mercado, ou pelo menos equilibrar mais disciplinas deste eixo com o eixo histórico/teórico, matérias deste teriam que ser “sacrificadas” de qualquer maneira. Então, diminuiria a carga horária destas disciplinas por esta opção, não pela necessária desqualificação dos conteúdos das mesmas.

Até porque no caso de Economia Política é totalmente desproposital dizer que só a partir da reforma de 2005 a mesma iria dar conta pensamento econômico

clássico. A mesma sempre o fez, desde 1984, quando foi incluída na grade, até a elaboração deste trabalho, 2015. Entendendo-se pensamento clássico o debate da Teoria do Valor Trabalho em Smith e Ricardo e a crítica de Marx aos mesmos. Contudo, achamos possível o cumprimento deste conteúdo em um curso com 4 horas/aulas semanais, em apenas um semestre, que foi o que estabeleceu a nova proposta. Agora, História do Pensamento Econômico dar conta apenas do pensamento neoclássico não é a natureza desta disciplina. A mesma sempre foi vista como um bonito passeio, viagem, pelas principais doutrinas econômicas.

A entrada na grade das disciplinas como Contabilidade Empresarial e Orçamento e Análise dos Demonstrativos Financeiros justificaram de forma bem razoável a retirada da matéria Contabilidade e Análise de Balanço.

Nos últimos quatro semestres tivemos a supressão da disciplina Economia da Tecnologia em vista da análise de que parte do conteúdo de Economia do Trabalho dava conta do debate daquela. O mesmo, ainda segundo o processo administrativo da reforma, ocorria com Economia Internacional e Economia Monetária o que justificou a redução da carga horária desta última pela metade.

Para deixar claro que a reforma de 2005 deu uma guinada para um curso mais voltado para a formação profissional vamos apresentar as ementas das novas disciplinas que tinham este compromisso.

EMENTAS DAS NOVAS DISCIPLINAS PROFISSIONALIZANTES

FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO

EMENTA:

Descrição de administração e seus conceitos fundamentais como área do conhecimento.

Caracterização do processo administrativo e suas diversas abordagens teóricas.

Apresentação do conceito de organização e suas relações com o processo econômico.

BIBLIOGRAFIA:

Park, Kil H. – Introdução ao Estudo da Administração. São Paulo. Ed. Pioneira, 1997.

Vasconcelos e. – Estrutura das Organizações. Ed. Pioneira, 3ª ed., 1997.

Maximiano, Antonio Cesar Amaru. – Introdução à Administração, 5ª ed., Ed. Atlas, 2000.

CONTABILIDADE EMPRESARIAL

EMENTA:

Relatórios Contábeis: Obrigações e Auxílio à Gerência

Balanço Patrimonial

Custos. Nomenclatura de Custos para Decisão. Custos para Controle. Custo para Decisão.

BIBLIOGRAFIA:

Equipe de Professores da USP. - Contabilidade Introdutória – Livro Texto e de Exercícios. 8ª ed., São Paulo. Atlas, 1993.

Gouveia, Nelson. – Contabilidade Básica. 2ª ed., São Paulo. Ed. Harbra, 1993

Iudícibus, Sérgio de e Marion, José Carlos. – Manual de Contabilidade para não contadores. São Paulo, Atlas.

ORÇAMENTO E ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

EMENTA:

Controle Orçamentário.

Relatórios de Orçamento: de Venda; de Produção; de custo;

Orçamentos Gerais.

Balanço Patrimonial Orçado.

BIBLIOGRAFIA:

Matarazzo, D.C. – Análise Financeira de Balanços – Abordagem básica, São Paulo. Atlas, 1989.

Iudícibus, Sérgio de. – Análise de Balanços, 6ª edição, São Paulo, 1995.

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS

EMENTA:

Tópicos de matemática financeira.

Metodologias para decisão de investimentos.

O mercado financeiro e as variáveis não-financeiras na análise de investimentos.

Métodos de previsões financeiras. Fundamentos macro e microeconômicos da análise de investimentos.

Elaboração de projetos para análise.

BIBLIOGRAFIA:

Casarotto filho, Nelson e Kopittke, Bruno H. – Análise de Investimentos. 2ª ed., São Paulo. Atlas, 1998.

Huhnem, Osmar Leonardo e Bauer, Odibert Reinoldo. Matemática financeira aplicada e análise de investimentos. São Paulo. Atlas, 1996.

Comissão Nacional de Bolsa de Valores. Mercado de Capitais. São Paulo; Comissão Nacional de Bolsa de Valores, 1993.

Hischfeld, Henrique. Viabilidade Técnico-econômica de empreendimentos. São Paulo. Atlas, 1987.

CONCLUSÕES FINAIS DA REFORMA DE 2005

Passados 21 anos da Reforma da matriz curricular de 1984 do curso de Economia da Unisantos, reforma esta que deu ao curso um caráter plural já bem discutido ao longo deste trabalho e também um perfil de uma sólida formação histórico/social, a reforma de 2005 começa a introduzir mudanças claras nesse perfil de curso.

Depois de quase duas décadas o Brasil e o mundo mudaram. As necessidades de um novo perfil de economista fizeram se sentir. Houve, inclusive, uma crise generalizada no ensino e na procura por cursar Economia no Brasil e no

mundo. As escolas privadas, em nosso país sofreram um impacto maior nesta queda da demanda de alunos.

Não por menos, veio a flexibilização com o fim do curso noturno em cinco anos e a busca de um curso mais voltado para o mercado de trabalho.

Mas é importante observar que mesmo com a diminuição da carga horária de disciplinas que davam o perfil da antiga grade como Economia Política, História Econômica Geral, História do Pensamento Econômico e Ciência Política o curso ainda manteve os princípios da pluralidade teórica nos paradigmas econômicos e conteúdos ricos de História, Ciências Sociais e Política.

A REFORMA CURRICULAR DE 2011

A Reforma da Matriz Curricular do curso de economia da UniSantos de 2011 passou a vigorar em 2012. Os detalhes das mudanças na estrutura do curso estão expostos no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante². Baseamos neste documento para as observações feitas a seguir.

A Reforma teve como base legal o Parecer nº CNE/CES 95/2007 e a Resolução nº 4 de 13/07/2007 que dispõem sobre as Diretrizes Nacionais do curso de Ciências Econômicas.

Na página 7 do citado Projeto Pedagógico há um item contextualizando o curso e a profissão. Vejamos abaixo alguns trechos comentados:

O Economista, na atual conjuntura da economia globalizada e com um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo, deve ser preparado com uma sólida formação teórica a partir de uma instrumentação **metodologicamente plural da ciência econômica**.*grifo nosso)

Deve ter, também, uma **consciência criticamente aberta sobre a realidade socioeconômica do país**, sem deixar de considerar na análise e no processo de tomada de decisão as questões empresariais, destacando permanentemente o fator social nas possíveis alternativas para a solução mais adequada das questões apresentadas... (grifo nosso)

Mais uma vez como em todas as anteriores exposições de motivos das reformas anteriores, o caráter plural do curso e o compromisso com a realidade brasileira estão presentes. Também fica claro o compromisso com a formação profissional e com o social.

O texto continua em sua página 8:

...Primeiro referimo-nos a adequação do curso semestral à realidade do turno noturno, no qual os alunos dispõem de pouco tempo. Neste caso optou-se por concentrar as disciplinas ao longo da semana letiva buscando deixar os sábados para realização de atividades complementares e trabalhos de conclusão de curso, bem como possibilitar ao aluno um pouco mais de tempo para estudar. O número máximo de disciplinas disponibilizadas por semana é de seis por semestre...

Novamente a preocupação com a carga horária do curso, que é oferecido apenas no período noturno, retorna. Na reforma de 2002 foram extintas as aulas aos sábados. Na de 2005, o curso passou a ser integralizado em quatro anos não mais cinco, com aulas aos sábados até o sexto semestre. Finalmente em 2011 acabam as aulas aos sábados, novamente.

Na verdade, entidades da área do ensino de economia como a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia – ANGE recomendam o curso noturno em cinco anos para eliminar essa sobrecarga ao aluno. Mas as escolas de economia particulares, em especial, alegam questões de mercado para seguir neste caminho dos quatro anos.

Em seguida o documento segue com aquilo que seria a grande novidade da Reforma:

...O segundo aspecto diz respeito ao compartilhamento dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Pretendeu-se aglutinar as disciplinas que já são oferecidas nos três cursos nos dois primeiros semestres, possibilitando o primeiro ano básico. Tal compartilhamento possibilitará ao estudante de Economia uma formação mais completa nas áreas de Administração e Ciências Contábeis...

Este aspecto da reforma é um retrocesso ao que era a matriz anteriormente à reforma de 1991, quando foi eliminado o primeiro ano básico.

Ao mesmo tempo, é um claro movimento para tentar viabilizar a formação de turmas para os três cursos que vinham apresentando queda na demanda por suas vagas. Este movimento era mais acentuado nos cursos Economia e Ciências Contábeis mas começou a despontar com força também, nos últimos anos, em direção a Administração de Empresas.

Percebe-se que as reformas que foram se sucedendo a partir de 2002 mostraram ser uma tentativa de viabilizar um curso de Economia com qualidade, mas competitivo no mercado acadêmico cada vez mais diversificado e com mais opções. Mas tentativas de cursos sob forte pressão de se inviabilizarem e aí correndo o risco de abrir mão, mais cedo ou mais tarde, de sua elegância curricular.

A GRADE CURRICULAR APROVADA EM 2011

A matriz curricular aprovada em 2011 seguiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, nos termos do Parecer CNE/CES nº 95/2007 e Resolução CNE/CSE nº 4.

As diretrizes mantêm eixos de formação com áreas que são Formação Geral, Formação Histórica, Formação Teórico-Quantitativa e Técnico-Operacional. Os três primeiros eixos de formação são compostos por disciplinas chaves que vêm do já tão comentado Parecer 375/84.

O curso é apresentado em 8 semestres, com aulas das segundas às sextas-feiras e como já comentado com o primeiro ano básico com Administração de Empresas e Ciências Contábeis.

1º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Introdução à Economia I	60
Introdução à Contabilidade I	60
Teoria Geral da Administração I	60
Matemática I	60
Instituições de Direito Público e Privado	30
Problemas do Homem Contemporâneo I	30
Libras (disciplina optativa)	30
TOTAL	420
2º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Introdução à Economia II	60
Introdução à Contabilidade II	60
Teoria Geral da Administração II	60
Matemática II	60
Introdução ao Direito Empresarial	30
Problemas do Homem Contemporâneo II	30
TOTAL	300
3º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Teoria Microeconômica I	60
História Econômica Geral	60
Estatística I	60
Matemática Econômica I	60
Economia Política	30

Contabilidade Social	30
TOTAL	300

4º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Teoria Microeconômica II	60
Teoria Macroeconômica I	60
Estatística II	60
Matemática Econômica II	60
Formação Econômica do Brasil	60
TOTAL	300

5º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Teoria Microeconômica III	60
Teoria Macroeconômica II	60
História do Pensamento Econômico	60
Matemática (Financeira)	60
Econometria I	30
Economia Brasileira I	30
TOTAL	300

6º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Teoria Macroeconômica III	60
Econometria II	60
Economia Monetária	60
Economia Brasileira II	60
Ciências Sociais para Economia	60
Metodologia do Trabalho Científico (EAD)	60
Atividades Complementares	230
TOTAL SEM ATIVIDADES COMPLEMENTARES	360

7º SEMESTRE	C/H SEMESTRAL
Economia Brasileira III	60
Economia Internacional	60

Economia Regional e Urbana	60
Finanças e Mercados de Capitais	60
Análise de Investimentos	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	100
Estágio	225
TOTAL SEM ESTÁGIO	400

8º SEMESTRE

C/H SEMESTRAL

Economia do Meio Ambiente	60
Economia do Setor Público	60
Desenvolvimento Socioeconômico	60
Economia do Trabalho	60
Elaboração e Avaliação de Projetos	60
Trabalho de Conclusão de Curso II	100
Estágio	225
TOTAL (SEM ESTÁGIO)	400

AS MUDANÇAS NA NOVA MATRIZ

A nova matriz reafirma o perfil das últimas reformas que é levar o curso a um perfil mais profissionalizante com um toque de moderno ao comprometê-lo com a problemática urbana e ambiental.

A característica da grade é a continuidade da forte presença do eixo quantitativo (Matemática, Estatística e Econometria), e de Micro e Macroeconomia. A tendência da perda da carga horária de Economia Política continua. Cai de 60 h/a para 30 que vão para Economia Brasileira.

No eixo de Ciências Sociais as disciplinas Evolução das Ideias Sociais e Ciência Política foram eliminadas, tendo sido substituídas por uma disciplina do 6º semestre nomeada Ciências Sociais para Economia.

É evidente que a simples implantação do primeiro ano compartilhado faz com que haja uma reestruturação na grade que propicia, de cara, uma nítida perda de identidade do curso.

Mas, contraditoriamente, se formos nos basear no documento do Projeto Pedagógico, as ementas bibliográficas ainda guardam estreita relação com aquele curso plural e progressista lançado em 1984. Vejamos a seguir, por amostragem, algumas ementas.

PRINCIPAIS EMENTAS BIBLOGRÁFICAS DA REFORMA DE 2011

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

A ementa de Introdução à Economia é a clássica apresentação de Micro e Macroeconomia.

Como destaque na bibliografia básica à competente obra de Paul Krugman e Robin Wells, chamada Introdução à Economia, da Ed. Elsevier. Krugman é considerado um liberal americano, ou seja, um keynesiano típico simpatizante do Partido Democrático. Tem posições sociais avançadas, a favor dos pobres e das políticas de intervenção do Estado ao lado destes.

Destaque também para o Manual de Economia dos Professores da USP, por Diva Benevides e Marco Antonio Vasconcelos que dá o equilíbrio da apresentação aos alunos do tradicional manual mais da escola norte-americana.

HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL

Por contradição a uma aproximação do tal mercado, ainda é uma ementa que guarda um compromisso muito forte das raízes de 1984, mas atualizada, é claro, ao estudo da evolução do capitalismo pós receitas neoliberais. Sua bibliografia continua extremamente plural e com clara tendência marxista. Vejamos.

Chesnais, François.- A mundialização do capital. São Paulo. ed. Xamã, 1996.

Hobsbawam, E. J.- A era das revoluções: Europa 1789-1848. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Lenine, V.I. – O Imperialismo – Fase Superior do Capitalismo. São Paulo. Ed. Centauro, 2011.

Sader, Emir e Gentili, Pablo. – Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 6ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 2003.

ECONOMIA POLÍTICA

A ementa comporta o debate da teoria do valor- trabalho em Smith e em Ricardo com a crítica de Marx através da sua obra clássica, “O Capital”.

As principais referências bibliográficas são:

Marx, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. O Processo de Produção de Capital. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand, 1996.

Ricardo, David. Princípios de Economia Política e Tributação. São Paulo. Ed. Nova Cultural, 1996.

Smith, Adam. A Riqueza das Nações: investigações sobre sua natureza e suas causas. São Paulo. Ed. Nova cultural, 1988.

TEORIA MACROECONÔMICA I, II E III

Macro I mantém o tradicional conteúdo da apresentação do Princípio da Demanda Efetiva em Keynes e uma introdução à Dinâmica da Economia Kaleckiana. Já Macro II e III discutem o modelo de equilíbrio keynesiano, a síntese neoclássica (IS-LM), os Novos Clássicos, os Novos Keynesianos.

Quanto à bibliografia o Projeto Pedagógico possui um erro, provavelmente involuntário, ao estender para as três Macros a bibliografia de Macro I. Para esta última cabe os seguintes textos básicos:

Dillard, Dudley. – A teoria econômica de John Maynard Keynes. São Paulo. Ed. Pioneira.

Miglioli, Jorge. – Acumulação de capital e demanda efetiva. São Paulo. Ed. Quercus.

Keynes, John Maynard. – A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo. Ed. Atlas.

Para Macro II e III as bibliografias recomendadas são os tradicionais manuais de macroeconomia, tais como:

Blanchard, Olivier. – Macroeconomia. São Paulo. Ed. Pearson, 2010.

Dornbush, Rudiger e Fischer, Stanley. – Macroeconomia. São Paulo. Ed. McGraw Hill, 1992.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

A ementa trata da evolução da economia brasileira desde o século XVI até a década de 30 do século XX.

A bibliografia tem os seguintes clássicos:

Furtado, Celso. – Formação Econômica do Brasil. 17ª ed. São Paulo. Ed. Nacional, 1980.

Prado Junior, Caio. – História Econômica do Brasil. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1945.

Suzigan, Wilson. – Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo. Ed. Hucitec, Unicamp, 2000.

Silva, Sérgio. – Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo. Ed. Alfa-Ômega, 1976.

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

A disciplina apresenta uma síntese da evolução do pensamento econômico surgido a partir da segunda metade do século XIX. A bibliografia básica é composta como segue:

Feijo, Ricardo. – História do Pensamento Econômico. São Paulo, Ed. Atlas, 2001.

Hunt, E. K. – História do Pensamento Econômico. 11ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1993.

Napoleoni, Claudio. – O pensamento econômico do século XX. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1979.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

A ementa desta disciplina põe como objetivos da mesma analisar o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Estudar os estrangulamentos do desenvolvimento. O pensamento da CEPAL e padrões de inserção asiático, latino-americano e globalização.

Furtado, Celso. – A economia latino-americana. São Paulo. Ed. Nacional, 1986.

Bielschowsky, Ricardo. – Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro. Ed. Record, 2000.

Beluzzo, Luiz Gonzaga de Mello e Coutinho, Renata (orgs.). – Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1982.

Esta amostra de ementas demonstra que apesar da reforma de 2011 ter adaptado o curso à realidade de viabilidade financeira da Universidade, o conteúdo programático mais de vinte e sete anos depois da reforma de 1984 manteve-se HETERODOXO quando comparado a cursos de economia de escolas privadas similares. Autores de diversos paradigmas fazem parte da referência bibliográfica e o conteúdo programático plural.

CONCLUSÃO

Entre outros pontos que serão considerados como resultados importantes do nosso estudo o mais relevante com certeza é a constatação que apesar de ter passado por seis reformas em sua Matriz Curricular ao longo de quase três décadas (1984 – 2011), o curso de Economia da Universidade Católica de Santos manteve seu caráter de ensino plural, apresentando ao aluno os principais paradigmas da teoria econômica. Dos fisiocratas aos clássicos com Smith e Ricardo e a crítica de Marx aos mesmos, passando pelos marginalistas, por Keynes, Kalecki e pela Comissão Econômica da América Latina e do Caribe – CEPAL, entre outros. Isto ficou demonstrado pelo estudo das ementas das principais disciplinas onde os conteúdos e as referências bibliográficas indicaram claramente esta opção do curso ao longo destes anos e pelo equilíbrio das grades curriculares mantidas durante esse longo período com a presença não só de um eixo teórico plural de economia mas de um eixo de história e ciências sociais forte.

É importante ressaltar que a conclusão que chegamos na pesquisa do oferecimento de um ensino de economia heterodoxo na Universidade Católica de Santos se deu com o apoio no estudo de fontes primárias citadas acima e nas referências bibliográficas. Delimitamos nosso campo. Não por um desejo pessoal mas por questões temporais, práticas e de outras determinações das circunstâncias em que se deu o estudo.

É claro que uma pesquisa com esse perfil poderia ser completada com outras possibilidades de fontes. Contar com depoimentos dos atores que participaram das Reformas (alunos e professores) seria algo extremamente rico. Coordenadores do curso ao longo desses anos sendo ouvidos, também. Mapeamento político do Colegiado para entender a correlação de forças políticas em dado momento no colegiado do curso. Ouvir outros eméritos professores de Economia de Centros de ensino de excelência. Enfim, teríamos muitas possibilidades. Escolhemos uma que achamos muito consistente e forte, neste momento e ao nosso alcance.

Uma outra maneira de avaliar a permanência do caráter plural do curso durante estas três décadas seria um cuidadoso levantamento amostral nas monografias de final de curso, elaboradas pelos formandos, para uma avaliação

temática que indicasse a pluralidade ou não do debate do curso. Achamos, como já adiantamos anteriormente, que este levantamento merece uma pesquisa específica e cuidadosa.

Mas, a partir do estudo com as fontes que nós utilizamos, ficou claro o caráter heterodoxo e humanista que o curso manteve, ficando nítido que os preceitos lançados pelo Parecer CNE 375/84 do Conselheiro Armando Mendes ficaram presentes no curso durante todo esse período, inclusive a preocupação com o compromisso de estudar a realidade brasileira e o diálogo com as Ciências Sociais. Mas há uma contradição nesta constatação. Ao analisarmos as exposições de motivos das reformas feitas a partir de 1991 constatamos não haver nenhuma referência ao Parecer 375/84, dando-se a impressão de que a comunidade do curso de Economia da Universidade o desconhecia.

Mais ainda, as justificativas de alteração das grades curriculares mais recentes citam os números dos pareceres que definem as novas diretrizes dos cursos de Economia no país como o 380/2005 e o 95/2007, mas não os comenta com profundidade. Assim, comentem uma omissão grave pois deixam de mostrar que estes recentes pareceres reforçam o Parecer 375/84, são uma continuidade adaptada aos novos tempos, mesmo dando maior grau de flexibilidade às Instituições de Ensino Superior para completar o currículo pleno.

Pior, em nenhum momento o Colegiado do curso parece indicar intimidade com o papel que tiveram a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia – ANGE, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia – ANPEC e o Conselho Federal de Economia – CFE no debate das novas diretrizes. Em nenhum momento, também, é citada a publicação de referência que foram os Cadernos da ANGE de 2006 que conta a história das novas diretrizes do curso de economia, homenageando Armando Mendes, como citado acima pai do Parecer 375/84. Não encontramos na memória do curso os documentos que mostram a então FACEC como sócia fundadora da ANGE, durante o I Congresso Brasileiro dos Cursos de Graduação em Economia, em Vitória – ES, em 1985.

Pensamos que estes indicadores acima mostram que o curso de Economia local, através de sua comunidade acadêmica, ficou isolado, distanciado do debate nacional do ensino de Economia durante esse período, longo período.

Isto explica um pouco os motivos das reformas, de repente, começarem a serem feitas no improviso e querendo dar respostas urgentes à queda no número de alunos. Reforma de 2002, 2005, 2011 e provavelmente brotando outra em 2015. Faltando referências de outras experiências, a nível nacional. Pondo em risco um dado perfil do curso construído em décadas. É claro que estas recentes reformas deram um perfil mais profissionalizante ao curso, em especial a de 2005 como foi visto. A tal aproximação do mercado ocorreu, mas não de forma consistente tendo em vista a frequência da revisão da grade curricular. Ora o curso vai para o urbano, ora para o mundo global, ora para a economia brasileira. E o curso tendencialmente pode ficar “sem cara”.

Outro aspecto a ser comentado desta falta do debate com a sociedade civil organizada representada pelas comunidades das escolas de graduação e pós-graduação em Economia e das entidades dos profissionais dos Economistas acabou tendo uma outra consequência nada sadia para o curso de Economia da escola, em nossa opinião. Em anos recentes vem se consolidando na Universidade a ideia da existência de um eixo de ensino chamado de “Negócios” composto pelos cursos de Economia, Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Aceitamos que estes cursos têm momentos comuns que podem ser compartilhados, mas o que ocorreu na escola em nossa opinião foi uma tragédia anunciada. Os cursos passaram a ter reuniões dos Colegiados compartilhadas.

As reuniões compartilhadas dos Colegiados dos três cursos poderiam até ocorrer, mas eventualmente em nossa opinião. A regra seria manter a dinâmica, o debate, a força de cada curso, através das reuniões periódicas, de cada Colegiado. Pela nossa experiência as reuniões compartilhadas acabaram sendo meras ciências aos membros dos Colegiados de decisões já previamente tomadas. Não ocorriam discussões de conteúdos programáticos, conjuntura econômica e política, ou seja, dos interesses próprios de cada curso.

Isto, em nossa opinião, trouxe um crescente esvaziamento do Colegiado de Economia, o curso que nos interessa aqui, o tornando instância burocrática e não dinamizadora da qualidade do curso, sem levar em conta que cada curso tem suas próprias diretrizes curriculares, suas formas de relacionamento com a sociedade civil e com outras áreas de conhecimento.

Mas tirando estas questões que consideramos negativas para a qualidade do curso, ter o mesmo mantido uma linha heterodoxa durante tantos anos, como reconhece o Professor Delfim Neto na entrevista anexa, só trouxe benefícios para seu corpo de alunos. Tivemos nessas décadas vários aprovados no difícil exame de ingresso do mestrado unificado da ANPEC. Outros aprovados em concursos como BNDES, Banco Central e IPEA e na área Fiscal da União, dos Estados e dos Municípios. Também alguns que ocuparam cargos de alto escalão no Governo Federal e, para aqueles que se preocupam com a linguagem do mercado, inúmeros que foram absorvidos por este mercado.

O ensino de pensamento não único funciona. Este curso provou durante três décadas formar excelentes Economistas. Críticos, reflexivos, com visão plural em teoria econômica e preparados para o exercício profissional. Que a Universidade Católica de Santos não perca esta referência histórica.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

CADERNOS DA ANGE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA 2006. Comenta as novas Diretrizes do Curso de Ciência Econômica, lançadas pelo Parecer380/2005.

DECRETO-LEI FEDERAL N° 7.988, DE 22/12/1945. Incorporou as Ciências Econômicas ao ensino superior do país.

LEI N° 9694/96 – LEI DAS DIRETRIZES BÁSICAS DO ENSINO NACIONAL. Define e regulariza o Sistema de Educação Brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal.

PARECER CNE 375/84, APROVADO EM 6 DE JUNHO DE 1984. Trata das Diretrizes Curriculares para o curso de Ciências Econômicas.

PARECER CNE N° 146/2002, APROVADO EM 03/04/2002. Trata das Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado executivo, Música, Dança, Teatro e Design.

PARECER CNE N° 184/2006, APROVADO EM 07/07/2006. Referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

PARECER CNE N° 380/05, APROVADO EM 06/11/2005. Estabelece as Diretrizes curriculares para o curso de Ciências Econômicas.

PARECER CNE N° 54, APROVADO EM 18/02/2004. Estabelece Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Ciências Econômicas.

PARECER CNE N° 95/2007, APROVADO EM 29/03/2007. Trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Econômicas.

PARECER N° 397/62 DO MEC. Estabelece o currículo mínimo do curso de Ciências Econômicas.

PARECER N° 977/65 DO MEC, APROVADO EM 03/12/1965. Dá a definição dos cursos de Pós-Graduação no país.

PROCESSO N° 326/91 DE 06/11/91 do Protocolo Geral da Universidade Católica de Santos e da Unida Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos – FACEC. Trata da reformulação das matrizes curriculares dos cursos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Ciências Contábeis, ocorrida no ano de 1991.

PROCESSO N° 3492/3/2005 DE 08/08/2005 do Protocolo Geral da Universidade Católica de Santos. Trata de autorização para encaminhamento de proposta de alteração de matriz curricular do curso de Ciências Econômicas, no ano de 2005.

PROCESSO N° 3967.3.2002 DE 02/10/2002 do Protocolo Geral da Universidade Católica de Santos e da Unidade Faculdade de Ciências Econômicas e Comercias de Santos – FACEC. Trata de alteração na matriz curricular do curso de Ciências Econômicas, ocorrida no ano de 2002.

PROCESSO N° 4.660.03.91 DE 21/11/91 do Protocolo Geral da Universidade Católica de Santos e da Unidade Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos – FACEC. Trata de alteração na matriz curricular do curso de Ciências Econômicas, ocorrida no ano de 1991.

PROCESSO N° 5150.03.87 DE 12/08/87 do Protocolo Geral da Universidade Católica de Santos e da Unidade Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos – FACEC. Trata da alteração do currículo pleno do curso de Ciências Econômicas, ocorrida no ano de 1987.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ECONOMIA APROVADO PELO COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS. Incorpora a matriz curricular aprovada em 2011 e vigente a partir de 2012.

RESOLUÇÃO CNE N° 11, DE 26 DE JUNHO DE 1984. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de Ciências Econômicas.

RESOLUÇÃO CNE N° 4, APROVADA EM 13/07/2007. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Econômicas.

RESOLUÇÃO CNE N° 7/06/2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Econômicas.

RESOLUÇÃO N° 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007. Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, na modalidade presencial.

FONTES SECUNDÁRIAS

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo.** Terceira Edição. São Paulo. Editora Penso, 2006.

BARROSO, João. **O Estudo da Escola.** Porto Editora, 1996.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luiz Felipe I. & REGO, José Márcio. **Desenvolvimento do Ensino de Economia no Brasil.** In: Conversas com economistas brasileiros. São Paulo, 1996.

CANÁRIO, Rui. **A Escola tem Futuro?** Artimed. Porto Alegre, 2006.

CEPAL. (1951). Estudo Econômico da América Latina, 1949. In Ricardo Bielschowsky (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Tradução de Vera Ribeiro. RJ: Record, pp. 137-178,2000.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação.** Texto publicado em Estudos Avançados 11(5), 1991.

CUCHE, Den ys. **A Noção da Cultura nas Ciências Sociais.** EDUSC, 2003.

DUBY, Georges. **A História Continua.** Jorge Zahar Editor Ltda. RJ, 1993.

EBY, Frederick. **História da Educação Moderna.** Editora Globo. Porto alegre, 1976.

FAZENDA, IVANI. **Metodologia da Pesquisa Educacional.** Cortez Editora, 2006.

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico (1967). Abril Cultural. SP, 1983.

GOODSON, Ivor. **Currículo: Teoria e História.** Petrópolis. Editora vozes, 1988.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** Editora Atlas. SP, 1992.

MARSALL, Alfred. **Princípios de Economia Política.** Tratado Introdutório. SP, 1982.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Abril Cultural. SP, 1983.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva.** T A Queiroz. SP, 1982.

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos.** Texto publicado na Revista Tempo, volume 1, nº 2, p. 59 – 72. Rio de Janeiro, 1996.

PRADO, Eleutério. **A ortodoxia neoclássica.** Estudos Avançados, vol. 15, nº 41, abril de 2001.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação.** Abril Cultural. SP, 1982.

RUBIN, Isaak Illich. **A Teoria Marxista do Valor.** Brasilense. SP, 1980.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** Abril Cultural. SP, 1983.

TARDIFE, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis. Editora Vozes, 2002.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou planetário de erros.** Editora Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **Educação e Experiência.** Palestra proferida em Leeds, em 1968, na quinta conferência anual do Abert Mansbridge Memorial. Em 2002, a Editora Civilização Brasileira lançou no Brasil o livro **Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária**, organizado por sua esposa Doroty Thompson, postumamente Esta obra mostra que ali estavam as raízes da visão do autor de vários conceitos, em especial, de educação e experiência .

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária na Inglaterra: 1780 – 1832,** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha & KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo. Editora Ática, 2002.

Anexo 1

Entrevista com o Economista e Professor Antônio Delfim Netto.

Dia13/07/2015.

São Paulo – Capital

Fábio Barbosa – Eu estava no desenvolvimento da minha dissertação de mestrado na USP(...) mas a vida me reservou outros destinos né...

Delfim Netto – Vai empurrando a gente.

Fábio Barbosa – Vai empurrando a gente... então eu fiz concurso de Fiscal de Rendas, depois me tornei Secretário de Finanças da Telma (de Souza, ex-prefeita de Santos e ex-deputada Federal) lá em Santos...

Delfim Netto – A Telma, como que ela vai?

Fábio Barbosa -- Vai bem. Telma vai bem.

Delfim Netto – Aliás, ela é muito esperta. Eu gosto muito dela (Telma).

Fábio Barbosa – Eu caminhei para a área do mestrado em Educação e na área da minha experiência como professor de Economia, acabei por discutir as reformas das matrizes curriculares do curso de Economia da Universidade Católica de Santos. Na minha banca de qualificação (da Pós), houve a sugestão para que eu entrevistasse alguém que tenha sido respeitado na área do ensino da Economia. E o seu nome foi ventilado por unanimidade. Por isso entramos em contato.

Fábio Barbosa — Gostaríamos de começar esta entrevista sobre a experiência do senhor como presidente do Centro Acadêmico Visconde de Cairu (da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo). O senhor era aluno...

Delfim Netto – Fizemos uma greve danada... (risos). Na verdade, o ensino de Economia na Universidade de São Paulo começou com um decreto de 1946 que criou a Faculdade de Ciências Econômicas. Foi no tempo do embaixador Lacerda de Soares, que era interventor, e ela (Faculdade) foi constituída por amadores. Não

havia nenhum profissional. Aliás, tinha um, depois chegou um outro. O professor Paul Hugon era um francês que dava aula de Economia Institucional. Um bom professor, inclusive. E, depois, mais tarde, nós recebemos o Wilfred Stevens, que era professor de Estatística e que deu uma contribuição fundamental para essa disciplina no Brasil. Eram todos amadores, de forma que era uma escola muito aberta. Os professores foram escolhidos por títulos e a escola começou a funcionar. O currículo creio, eu acho tinha sido sugerido já no Rio de Janeiro pelo Doutor Gudin (Eugênio). Mas era um currículo razoável, era razoável.

Eu creio que o ensino era um pouco mais universal do que é hoje em Economia, que é muito mais técnico, matematizado, e que esquece História, Sociologia, Antropologia, que é a coisa (Antropologia) mais séria do mundo. Então, o que ocorria é que, como eram todos amadores (professores), eles se esforçavam realmente para dar uma visão mais ampla aos alunos. Eu sempre dou como exemplo o caso do Hugon, que era um professor francês que dava as suas aulas muito bem arrumadas de Economia Institucional, grande conhecedor da História do Pensamento Econômico, de forma que entusiasmava os alunos. Por exemplo, ele dizia moeda é qualquer coisa que sirva como meio de troca, reserva de valor etc. Na sequência vinha o professor de Sociologia, um grande mestre, o Heraldo Barbuy, que era assistente dele e dizia: não é nada disso. Ele nos falava que a moeda, segundo o Zimmermann, é uma instituição social, porque ela muda o comportamento do homem, a tal ponto que o homem só é egoísta porque existe moeda. Ou seja, você tinha uma visão muito mais ampla do mundo, da realidade. Mesmo os professores de Direito não eram, com exceção talvez do Montoro (Montoro, Franco), que era professor de Direito Privado, os outros não eram professores. Eram bacharéis com treino na vida. De forma que tínhamos um currículo razoável e em alguns aspectos mais amplos do que são hoje. Tínhamos uma formação aberta. Tanto é verdade que a escola (FEA, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade) da USP sempre foi aberta. Sempre teve, digamos, um pessoal do *mainstream* e também um pessoal meio marxista. Mas era tudo de pé-quebrado. O marxista, o *mainstream*, era tudo de pé-quebrado, e um *approach* histórico muito sério que era a Alice Canabrava. Realmente era um curso maravilhoso, porque tínhamos uma ênfase nas outras Ciências Sociais. Havia claro uma boa ênfase em Matemática, tinha depois em Estatística e Econometria com o

Bueno (Luiz de Freitas). Eram todos (professores) amadores. Cada um deles estava também meio que aprendendo o que ele tentava transmitir para os alunos. Mas esse aspecto tornou o curso muito interessante e a Economia estava basicamente nas mãos do Hugon (Paul), que dava como disciplinas Introdução à Economia e História do Pensamento Econômico. Também do Roberto Pinto de Souza, que dava uma espécie de Macroeconomia, que naquele tempo era chamado de Estudo de Conjuntura, as teorias de conjuntura econômica. Agora, a Economia, digamos o núcleo dela, era o Dorival Teixeira Vieira, que era um curso que tinha duração de um ano e precedia o de Teoria de Preço, também de um ano. Nós tínhamos também mais um ano de Moeda e Crédito e finalmente um ano inteiro e outro de Comércio Internacional. Era o mesmo professor, sempre. Muito bom, esforçadíssimo, mas autodidata. E, digamos, com uma forte tendência, e como tinha vindo do Hugon, que era a do professor original, mais institucional. Você, na Economia, tinha pouca ênfase nos métodos quantitativos, mas nos métodos qualitativos, eles eram bastante razoáveis. Havia um curso de Matemática muito bom, que dado pelo **Bertê (?)**, e esse professor tinha um assistente realmente de altíssima categoria, que era o **Pizanelli (?)** e tinha o Luiz de Freitas Bueno, que sempre foi um grande entusiasta pela Estatística Econômica e pela Econometria, no tempo em que achávamos Econometria era coisa séria (risos).

Fábio Barbosa - O senhor logo que se formou se transformou em professor...

Delfim Netto - Sim, eu me formei e fui convidado pelo Bueno (Luiz de Freitas) para continuar como professor, como assistente...

Fábio Barbosa - Perfeito. O senhor foi professor no início dos anos 1950 (1952) e era um momento rico no debate da industrialização do Brasil, o BNDE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico surgindo, como era ser professor naquele momento da Economia brasileira?

Delfim Netto - Na verdade, a ideia do desenvolvimento econômico sempre foi parte da escola (FEA-USP). Quando eu cheguei para ser professor assistente, já tinha trabalhado com café (setor), tinha feito algumas coisas, aí prossegui já havia essa linha. Mesmo na Teoria do Desenvolvimento, a escola sempre foi muito aberta.

Fábio Barbosa - Esse clima, essa disposição (para o debate do desenvolvimento econômico) sempre esteve presente na escola então?

Delfim Netto - Sempre esteve presente. Essa abertura que ainda até hoje prevalece. Havia seminários que eram frequentados por todos, por marxistas, keynesianos. O grande problema é que, quando se olha para a distância, os dois grandes pensadores, um do século XIX e o outro do Século XX, Marx (Karl) e Keynes (John Maynard), são vítimas dos seus asseclas. Mas a escola (FEA-USP) sempre foi de uma orientação aberta (debate).

Fábio Barbosa - Em 1966, o senhor participou do encontro da Itaipava junto com outros economistas. O senhor poderia contar um pouco dessa história?

Delfim Netto - A melhor coisa que você pode fazer é pegar o número da Revista Brasileira de Economia (RBE), acho que é um volume inteiro, em que há a participação de todos nós. Minha, do Mário (Henrique Simonsen), da Conceição (Maria Conceição Tavares), do Werner Baer. Foi um grupo que fez, de fato, a primeira tentativa de se internacionalizar a Economia.

Fábio Barbosa - Os acordos começaram a surgir ali, como MEC (Ministério da Educação e Cultura) – Usaid (United States Agency for International Development)

...

Delfim Netto - Todos eles, se você pegar esse volume, tem a história completa. Eles (RBE) conseguiram todos os discursos, mais do que isso. As discussões, lá se encontra tudo. Foi o início de tudo (internacionalização). Tinha-se um livro em português já, que era muito bom, até os dias de hoje, que era o Teoria Monetária do Eugênio Gudin, em dois volumes. Ele (Gudin) estava em estado da arte. Gudin era muito liberista. Do outro lado, estava o Roberto Simonsen, que foi uma vítima do Gudin. Porque Simonsen tinha uma grande intuição, era um engenheiro competente, assim como Gudin. Ambos eram engenheiros, mas não tinha (Simonsen) nenhuma noção de Economia, de forma que o Gudin se divertiu um pouco na sua crítica (ao pensamento de Simonsen) que era até exagerada. Simonsen tinha um pensamento correto, não estava de acordo com o *mainstream*, representado pelo Gudin, mas era um pensamento absolutamente correto. Como Simonsen não tinha nenhum

conhecimento de Teoria de Preços, a quantidade de equívocos que ele produzia transformou-o numa presa fácil de Gudin, mas a crítica de Gudin era exagerada. Tenho a impressão de que havia uma questão pessoal entre eles que eu até explorei quando fui convidado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para uma exposição numa comemoração ao aniversário do Simonsen. Eram, as teorias de Simonsen e Gudin, duas vertentes que depois seguiram a escola, eu acho, não tinham duas vertentes. A escola (FEA-USP) sempre teve o desenvolvimento econômico como objetivo. Quando eu fui para o Ministério (Ministério da Fazenda, 1967) o meu objetivo era reduzir a importância do café. O café era câmbio, era 70% da receita brasileira (exportação) e eu tinha trabalhado com café, tinha feito a minha tese sobre essa commodity. A grande mudança estrutural (na Economia brasileira) é que quando terminou o meu mandato (no Ministério da Fazenda, 1967-1974) o café era 10%. Não porque ele tivesse diminuído (produção) mas porque os outros cresceram. Houve uma política apoiada em dois vetores, o investimento, que cresceu muito. Só de investimento público era 5% do Produto Interno Bruto (PIB) e a carga tributária era 25% e a exportação. Se observarmos e medirmos o sucesso da industrialização brasileira, o aumento da sua participação na exportação mundial, iremos ver que de 1965 até 1980 houve um aumento nessa participação no mundo que cresceu a 15% ao ano. Depois dos anos 1980, quando se começou a usar o câmbio como uma variável auxiliar para combater a inflação, isso caiu. Nem a combateu (a inflação) e ainda conseguiu destruir a exportação.

Fábio Barbosa – O senhor fez um artigo recentemente (abril de 2015) no jornal Folha de S. Paulo chamado *Economistas*. O senhor termina este texto com a frase: “isto exige, como temos insistido, a integração das contribuições dos neoclássicos, dos keynesianos e dos marxistas na prática da política econômica”. Transportando essa sua fala para o ensino da Economia, o senhor diria que seria razoável o aluno ter uma visão plural desses diversos paradigmas durante o seu curso, mudando o ensino de pensamento único.

Delfim Netto – Acho que é absolutamente necessário. A Economia não é uma ciência. É uma ilusão imaginar que existe uma ciência social com o padrão das

ciências duras. O homem é um animal muito mais complicado do que o átomo, do que a molécula. Na Economia, o átomo é um canalha, ele pensa, reage, mente, se esquiva, se defende. E o pior, ele vota. Então, não existe nada que seja seguro. Essa visão múltipla do mundo são os vários enfoques possíveis, que são importantes. E o que é mais ainda importante é ensinar o seguinte: existe sim um núcleo forte, que não pode ser violado, que são as equações da contabilidade nacional. Isso pode ser marxista, keynesiano, neoclássico, não tem como violá-las (equações). Todas as tentativas de violá-las acabaram em inflação e em déficits de contas correntes. Existem coisas que, embora não haja ciência social, também nos dessas ciências, as mesmas causas causam os mesmos efeitos. Ou seja, quando você tem uma atividade que produz maus resultados, não adianta ficar tentando, porque ela é assim mesmo. Você precisa ter uma clara noção de que, não é porque ela (Economia) não é um conhecimento científico duro que será uma disciplina completamente arbitrária. Que você pode decidir discricionariamente, que a vontade política possa se sobrepor a algumas restrições que a Economia tem. Foi o que aconteceu conosco (Brasil) agora, recentemente.

Fábio Barbosa – Uma interação entre a questão da Economia com a Política, com a História...

Delfim Netto – O grande drama nosso (economistas) é que seriam precisas duas cadeiras fundamentais, uma de Teoria Política e outra de Antropologia, para saber quem você é. Então, nisso (formação) levamos uma vantagem enorme quando todos éramos amadores (primórdios do estudo da Economia no Brasil, particularmente na FEA-USP)). Os cursos eram mais modestos no seu ensino, mas talvez com um horizonte mais amplo nos seus objetivos. É o que eu sempre digo às pessoas: nós discutimos o Polanyi (Karl Paul, filósofo e historiador), a Grande Revolução, num seminário de Sociologia em 1947, 1948. Era um outro mundo (o estudo da Economia) porque os próprios professores não tinham muita certeza do que estavam fazendo. A dúvida era sadia.

Fábio Barbosa – Não tenho dúvida. Professor, foi um prazer...

Delfim Netto – A alegria foi minha. Você é de Santos?

Fábio Barbosa – Sou de Santos, mas nasci em São Paulo.

Delfim Netto – Você também está morando em Santos? (se dirigindo a Maira Madrid Barbosa). Está trabalhando aonde?

Maira Madrid – Estou em São Paulo. Trabalhava em Santos numa consultoria portuária.

Fábio Barbosa – Ela (Maira Madrid) estava muito bem lá, mas resolveu mudar.

Delfim Netto – Faz muito bem, quem não muda não vai para frente.

Fábio Barbosa – Eu dei durante 12 anos aula de Contabilidade Social.

Delfim Netto – Isso era muito importante. Hoje eu tenho a impressão que é dada (Contabilidade Social) em quatro aulas.

Maira Madrid – Eu, por exemplo, em 2008, não tive a matéria específica Contabilidade Social, depois eles (FEA-USP) adicionaram na grade novamente.

Delfim Netto – Quando eu fui professor de Teoria do Desenvolvimento (na FEA-USP) era um semestre.

Fábio Barbosa – Um semestre, depois tínhamos Marco 1, Marco 2 e Marcos 3 lá na escola de Santos. O curso em Santos era um pouco heterodoxo, podemos dizer. Por que a Marco 1, parte dela pelo menos, discute Keynes, o Kalecki (Michal, economista polonês) e depois começa a discutir o modelo neokeynesiano.

Delfim Netto – Bem heterodoxo, Kalecki é excelente.

Fábio Barbosa – Faz 30 anos que a gente consegue fazer isso lá (Santos).

Delfim Netto – Ele esteve aqui. Ficou aqui uma semana conosco. Ele vinha de Cuba. Tinha ido lá dar um apoio ao Fidel (Castro, líder cubano) para fazer o planejamento. Terminou como terminou (risos). Nós estávamos jantando um dia e ele pediu uma sopinha que ele tinha recomendado para Cuba. Aí eu disse, porque o senhor está tomando essa sopa. E ele respondeu que estava com problema de estômago. Quer dizer, o problema de estômago dele determinou o planejamento de Cuba (risos).

